

GUIA DIDÁTICO

*Histórias da Confederação
do Equador: 200 anos de
resistência e liberdade*

RODOLFO R. S. FEITOSA
GABRIELA TORRES COELHO
GUILHERME P. E. ALVES



SUMÁRIO

Apresentação

1. Produções Audiovisuais: especificações e orientações para uso em sala de aula

1.1 Vídeo 1 – Contexto Histórico.

1.2 Vídeo 2 – Frei Caneca, liderança e contexto da Confederação do Equador

1.3 Vídeo 3 – Integração regional na Confederação do Equador (1824)

1.4 Vídeo 4 - Cipriano Barata e Manuel de Carvalho Pais de Andrade: Da pena à proclamação

1.5 Vídeo 5 - Abordagem filosófica: Confederação do Equador como liberdade ou separatismo?

1.6 Vídeo 6 – Aspectos econômicos e autonomia fiscal na Confederação do Equador (1824)

1.7 Vídeo 7 - Repressão à Confederação do Equador (1824)

2. Resumos Indicativos dos Podcasts.

3. Transcrições Dos Podcasts

3.1 Episódio 1 - 1824 em cena: Panorama Político e Regional

3.2 Episódio 2 – Taxas e Tensões: Conflitos Econômicos e Autonomia Fiscal

3.3 Episódio 3 - O Povo em Armas: Participação e Desigualdades

3.4 Episódio 4 – O Povo em Armas: Participação Indígena e o envolvimento

3.5 Episódio 5 – Filosofia em Pauta: República, Liberdade e Identidade.

3.6 Episódio 6 – Legado e Memória: Lições para o Pernambuco de hoje

3.7 Episódio 7 – Pacto Político e Federação.

3.8 Episódio 8 – O Ontem e o Hoje: Identidade e Cultura Pernambucana

4. Fontes e materiais de suporte para pesquisa docente sobre s Confederação do Equador

Apresentação

Guia Didático nasce como produto pedagógico central do projeto multimídia *Histórias da Confederação do Equador: 200 anos de Liberdade e Resistência*, submetido ao EDITAL nº 28/2024 – FACEPE e executado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) – Campus Petrolina Zona Rural. Ao reunir vídeos curtos, podcasts com especialistas e propostas de atividades, o Guia oferece ao professorado um repertório didático estruturado, atual e alinhado às competências e habilidades da BNCC no Ensino Fundamental e no Novo Ensino Médio, com vistas a fortalecer o letramento histórico, a análise crítica de fontes e a conexão entre passado e presente.

Do ponto de vista pedagógico, o Guia foi concebido para planejamento e complemento de aulas, oferecendo: (i) sínteses e sinopses dos vídeos; (ii) mapas conceituais e correlações interdisciplinares; (iii) sequências didáticas enxutas para 50–100 minutos; (iv) rubricas de avaliação e roteiros de uso em sala (debate regrado, júri simulado, análise de fontes), tudo com ancoragem explícita na BNCC. Para História – 8º ano, por exemplo, são mobilizadas habilidades como EF08HI12, EF08HI15, EF08HI16, EF08HI06, EF08HI19–EF08HI22; no Novo Ensino Médio (CHSA), destacam-se EM13CHS101–103, 201–202, 401–403, 502, garantindo aderência curricular e coerência com as práticas de investigação, argumentação e produção de sentidos históricos.

Enquanto produto do Projeto, o Guia materializa o propósito de empoderar docentes com metodologias ativas mediadas por mídias digitais (vídeo e áudio), favorecendo escolas públicas e ampliando acesso didático em contextos com diferentes condições de infraestrutura. A proposta prevê impacto escalável — atingir ao menos 100 escolas públicas, engajar 5.000 estudantes e promover pertencimento e consciência cívica ao tratar de federalismo, autonomia provincial e memória política do Nordeste.

O Projeto foi coordenado pelo professor Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa e tem como Instituição Executora o IFSertãoPE – Campus Petrolina Zona Rural, com financiamento da FACEPE no âmbito do Edital 28/2024, cujos recursos, contemplaram bolsa para coordenação e duas bolsas técnicas (BCT-9) para apoio às etapas de produção audiovisual e logística o que reforça a natureza formativa e colaborativa da proposta.

O corpo principal do Guia organiza 10 vídeos e podcasts em torno de eixos como contexto histórico, lideranças e imprensa (Frei Caneca; Cipriano Barata; Pais de Andrade), integração regional, dimensões filosóficas (liberdade, representação, federalismo), economia e autonomia fiscal e repressão imperial. Cada capítulo traz resumos/sinopses, conteúdos-chave, BNCC mapeada e atividades “plug-and-play” (linha do tempo comentada, clínica de argumentos, leitura guiada de fontes, júri simulado), o que facilita a planejamento semanal, a remediação e a ampliação de repertório nas áreas de História, Sociologia, Filosofia e Geografia.

Nos podcasts, a mediação dialoga com a sala de aula ao explorar memória, identidade, federalismo e cidadania, oferecendo trechos utilizáveis como gatilhos de debate e estudos de caso em EF e EM. Os episódios contam com especialistas convidados, incluindo Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara (panorama político e regional), Dr. George Felix Cabral de Souza (tensões econômicas e autonomia fiscal), Dra. Mariana Dantas (participação popular e desigualdades), Dr. João Paulo Peixoto (participação indígena e Ceará), Dr. Gabriel Kafure da Rocha (fundamentos filosóficos), Dr. André Ricardo Heráclio (legado e memória) e Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa (pacto político e federação / cultura e identidade).

No que tange ao alinhamento às diretrizes da BNCC (EF e EM), quanto ao Ensino Fundamental (História – 8º ano), o guia aciona objetos de conhecimento relativos ao Primeiro Reinado, Período Regencial, escravismo oitocentista, imaginário nacional e ideias iluministas/liberais, além de trabalhar com fontes multimodais (jornais, panfletos, mapas e atos oficiais), estimulando comparação de versões, uso de evidências e transferência para o

território local. Por outro lado, quanto ao Novo Ensino Médio (CHSA) a ênfase recai sobre análise de escalas

e temporalidades, avaliação de fontes, interpretação de linguagens midiáticas, cidadania e direitos, debate federativo e argumentação baseada em evidências — competências diretamente acopladas às atividades propostas (oficinas de fontes, júri simulado, clínicas de argumentos, mesas-redondas).

Ao combinar conteúdo histórico rigoroso com linguagem acessível, o Guia contribui para a modernização do ensino e para a formação crítica de estudantes, reforçando identidade regional e valores democráticos. A estratégia de distribuição integrada ao portal do IFSertãoPE – Campus Petrolina Zona Rural amplia o alcance e estimula adoção pedagógica em diferentes contextos escolares.

Em síntese, o Guia Didático é uma ferramenta curricular completa: oferece conteúdo acurado, procedimentos didáticos prontos para uso, avaliação formativa e mediação multimídia, sustentando a prática docente de Humanas no EF e no EM com coerência BNCC e relevância social, sob a chancela pública do Edital FACEPE e a execução do IFSertãoPE.

Reconhecimentos e créditos

- *Órgão financiador:* FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Edital 28/2024).
- *Coordenação:* Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa.
- *Instituição Executora:* IFSertãoPE – Campus Petrolina Zona Rural.
- *Bolsistas Técnico 1 (BCT-9):* – Guilherme Pereira Evangelista Alves
- *Bolsistas Técnico 1 (BCT-9):* – Gabriela Torres Coelho
- *Especialistas convidados (podcasts):* Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara; Dr. George Felix Cabral de Souza; Dra. Mariana Dantas; Dr. João Paulo Peixoto; Dr. Gabriel Kafure da Rocha; Dr. André Ricardo Heráclio; Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa.

1. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS: especificações e orientações para uso em sala de aula.

1.1 Vídeo 1 – Contexto Histórico

1.1.1 Resumo

O vídeo reconstrói o ambiente político e social que levou à Confederação do Equador, em 1824. A narrativa destaca um Pernambuco já acostumado à resistência, cuja memória de enfrentamentos anteriores alimentou novas mobilizações. No centro da análise, o protagonismo econômico regional — apoiado no açúcar e no comércio — e a circulação de ideias iluministas e liberais criam terreno para contestar a forte centralização do Primeiro Reinado. Entre os pontos-chave, aparecem a defesa de maior autonomia provincial, o debate sobre limites do poder e a busca por uma constituição mais representativa. O desfecho enquadra a Confederação não como ruptura separatista, mas como tentativa de reorganizar o pacto político sob bases federativas. O legado, segundo o vídeo, consolida em Pernambuco uma tradição de resistência e um repertório cívico que ainda hoje orienta discussões sobre identidade regional, federalismo e participação política.

1.1.2 Sinopse

O vídeo situa o espectador quanto aos elementos primordiais que motivaram a Confederação do Equador, destacando os elementos identitários pernambucanos e os aspectos de uma memória coletiva forte e aguerrida na defesa de seus interesses políticos primordiais. Ao apresentar as mobilizações em que Pernambuco foi protagonista antes de 1824, destaca como foram cruciais para a criação de uma memória coletiva social particularmente marcada por posicionamento político enfáticos. Neste sentido, detalha o quadro político-social que antecede a Confederação do Equador, mais especificamente os primeiros anos do século XIX, trazendo como gancho pedagógico a memória coletiva pernambucana e o despertar para as ideias iluministas e liberais como consolidação de posicionamentos políticos contrários ao autoritarismo e à centralidade decisória adotada pelo governo imperial.

1.1.3 Correlações de conteúdo e conceitos (EF – Ciências Humanas)

Objetos de Conhecimento (8º Ano – História)

- O Brasil no século XIX: Brasil – Primeiro Reinado; O Período Regencial e as contestações ao poder central; O escravismo no Brasil do século XIX; A produção do imaginário nacional; Configurações do mundo no século XIX (para enquadrar liberalismo/iluminismo e ideários políticos). Esses objetos aparecem no quadro “História – 8º ano” da BNCC, com destaque para “Brasil: Primeiro Reinado” e “O Período Regencial e as contestações ao poder central”.

Habilidades (códigos BNCC mais pertinentes)

- ✓ EF08HI12 – Caracterizar a organização política e social no Brasil de 1808 a 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira. (Base para entender a centralização pós-Independência que levará à Confederação.)
- ✓ EF08HI15 – Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado. (Disputa poder central × elites provinciais; papel de líderes e grupos regionais no NE.)
- ✓ EF08HI16 – Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado. (Habilidade-chave para a Confederação do Equador; amplamente usada em planos sobre o tema.)
- ✓ EF08HI06 – Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões. (Útil para discutir projeto de Estado, federalismo/centralização e territorialidade imperial.)
- ✓ EF08HI19 – Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base em fontes de diferentes naturezas. (Para ler a dimensão social/econômica escravista nas províncias insurgentes.)

- ✓ EF08HI20 – Relacionar estruturas sociais atuais aos legados da escravidão e discutir ações afirmativas. (Conexões com permanências e heranças regionais no NE.)
- ✓ EF08HI22 – Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX. (Para explorar imprensa, panfletos, simbologias políticas e imaginário confederado.)
- ✓ EF08HI01 – Identificar aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir sua relação com a organização do mundo contemporâneo. (Fundamento ideológico dos projetos de autonomia provincial/república.)
- ✓ EF08HI17 – Relacionar transformações territoriais (fronteiras) com tensões e conflitos durante o Império. (Quando você explorar reconfigurações administrativas/territoriais e o papel das províncias.)

Observação transversal (opcional, para projetos de letramento histórico)

- Se quiser agregar leitura de fontes e debates, dá para acoplar algumas habilidades de Língua Portuguesa (8º-9º) em atividades com documentos, reportagens e debates (p. ex., EF89LP12/EF89LP22 sobre organizar e avaliar debates/argumentos).

Como usar na sua sequência de aulas

- Planejamento: abra a sequência pelo EF08HI12 (quadro político-social 1808-1822), avance para EF08HI15 (forças em disputa) e EF08HI16 (rebeliões/contestações), articulando conceitos via EF08HI06.
- Dimensão socioeconômica: conecte EF08HI19–20 para tratar trabalho escravizado/estrutura social nas províncias nordestinas.
- Cultura e imaginário: feche com EF08HI22 (imprensa, símbolos, cultura política), retomando traços ideológicos com EF08HI01.
- Extensão: se tocar em aspectos territoriais, inclua EF08HI17.

1.2 Vídeo 2 – Frei Caneca, liderança e contexto da Confederação do Equador

1.2.1 Resumo

O vídeo tem como tema central a trajetória, atuação pública e intelectual de Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo (Frei Caneca) e sua liderança no projeto confederado de 1824, em meio à disputa entre centralização imperial e autonomias provinciais. Norteia questões acerca de como a biografia, a produção escrita (ex.: *Typhis Pernambucano*) e as redes políticas de Frei Caneca ajudaram a articular uma alternativa federativa ao modelo centralista do Primeiro Reinado. Neste sentido, os argumentos trazem o Contexto histórico-social (1808–1825), as tensões políticas pós-Independência, economia nordestina (algodão/açúcar), escravismo e imaginário regional. Pontuando também a liderança e o pensamento político exercido por Frei Caneca através da docência, erudição, militância jornalística, com conteúdo que aventava à defesa do pacto federativo e liberdades e constitucionais. Como desfecho, a repressão e execução (1825), mas persistência simbólica de seis ideais defendidos (cultura política, identidade regional, memória histórica).

1.2.2 Sinopse

O vídeo situa o espectador nas primeiras décadas do século XIX, destacando fatores econômicos, sociais e políticos que alimentaram o conflito entre centro e províncias. Nesse cenário, Frei Caneca emerge como intelectual, professor e publicista, articulando ideais liberais e federativos e defendendo uma Constituição conectada à realidade brasileira. Ao acompanhar sua biografia intelectual e atuação (da formação religiosa à imprensa política), o vídeo mostra como ideias e práticas deram forma pública às reivindicações de autonomia e liberdade — e por que sua figura-símbolo segue mobilizando memória e debates cívicos até hoje.

1.2.3 Correlações de conteúdo e conceitos

- Contexto (1808–1824): abertura dos portos; redes de poder; economia nordestina (algodão/açúcar); escravidão; tensões pós-Independência; centralização de D. Pedro I.
- Frei Caneca – trajetória e produção: formação carmelita; docência; erudição; atuação política; jornal Typhis Pernambucano (constituição própria; defesa do federalismo; crítica ao absolutismo).
- Movimento confederado (1824): atores, ideias e territórios; projeto de autonomia provincial; repressão, derrota e martírio.
- Legado: cultura política pernambucana; memória coletiva e identitária; debate sobre Estado-nação, federação e cidadania.

1.2.4 Alinhamento à BNCC – Ensino Fundamental

Objetos de Conhecimento (História – 8º ano)

- Brasil no século XIX: Primeiro Reinado; Período Regencial e contestações ao poder central; Escravidão no século XIX; Produção do imaginário nacional; Configurações do mundo no século XIX (Iluminismo/Liberalismo).

Habilidades (códigos sugeridos)

- ✓ EF08HI12 – caracterizar a organização política e social (1808–1822) e desdobramentos (pós-Independência).
- ✓ EF08HI15 – analisar forças/sujeitos nas disputas políticas do Império (centro × províncias; lideranças regionais).
- ✓ EF08HI16 – comparar rebeliões e movimentos contestatórios ao poder central (encaixe direto na Confederação).
- ✓ EF08HI06 – aplicar conceitos de Estado, nação, território, governo para entender conflitos e tensões (federalismo × centralismo).
- ✓ EF08HI19 – formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base em fontes de diferentes naturezas.
- ✓ EF08HI20 – relacionar estruturas sociais atuais aos legados da escravidão e discutir ações afirmativas.
- ✓ EF08HI22 – discutir o papel das culturas letradas e da imprensa na produção das identidades (ex.: Typhis Pernambucano).
- ✓ EF08HI01 – identificar aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir sua relação com o mundo contemporâneo.

- ✓ EF08HI17 – relacionar transformações territoriais (fronteiras) com tensões e conflitos durante o Império.

1.2.5 Alinhamento à BNCC – Novo Ensino Médio

Competências específicas da Área (CHSA) – aderentes ao tema

- Compreender processos históricos, sociais e políticos, reconhecendo conflitos e disputas de projetos de sociedade (centralismo × federalismo).
- Analisar criticamente narrativas, fontes e linguagens (imprensa política; panfletos; Typhis Pernambucano).
- Relacionar escalas e temporalidades (província/Império; 1824 ↔ presente) e propor intervenções no território e na vida pública (cidadania, participação).

Habilidades (EM13CHS – exemplos diretamente aplicáveis)

- ✓ EM13CHS101 – analisar dinâmicas sociopolíticas em diferentes escalas, identificando relações de poder, conflitos e negociações.
- ✓ EM13CHS102 – comparar formas de organização política e institucional (centralização imperial × projeto federativo).
- ✓ EM13CHS103 – selecionar e avaliar fontes e evidências (jornais, documentos oficiais, cartas, mapas; leitura do Typhis Pernambucano).
- ✓ EM13CHS201 – compreender território e identidades (Nordeste, Pernambuco, imaginário regional e memória política).
- ✓ EM13CHS202 – analisar trabalho/economia e suas relações com estruturas sociais (açúcar/algodão, escravidão e poder local).
- ✓ EM13CHS401 – discutir cidadania, direitos e participação, conectando passado e presente (pacto federativo e autonomia).
- ✓ EM13CHS402 – examinar direitos humanos e formas de dominação/violência política (repressão, execuções, cerceamento de liberdades).
- ✓ EM13CHS403 – produzir argumentações fundamentadas, com base em fontes e referenciais teóricos, sobre problemas públicos (constitucionalismo, federalismo).

- ✓ EM13CHS502 – analisar criticamente mídias e linguagens (retórica política, imprensa, circulação de ideias; mídias digitais e memória pública).

1.2.6 Propostas de atividades

Ensino Fundamental (uma aula de 50 min)

- “Mapa do conflito” (20’): grupos preenchem um organizador com ator–interesse–evidência (Imperador; elites provinciais; imprensa). (EF08HI15/16/06)
- Leitura guiada de fonte (15’): excerto do Typhis Pernambucano; identificar tese, conceitos (Constituição, Federação), público-alvo. (EF08HI22/01)
- Debate relâmpago (15’): “Federalismo em 1824 faz sentido hoje?” com tempos de fala e mediação. (EF08HI06/01)

Novo Ensino Médio (duas aulas de 50 min)

- Aula 1 – Oficina de fontes (50’): rotação por estações (jornais, mapas, biografia, atos oficiais); ficha de análise de credibilidade/viés. (EM13CHS103/502)
- Aula 2 – Júri simulado (50’): Constituição “nossa” vs. Carta centralizadora. Equipes montam argumentos, citam fontes e apresentam peças de defesa. (EM13CHS101/102/401/403)

1.3 Vídeo 3 – Integração regional na Confederação do Equador (1824)

1.3.1 Resumo

O vídeo revela como a integração regional deu fôlego à Confederação do Equador em 1824. Entre Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, alianças costuradas por interesses políticos, econômicos e sociais ampliaram a base do movimento — de elites e militares a pequenos comerciantes, camponeses e grupos indígenas. No contraponto ao modelo centralizador do

Império, emerge o projeto confederado. A narrativa acompanha a resposta imperial — tropas em terra, bloqueios no mar — e a derrota político-militar dos insurgentes. O saldo, porém, atravessa o tempo: um legado duradouro de memória, identidade regional e debate federativo que ainda pauta a conversa pública no Nordeste.

1.3.2 Sinopse

A narrativa situa o pós-Independência, quando o Nordeste se vê prejudicado por decisões centralizadas no Rio de Janeiro. Inspirados pela Revolução de 1817, por matrizes liberais e por experiências locais, líderes e grupos sociais articulam uma frente interprovincial que busca maior autonomia e um pacto confederado. O vídeo destaca a circulação de ideias e mensagens (jornais como o Typhis Pernambucano, panfletos, mensageiros), o papel de lideranças regionais e a participação de segmentos populares e indígenas. Ao final, apresenta a repressão imperial, a execução de lideranças e a derrota militar, sem apagar o legado político e simbólico do movimento.

1.3.3 Conteúdos-chave (mapa conceitual)

- Contexto (1822–1824): pós-Independência, centralização imperial, economia regional (açúcar/algodão), escravidão e tensões centro–províncias.
- Integração regional: alianças entre províncias (PE, CE, RN, PB); fluxos de comunicação (jornais, panfletos, mensageiros); coordenação política.
- Participação social: elites políticas e militares; pequenos comerciantes; camponeses; grupos indígenas (demandas por proteção territorial e justiça).
- Resposta imperial: bloqueio naval; envio de tropas; escassez de recursos dos confederados; repressão e execuções (ex.: Frei Caneca).
- Legado: memória e identidade regional; debates sobre federalismo; ecos em revoltas posteriores (Praieira, Federalista).

1.3.4 Alinhamento à BNCC – Ensino Fundamental (principalmente 8º ano – História)

Objetos de Conhecimento (História – 8º ano)

- Brasil no século XIX: Primeiro Reinado; Período Regencial e contestações ao poder central; Escravidão no século XIX; Produção do imaginário nacional; Configurações do mundo no século XIX (Iluminismo/Liberalismo).

Habilidades (códigos sugeridos)

- ✓ EF08HI12 – caracterizar a organização política e social (1808–1822) e seus desdobramentos (pós-Independência).
- ✓ EF08HI15 – analisar forças/sujeitos nas disputas políticas do Império (centro × províncias; lideranças regionais).
- ✓ EF08HI16 – comparar rebeliões e movimentos contestatórios ao poder central (encaixe direto: Confederação do Equador).
- ✓ EF08HI06 – aplicar conceitos de Estado, nação, território e governo para entender conflitos (federalismo × centralismo).
- ✓ EF08HI19 – formular questionamentos sobre o legado da escravidão e suas implicações regionais.
- ✓ EF08HI20 – relacionar estruturas sociais atuais aos legados da escravidão e discutir ações afirmativas.
- ✓ EF08HI22 – discutir o papel das culturas letradas e da imprensa na produção das identidades (ex.: Typhis Pernambucano).
- ✓ EF08HI01 – identificar aspectos do iluminismo/liberalismo e sua relação com o mundo contemporâneo.
- ✓ EF08HI17 – relacionar transformações territoriais e tensões políticas durante o Império.

1.3.5 Alinhamento à BNCC – Novo Ensino Médio (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Competências específicas da Área (CHSA) – aderentes ao tema

- Compreender processos históricos, sociais e políticos e suas disputas (centralismo × federalismo).
- Analisar criticamente narrativas, fontes e linguagens (imprensa política; panfletos; circulação de ideias).
- Relacionar escalas e temporalidades (província/Império; 1824 ↔ presente) e propor intervenções cidadãs no território.

Habilidades (EM13CHS – exemplos diretamente aplicáveis)

- ✓ EM13CHS101 – analisar dinâmicas sociopolíticas em diferentes escalas, identificando relações de poder, conflitos e negociações.
- ✓ EM13CHS102 – comparar formas de organização política e institucional (centralização imperial × projeto federativo).
- ✓ EM13CHS103 – selecionar e avaliar fontes e evidências (jornais, documentos oficiais, cartas, mapas).
- ✓ EM13CHS201 – compreender território e identidades (Nordeste, Pernambuco, imaginário regional e memória política).
- ✓ EM13CHS202 – analisar trabalho/economia e suas relações com estruturas sociais (açúcar/algodão, escravidão e poder local).
- ✓ EM13CHS401 – discutir cidadania, direitos e participação, conectando passado e presente (debate federativo).
- ✓ EM13CHS402 – examinar direitos humanos e formas de dominação/violência política (repressão, execuções, cerceamento de liberdades).
- ✓ EM13CHS403 – produzir argumentações fundamentadas, com base em fontes e referenciais teóricos (constitucionalismo, federalismo).
- ✓ EM13CHS502 – analisar criticamente mídias e linguagens (retórica política; imprensa; circulação de ideias e memória pública).

1.3.6 Propostas de atividades

Ensino Fundamental (uma aula de 50 min)

- Cartografia rápida da Confederação (15’): alunos marcam no mapa as províncias, rotas de comunicação e locais de embates. (EF08HI06/17)
- Leitura de fonte (15’): recorte de jornal/panfleto – identificar tese, público e argumentos. (EF08HI22/01)
- Dinâmica ‘Quem ganha/quem perde’ (20’): grupos listam impactos do centralismo e do federalismo para diferentes atores sociais. (EF08HI15/16)

Novo Ensino Médio (duas aulas de 50 min)

- Aula 1 – Oficina de evidências (50’): checagem de circulação de ideias e alianças regionais com base em diferentes tipos de fonte. (EM13CHS103/502)
- Aula 2 – Debate regrado (50’): ‘Integração regional de 1824 dialoga com o federalismo atual?’ – equipes argumentam com repertório histórico. (EM13CHS101/102/401/403)

1.4 Vídeo 4 - Cipriano Barata e Manuel de Carvalho Pais de Andrade: Da pena à proclamação

1.4.1 Resumo

O vídeo acompanha duas trajetórias que moldaram a Confederação do Equador. De um lado, Cipriano Barata, jornalista e deputado, empunha a Sentinela da Liberdade para galvanizar opinião pública. Do outro, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, comerciante e líder liberal, articula cartas, manifestos e alianças interprovinciais para transformar discurso em ação. A produção mostra como ideias em circulação e redes de sociabilidade sustentaram o projeto confederado em 1824. O capítulo final registra a repressão, com prisões e exílios, e destaca o legado cívico deixado por ambos na memória política do Nordeste.

1.4.2 Sinopse

A narrativa acompanha a formação de Barata (Coimbra; Iluminismo; medicina/filosofia) e seus primeiros embates políticos (Conjuração Baiana; Revolução de 1817; Cortes de Lisboa), destacando a criação da Sentinela da Liberdade (1823) e a defesa de uma república federativa. Em paralelo, apresenta a trajetória de Pais de Andrade – comércio, clubes liberais, maçonaria, exílio e retorno – e sua ascensão na política provincial. Com a dissolução da Constituinte (1823) e a crise de 1824, manifestos e correspondências ampliam a articulação com províncias vizinhas (PB, RN, CE), convergindo para a proclamação da Confederação. Mesmo com a repressão, prisões e fugas, o legado de ambos alimenta a memória política e os debates sobre autonomia, constitucionalismo e identidade regional.

1.4.3 Conteúdos-chave (mapa conceitual)

- Biografias políticas: Barata (jornalismo, deputado às Cortes, Sentinela da Liberdade); Pais de Andrade (comércio, clubes, presidência de PE).
- Fontes e linguagens: jornais (Sentinela; Typhis), manifestos, cartas, mapas – circulação de ideias e propaganda política.
- Contexto 1823–1824: dissolução da Constituinte, Constituição de 1824 e Poder Moderador; crise da nomeação do presidente provincial.
- Articulação interprovincial: cartas e mensageiros; apoios na PB, RN, CE; redes de sociabilidade (lojas, clubes, imprensa).
- Eclosão, derrota e legado: repressão, prisões/exílio; retorno político; memória cívica e debate federativo.

1.4.5 Alinhamento à BNCC – Ensino Fundamental (principalmente 8º ano – História)

Objetos de Conhecimento (História – 8º ano)

- Brasil no século XIX: Primeiro Reinado; Período Regencial e contestações ao poder central; Escravidão no século XIX; Produção do imaginário nacional; Configurações do mundo no século XIX (Iluminismo/Liberalismo).

Habilidades (códigos sugeridos)

- ✓ EF08HI12 – caracterizar a organização política e social (1808–1822) e desdobramentos (pós-Independência).
- ✓ EF08HI15 – analisar forças/sujeitos nas disputas políticas do Império (centro × províncias; lideranças e redes).
- ✓ EF08HI16 – comparar rebeliões e movimentos contestatórios ao poder central (Confederação do Equador).
- ✓ EF08HI06 – aplicar conceitos de Estado, nação, território e governo (federalismo × centralismo; representação).
- ✓ EF08HI01 – identificar aspectos do iluminismo/liberalismo e sua relação com o mundo contemporâneo (ideias em circulação).
- ✓ EF08HI22 – discutir o papel da imprensa e das culturas letradas na produção das identidades (Sentinela; Typhis).

- ✓ EF08HI17 – relacionar transformações territoriais e tensões políticas durante o Império (articulações interprovinciais).
- ✓ EF08HI19–EF08HI20 – problematizar legados da escravidão na organização social/econômica regional (quando pertinente ao recorte).

1.4.6 Alinhamento à BNCC – Novo Ensino Médio (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Competências específicas da Área (CHSA) – aderentes ao tema

- Compreender processos históricos, sociais e políticos e disputas de projetos de sociedade (centralismo × federalismo).
- Analisar criticamente narrativas, fontes e linguagens (imprensa política, manifestos, cartas).
- Relacionar escalas e temporalidades (província/Império; 1824 ↔ presente) e propor intervenções cidadãs (participação e memória).

Habilidades (EM13CHS – exemplos diretamente aplicáveis)

- ✓ EM13CHS101 – analisar dinâmicas sociopolíticas em diferentes escalas (redes, alianças e conflitos).
- ✓ EM13CHS102 – comparar formas de organização política e institucional (centralização imperial × projeto federativo).
- ✓ EM13CHS103 – selecionar e avaliar fontes e evidências (jornais, manifestos, correspondências, mapas).
- ✓ EM13CHS201 – compreender território e identidades (Nordeste; identidade provincial; memória política).
- ✓ EM13CHS401 – discutir cidadania, direitos e participação (constituição, representação e autonomia).
- ✓ EM13CHS403 – produzir argumentações fundamentadas com base em fontes e referenciais teóricos (constitucionalismo, federalismo).
- ✓ EM13CHS502 – analisar criticamente mídias e linguagens (retórica política e circulação de ideias).

1.4.7) Propostas de atividades

Ensino Fundamental (uma aula de 50 min)

- Duas trajetórias, dois meios (20’): quadro comparativo Barata × Pais de Andrade (formação, meios de atuação, objetivos). (EF08HI15/22)
- Leitura de fonte (15’): trecho da Sentinela/Typhis – identificar tese, público e efeitos de linguagem. (EF08HI22/01)
- Assembleia simulada (15’): votar ‘federalismo x centralismo’, com justificativas baseadas nas fontes. (EF08HI06/15/16)

Novo Ensino Médio (duas aulas de 50 min)

- Aula 1 – Oficina de redes (50’): mapear cartas/clubes/jornais e conexões interprovinciais; discutir poder das redes. (EM13CHS101/502)
- Aula 2 – Painel de argumentos (50’): grupos defendem estratégias de Barata (opinião pública) e Pais (articulação política). (EM13CHS102/103/403)

1.5 Vídeo 5 - Abordagem filosófica: Confederação do Equador como liberdade ou separatismo?

1.5.1 Resumo

O vídeo investiga, em chave filosófica, as ideias que sustentaram a Confederação do Equador em 1824 e recoloca a pergunta: liberdade ou separatismo? O roteiro passa pela dissolução da Constituinte (1823), pela Constituição de 1824 e pelo Poder Moderador, expondo o choque entre centralização imperial e projeto confederado. Com referências a Montesquieu e Rousseau, surgem os eixos do debate: limites ao poder, representação política e legitimidade constitucional. A conclusão afasta a ideia de ruptura territorial: os confederados defendiam um arranjo federativo, não a fragmentação do país. Para sustentar a análise, o vídeo convoca a leitura de manifestos e jornais — como o Typhis Pernambucano —, destacando argumentos, sujeitos políticos e estratégias de linguagem que moldaram a disputa.

1.5.2 Sinopse

O vídeo acompanha o contexto pós-Independência e a imposição da Carta de 1824, salientando o papel do Poder Moderador na concentração de poder do Imperador. Em seguida, confronta a acusação de ‘separatismo’ com a defesa confederada de autonomias provinciais sob princípios constitucionais compartilhados.

Inspirado por debates iluministas, o roteiro diferencia ruptura territorial de pacto federativo, revisitando argumentos de lideranças como Frei Caneca e Manuel de Carvalho. O fechamento retoma as palavras-chave ‘Representação’, ‘Autonomia Provincial’ e ‘Constituição Legítima’, destacando o valor cívico da memória histórica.

1.5.3 Conteúdos-chave (mapa conceitual)

- Contexto: fechamento da Constituinte (1823), Constituição de 1824, Poder Moderador, nomeação de presidentes provinciais.
- Federalismo x centralismo: distinção entre confederação (pacto entre províncias autônomas) e separatismo (ruptura territorial).
- Fontes e linguagens: manifestos, panfletos, jornais (Typhis Pernambucano), mapas; retórica política e circulação de ideias.
- Referências filosóficas: Montesquieu (limites ao poder / separação de poderes), Rousseau (contrato/representação tensionada).
- Sujeitos políticos: elites regionais, militares, imprensa, setores populares; liderança intelectual de Frei Caneca.
- Legado: constitucionalismo, participação, identidade regional e debate federativo no Brasil.

1.5.4 Alinhamento à BNCC – Ensino Fundamental (principalmente 8º ano – História)

Objetos de Conhecimento (História – 8º ano)

- Brasil no século XIX: Primeiro Reinado; Período Regencial e contestações ao poder central; Escravidão no século XIX; Produção do imaginário nacional; Configurações do mundo no século XIX (Iluminismo/Liberalismo).

Habilidades (códigos sugeridos)

- ✓ EF08HI12 – caracterizar a organização política e social (1808–1822) e seus desdobramentos (pós-Independência).
- ✓ EF08HI15 – analisar forças/sujeitos nas disputas políticas do Império (centro × províncias; lideranças regionais).
- ✓ EF08HI16 – comparar rebeliões e movimentos contestatórios ao poder central (encaixe direto: Confederação do Equador).
- ✓ EF08HI06 – aplicar conceitos de Estado, nação, território e governo para entender conflitos (federalismo × centralismo).
- ✓ EF08HI01 – identificar aspectos do iluminismo/liberalismo e sua relação com o mundo contemporâneo (referências a Montesquieu e Rousseau).
- ✓ EF08HI22 – discutir o papel das culturas letradas e da imprensa na produção das identidades (ex.: Typhis Pernambucano).
- ✓ EF08HI17 – relacionar transformações territoriais e tensões políticas durante o Império.
- ✓ EF08HI19–EF08HI20 – problematizar legados da escravidão na estrutura social e econômica regional (quando pertinente ao recorte do vídeo).

1.5.5 Alinhamento à BNCC – Novo Ensino Médio (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas / Filosofia)

Competências específicas da Área (CHSA) – aderentes ao tema

- Compreender processos históricos, sociais e políticos e suas disputas (centralismo × federalismo).
- Analisar criticamente narrativas, fontes e linguagens (imprensa política; panfletos; circulação de ideias; retórica política).
- Relacionar escalas e temporalidades (província/Império; 1824 ↔ presente) e propor intervenções cidadãos no território.

Habilidades (EM13CHS / Filosofia – exemplos diretamente aplicáveis)

- ✓ EM13CHS101 – analisar dinâmicas sociopolíticas em diferentes escalas, identificando relações de poder, conflitos e negociações.
- ✓ EM13CHS102 – comparar formas de organização política e institucional (centralização imperial × projeto federativo).
- ✓ EM13CHS103 – selecionar e avaliar fontes e evidências (jornais, manifestos, mapas; leitura crítica do Typhis).

- ✓ EM13CHS201 – compreender território e identidades (Nordeste, Pernambuco, imaginário regional e memória política).
- ✓ EM13CHS401 – discutir cidadania, direitos e participação, conectando passado e presente (constitucionalismo e representação).
- ✓ EM13CHS403 – produzir argumentações fundamentadas, com base em fontes e referenciais teóricos (Montesquieu, Rousseau, constitucionalismo).
- ✓ EM13CHS502 – analisar criticamente mídias e linguagens (retórica política e circulação de ideias).

1.5.6 Propostas de atividades

Ensino Fundamental (uma aula de 50 min)

- Linha do tempo comentada (15’): Constituinte/1823 → Carta/1824 → Confederação/1824; cada marco recebe ‘efeitos’ para províncias. (EF08HI12/06)
- Leitura filosófica guiada (15’): cartazes com frases-base (limites ao poder; representação; constituição legítima) para identificar conceitos. (EF08HI01/22)
- Debate relâmpago (20’): ‘Confederação foi separatista?’ – alunos defendem posições citando evidências de manifestos/jornais. (EF08HI15/16)

Novo Ensino Médio (duas aulas de 50 min)

- Aula 1 – Clínica de argumentos (50’): desmontar/avaliar alegações de ‘separatismo’ x ‘federalismo’ com base em fontes; ficha de validade, consistência e relevância. (EM13CHS103/403/502)
- Aula 2 – Mesa-redonda filosófica (50’): ‘O que legitima uma Constituição?’; grupos usam referências a Montesquieu/Rousseau e contexto de 1824. (EM13CHS101/102/401/403)

1.6 Vídeo 6 – Aspectos econômicos e autonomia fiscal na Confederação do Equador (1824)

1.6.1 Resumo

O vídeo dissecar o tabuleiro econômico por trás da Confederação do Equador, em 1824. No centro, a centralização das finanças no Rio de Janeiro e os superávits de açúcar e algodão no Nordeste — com destaque para Bahia, Pernambuco e Maranhão — alimentam o atrito por autonomia fiscal e controle dos recursos provinciais. A narrativa contrapõe dois perfis produtivos: o açúcar, mais ancorado no trabalho escravizado e em estruturas conservadoras, e o algodão, mais exposto ao comércio externo e a ideias de modernização. O roteiro acompanha os bloqueios navais ao Recife, detalha fontes de financiamento da revolta (como o erário provincial) e rastreia os efeitos da derrota: perda da Comarca do São Francisco, manutenção do escravismo e reafirmação da hegemonia açucareira. O resultado é um quadro em que economia, política e território se cruzam, explicando por que a disputa fiscal foi combustível decisivo do conflito.

1.6.2 Sinopse

Partindo do pós-Independência, a narrativa mostra como o governo central buscou concentrar receitas, redirecionando lucros das províncias superavitárias do Nordeste para o Rio de Janeiro. A reação regional acusava a troca de ‘Lisboa pelo Rio’, reavivando demandas por autonomia fiscal e política. O roteiro contrasta a Mata Sul açucareira, mais conservadora e escravista, com a Mata Norte algodoeira, mais permeável a redes comerciais externas e a discursos de mudança. Evidencia o bloqueio do porto do Recife, os gastos militares da província e os impactos no cotidiano econômico. Após a derrota, registra a perda territorial e a permanência do modelo produtivo e escravista.

1.6.3 Conteúdos-chave (mapa conceitual)

- Autonomia fiscal x centralização: superávits regionais, remessas ao Rio, perda de controle local.
- Perfis produtivos: açúcar (Mata Sul) e algodão (Mata Norte); escravismo x mercados externos e ‘modernização’.
- Atores econômicos e posição política: senhores de engenho, comerciantes, trabalhadores; adesões e resistências.

- Financiamento e guerra: bloqueio do porto do Recife, uso do erário provincial, logística (armas, embarcações, soldos).
- Consequências: perda da Comarca do São Francisco; continuidade do açúcar e da escravidão; memória e debate federativo.

1.6.4 Alinhamento à BNCC – Ensino Fundamental (principalmente 8º ano – História)

Objetos de Conhecimento (História – 8º ano)

- Brasil no século XIX: Primeiro Reinado; Período Regencial e contestações ao poder central; Escravidão no século XIX; Produção do imaginário nacional; Configurações do mundo no século XIX (Iluminismo/Liberalismo).

Habilidades (códigos sugeridos)

- ✓ EF08HI12 – caracterizar a organização política e social (1808–1822) e seus desdobramentos (pós-Independência).
- ✓ EF08HI15 – analisar forças/sujeitos nas disputas políticas do Império (centro × províncias; lideranças e interesses econômicos).
- ✓ EF08HI16 – comparar rebeliões e movimentos contestatórios ao poder central (Confederação do Equador).
- ✓ EF08HI06 – aplicar conceitos de Estado, nação, território e governo para entender conflitos (federalismo × centralismo).
- ✓ EF08HI19 – formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base em fontes diversas.
- ✓ EF08HI20 – relacionar estruturas sociais atuais aos legados da escravidão e discutir ações afirmativas.
- ✓ EF08HI22 – discutir o papel das culturas letradas e da imprensa na produção das identidades (jornais e panfletos).
- ✓ EF08HI17 – relacionar transformações territoriais e tensões políticas durante o Império (perda da Comarca do São Francisco).

1.6.5 Alinhamento à BNCC – Novo Ensino Médio (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Competências específicas da Área (CHSA) – aderentes ao tema

- Compreender processos históricos, sociais, econômicos e políticos em disputa (centralização fiscal × autonomia provincial).
- Analisar criticamente narrativas, dados e fontes econômicas (balança comercial, tributos, orçamentos provinciais).
- Relacionar escalas e temporalidades (província/Império; 1824 ↔ presente) e propor intervenções cidadãs (financiamento público, justiça fiscal).

Habilidades (EM13CHS – exemplos diretamente aplicáveis)

- ✓ EM13CHS101 – analisar dinâmicas sociopolíticas em diferentes escalas, identificando relações de poder e interesses.
- ✓ EM13CHS102 – comparar arranjos institucionais e fiscais (centralização imperial × autonomia provincial).
- ✓ EM13CHS103 – selecionar e avaliar fontes e evidências (documentos fiscais, mapas, jornais; bloqueios e gastos militares).
- ✓ EM13CHS201 – compreender território e identidades (efeitos econômicos e territoriais da derrota).
- ✓ EM13CHS202 – analisar trabalho/economia e suas relações com estruturas sociais (açúcar/algodão, escravidão, comércio externo).
- ✓ EM13CHS401 – discutir cidadania, direitos e participação (debate sobre justiça fiscal e pacto federativo).
- ✓ EM13CHS403 – produzir argumentações fundamentadas com base em dados e fontes históricas.
- ✓ EM13CHS502 – analisar criticamente mídias e linguagens (imprensa econômica e retórica política).

1.6.6 Propostas de atividades

Ensino Fundamental (uma aula de 50 min)

- Gráfico rápido (15’): turma organiza, em quadro, ‘quem paga/quem arrecada/quem decide’ no Império – introduz autonomia fiscal. (EF08HI06/12)
- Leitura de fonte (15’): trecho de jornal/panfleto – localizar argumentos econômicos (tributos, portos, comércio). (EF08HI22)
- Jogo de papéis (20’): senhores de engenho × comerciantes × autoridades imperiais – negociar impostos e bloqueios. (EF08HI15/16)

Novo Ensino Médio (duas aulas de 50 min)

- Aula 1 – Oficina de evidências (50’): dossiê com mapa do bloqueio, orçamento provincial e cronologia; verificar causas/consequências. (EM13CHS103/202/201)
- Aula 2 – Debate fiscal (50’): ‘A Confederação tinha um projeto econômico viável?’ – equipes defendem propostas citando dados e fontes. (EM13CHS101/102/401/403)

1.7 Vídeo 7 - Repressão à Confederação do Equador (1824)

1.7.1 Resumo

Tema central: dinâmica da repressão imperial à Confederação do Equador, da partida da esquadra do Rio de Janeiro sob Lord Cochrane ao avanço terrestre do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, desembarque em Jaraguá (Maceió), queda de Recife e Olinda, julgamentos sumários por Comissão Militar e execuções (incluindo Frei Caneca). O vídeo destaca ainda a participação de milícias leais ao Imperador — inclusive tropas indígenas no ‘Exército Cooperador da Boa Ordem’ — e as punições à província, como a perda da Comarca do São Francisco. Encerra avaliando a curta duração do movimento (≈79 dias) e seus impactos na memória política do Nordeste.

1.7.2 Sinopse

Após a proclamação da Confederação do Equador (julho de 1824), o governo imperial organiza uma resposta rápida e coordenada: esquadra sob Lord Cochrane, tropas de 1.200 homens com Lima e Silva, apoio de milícias locais e indígenas. A ofensiva resulta na fuga de lideranças (como Manuel de Carvalho), tomada do Recife e rendição em cadeia.

A instalação de uma Comissão Militar culmina em execuções e na punição territorial de Pernambuco (perda da Comarca do São Francisco). Ao final, o vídeo discute como, apesar da derrota, o episódio alimenta debates sobre autonomia, federalismo e direitos, permanecendo na memória cívica regional.

1.7.3 Conteúdos-chave (mapa conceitual)

- Operação militar: Lord Cochrane (esquadra), Lima e Silva (forças terrestres), Jaraguá (Maceió) → avanço a Recife/Olinda.
- Atores e alianças: milícias leais ao Imperador; tropas indígenas; ‘Exército Cooperador da Boa Ordem’.
- Queda de Recife e Olinda: fuga/exílio de lideranças; tentativas de reorganização no interior; rendição final (29/11).
- Julgamentos e execuções: Comissão Militar; Frei Caneca fuzilado; repressão como tecnologia política do Império.
- Punição à província: perda da Comarca do São Francisco; impactos territoriais e políticos.
- Duração e legado: cerca de 79 dias; memória política, cultura cívica e debate federativo.

1.7.4 Alinhamento à BNCC – Ensino Fundamental (principalmente 8º ano – História)

Objetos de Conhecimento (História – 8º ano)

- Brasil no século XIX: Primeiro Reinado; Período Regencial e contestações ao poder central; Escravidão no século XIX; Produção do imaginário nacional; Configurações do mundo no século XIX (Iluminismo/Liberalismo).

Habilidades (códigos sugeridos)

- ✓ EF08HI12 – caracterizar a organização política e social (1808–1822) e seus desdobramentos (pós-Independência).
- ✓ EF08HI15 – analisar forças/sujeitos nas disputas políticas do Império (centro × províncias; aparato repressivo).
- ✓ EF08HI16 – comparar rebeliões e movimentos contestatórios ao poder central (Confederação do Equador).
- ✓ EF08HI06 – aplicar conceitos de Estado, nação, território e governo para entender conflitos (federalismo × centralismo; punições territoriais).
- ✓ EF08HI22 – discutir o papel das culturas letradas e da imprensa na produção das identidades (cobertura jornalística e propaganda política).

- ✓ EF08HI17 – relacionar transformações territoriais e tensões políticas durante o Império (perda da Comarca do São Francisco).
- ✓ EF08HI19–EF08HI20 – problematizar legados da escravidão e suas implicações na estrutura social (quando o recorte da aula mobilizar essa dimensão).

1.7.5 Alinhamento à BNCC – Novo Ensino Médio (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Competências específicas da Área (CHSA) – aderentes ao tema

- Compreender processos históricos, sociais e políticos em disputa e seus aparatos de repressão.
- Analisar criticamente narrativas, fontes e linguagens (relatos militares, imprensa, documentos judiciais).
- Relacionar escalas e temporalidades (província/Império; 1824 ↔ presente) e problematizar direitos e violência de Estado.

Habilidades (EM13CHS – exemplos diretamente aplicáveis)

- ✓ EM13CHS101 – analisar dinâmicas sociopolíticas em diferentes escalas, identificando relações de poder e repressão.
- ✓ EM13CHS102 – comparar arranjos institucionais e mecanismos de controle (centralização imperial; comissões militares).
- ✓ EM13CHS103 – selecionar e avaliar fontes e evidências (mapas de operações, ofícios, jornais, relatos judiciais).
- ✓ EM13CHS201 – compreender território e identidades (efeitos da punição territorial; memória regional).
- ✓ EM13CHS401 – discutir cidadania, direitos e participação (limites da legalidade; julgamentos sumários).

- ✓ EM13CHS402 – examinar direitos humanos e formas de dominação/violência política (prisões, execuções, punições coletivas).
- ✓ EM13CHS403 – produzir argumentações fundamentadas com base em fontes e referenciais teóricos (federalismo, legitimidade, repressão).
- ✓ EM13CHS502 – analisar criticamente mídias e linguagens (propaganda realista e representações do conflito).

1.7.6 Propostas de atividades

Ensino Fundamental (uma aula de 50 min)

- Linha de marcha (15’): alunos marcam no mapa a rota Jaraguá → Recife/Olinda e anotam eventos. (EF08HI06/17)
- Leitura de fonte (15’): notícia/relato de Comissão Militar – identificar ‘quem decide’, ‘quem julga’ e ‘quem é julgado’. (EF08HI22)
- Debate regrado (20’): ‘A repressão foi inevitável?’ – alunos constroem argumentos com base no enredo do vídeo. (EF08HI15/16)

Novo Ensino Médio (duas aulas de 50 min)

- Aula 1 – Dossiê de evidências (50’): mapa da operação, ofícios e recortes de jornais; checagem de coerência dos relatos. (EM13CHS103/502)
- Aula 2 – Audiência simulada (50’): grupos representam acusação/defesa de lideranças; discussão sobre legalidade e direitos. (EM13CHS101/102/401/402/403)

2. RESUMOS INDICATIVOS DOS PODCASTS

2.1 Episódio 1 - 1824 em cena: Panorama Político e Regional

Entrevistado: *Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara*

Objetivos

- Situar cronológica e geograficamente a Confederação do Equador
- Entender o papel de Pernambuco e das províncias vizinhas na Confederação do Equador

Eixos de conteúdo

- A crise pós-Independência (Primeiro Reinado) e outorga da Constituição de 1824.
- O estopim em Pernambuco: dissolução da Assembleia Constituinte e nomeação de presidentes provinciais.
- Amanhecer federalista: articulação com Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

2.2 Episódio 2 – Taxas e Tensões: Conflitos Econômicos e Autonomia Fiscal

Entrevistado: *Dr. George Felix Cabral de Souza*

Objetivos

- Mostrar como as políticas econômicas criaram tensões regionais
- Relacionar as lutas por autonomia fiscal ao estopim da revolta

Eixos de conteúdo

- A estrutura latifundiária e a monocultura do açúcar.
- Novos impostos e taxas impostas pela Corte; insatisfação popular.
- Contradição: dependência do açúcar x cobrança centralizadora.
- Papel de engenhos e moendas como pontos de encontro e insurreição.

2.3 Episódio 3 - O Povo em Armas: Participação e Desigualdades

Entrevistada: *Dra. Mariana Dantas*

Objetivos

- Analisar a participação de índios, negros e homens livres pobres

- Refletir sobre motivações e recrutamentos

Eixos de conteúdo

- Índios do Ceará e do agreste pernambucano: alianças e recusa
- Quilombolas e ex-escravizados: luta por terra e liberdade.
- Pequenos proprietários e rendeiros: média resistência armada.
- Recrutamentos forçados e voluntariedade política.

2.4 Episódio 4 – O Povo em Armas: Participação Indígena e o envolvimento do Ceará

Entrevistado: *Dr. João Paulo Peixoto*

Objetivos

- Analisar a participação de índios, negros e homens livres pobres
- Refletir sobre motivações e recrutamentos

Eixos de conteúdo

- Índios do Ceará e do agreste pernambucano
- Quilombolas e ex-escravizados: luta por terra e liberdade.
- Pequenos proprietários e rendeiros: média resistência armada.
- Recrutamentos forçados e voluntariedade política.

2.5 Episódio 5 – Filosofia em Pauta: República, Liberdade e Identidade

Entrevistado: *Dr. Gabriel Kafure da Rocha*

Objetivos

- Aprofundar a dimensão filosófica da Confederação
- Relacionar ideais setecentistas ao surgimento de identidades pernambucanas

Eixos de conteúdo

- Influências iluministas: Constituição mexicana x “soberania popular”.
- Princípios de Rousseau e Montesquieu no debate local.
- Liberdade como “autogoverno” vs. liberdade negativa.
- Construção da identidade pernambucana: regionalismo político.

2.6 Episódio 6 – Legado e Memória: Lições para o Pernambuco de hoje

Entrevistado: *Dr. André Ricardo Heráclio*

Objetivos

- Refletir sobre o impacto histórico no Estado contemporâneo
- Discutir federalismo, autonomia e debates atuais

Eixos de conteúdo

- A Confederação do Equador no imaginário coletivo: efemérides e memoriais.
- História institucional: legado nas Assembleias e Constituições estaduais.
- Autonomia fiscal e política: o debate do Pacto federativo contemporâneo.
- Cultura política: usos da memória do bicentenário em escolas e mídia.

2.7 Episódio 7 – Pacto Político e Federação

Entrevistado: *Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa*

Objetivos

- Pontuar as diferenças entre federação, confederação e pacto político
- Discutir as dimensões culturais e simbólicas envoltas na Confederação do Equador e que reverberam até hoje na identidade pernambucana
- Ressaltar os elementos de memória coletiva importantes na definição da identidade pernambucana e que estão associados a elementos históricos da Confederação do Equador

- Confrontar o federalismo de 1824 com a federação contemporânea do Brasil

Eixos de conteúdo

- Apontamentos conceituais acerca da autonomia política de províncias e unidades federativas
- Dimensões contemporâneas e paralelos contextuais políticos
- Pontuar as diferenças entre federação, confederação e pacto político
- Confrontar o federalismo de 1824 com a federação contemporânea do Brasil
- Estado, pactos políticos e as dimensões da soberania das unidades federativas

2.8 Episódio 8 – O Ontem e o Hoje: Identidade e Cultura Pernambucana

Entrevistado: *Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa*

Objetivo

- Analisar e pontuar as dimensões de cultura e identidade que partem da Confederação do Equador e que balizam o imaginário social pernambucano

Eixos de conteúdo

3. TRANSCRIÇÕES DOS PODCASTS¹

3.1 Episódio 1 - 1824 em cena: Panorama Político e Regional

Entrevistado: *Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara*

Mediadora: *Gabriela Torres Coelho*

Mediadora: Olá, sejam muito bem-vindos ao primeiro episódio do projeto “Histórias da Confederação do Equador: 200 anos de Liberdade e Resistência”. Esse projeto ele é coordenado pelo Professor Dr. Rodolfo Feitosa e financiado pela FACEPE. É um grande prazer ter você aqui conosco. Eu me chamo Gabriella Coelho e vou acompanhar vocês durante os nossos episódios. Ao longo da nossa série, nós vamos tratar de forma profunda sobre o que foi a Confederação do Equador, contando com a participação de professores especialistas. Hoje, nós vamos conversar sobre o panorama político e regional, para isso, contamos com a participação do Professor Dr. Bruno Câmara, ele que é Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, com ênfase em História Social do Norte e Nordeste, Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e licenciado em História pela mesma universidade. Ele tem experiência na área de História do Brasil Império e História de Pernambuco. É professor adjunto do curso de Licenciatura em História da Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns, docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas e docente colaborador do PPGH/UFPE. É um prazer tê-lo conosco, professor, seja muito bem-vindo.

Mediadora: Bom, para início de conversa, eu gostaria que o senhor começasse nos explicando o que foi a Confederação do Equador e o porquê ela ganhou esse nome diferente?

Entrevistado: Bem, a Confederação do Equador foi um movimento que abalou parte do que hoje consideramos o Nordeste brasileiro. Pegou várias

províncias ali naquela região do Nordeste e foi um movimento político que, entre julho e setembro de 1824, buscou implantar uma espécie de governo autônomo, aos moldes federalistas. O epicentro foi a província de Pernambuco e congregando também, para esse levante, as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. De fato, a Confederação do Equador representou um dos primeiros movimentos de contestação à ordem centralizadora imposta pelo Imperador Dom Pedro I. A Confederação do Equador também faz parte do que a historiografia antiga chamada de ciclo das revoluções liberais do Nordeste. Ela é vinculada à 1817 e 1848. Têm algumas vinculações ali, então ela faz parte do que a antiga historiografia falava de ciclo das revoluções liberais do Nordeste.

Bem, sobre o nome “Confederação do Equador”, a tradição histórica remonta esse nome à localização geográfica, no caso, ao que hoje chamamos Nordeste brasileiro, e que está próximo à linha do Equador. Isso é o que remonta tradição histórica. Outro ponto interessante também é que essa tradição histórica enfatiza essa ideia de surgimento de um novo Estado, e aparece ali com características republicanas e federativas, inspiradas nos Estados Unidos. Então, tudo isso junto dá essa ideia de Confederação do Equador, foi essa a nomenclatura que se criou.

Mediadora: Nós sabemos que uma revolta não acontece de uma hora para a outra, né? Tem sempre um contexto e motivações, sabemos também que o Brasil estava ali recém independente e Dom Pedro I havia se tornado o primeiro Imperador do Brasil, portanto, diante disso, eu pergunto ao senhor: Quais foram as principais medidas desse Primeiro Reinado que

¹ As transcrições ora apresentadas foram adaptadas dos áudios originais dos podcasts gravados com os estudiosos e especialistas acerca de temas, conteúdos e questões pertinentes à Confederação do Equador de 1824. Neste sentido, algumas adaptações e correções gramaticais foram realizadas, bem como ajustes sintáticos pontuais com o intuito deixar a leitura mais fluida e inteligível ao público, comportando também, neste caso, algumas

supressões e interposições. Quando identificado oportuno, introduzimos breves notas de rodapé complementares à elucidação e entendimento das colocações feitas pelos entrevistados, assim como apontamentos bibliográficos de eventuais referências citadas diretamente.

motivaram a insatisfação em Pernambuco? E como a dissolução da Assembleia Constituinte impactou a elite e o povo pernambucano?

Entrevistado: Bem, um ponto interessante aqui é a gente remontar à própria história da província de Pernambuco, o histórico de revoltas que já teve. não é? Então, você tem a Conspiração de Suassuna, você tem o movimento de 1817. Esse sim é um grande evento histórico, em quê de fato, a turma proclamou uma república aqui. Assim, esse histórico da Província de Pernambuco é muito forte, né, a questão da autonomia, sabe? E é um histórico, se você pegar, remonta à uma tradição, né, que vai, sei lá, da expulsão dos holandeses, né, igual aqueles vassalos da Coroa Portuguesa, expulsado com o próprio sangue, com a própria fortuna, né. Então, essa questão da autonomia pernambucana, essa busca por uma certa autonomia, isso vem desde o Brasil colonial, passando por 1817, e 1824 é um exemplo bem marcante disso aí.

Para você ter ideia, a própria independência do Brasil, né, em Pernambuco tem uma característica local, sabe? Então, a negociação, né, que o Gervásio Pires faz, né, para manter a Província com certa autonomia em relação à Corte do Rio de Janeiro e às Cortes de Lisboa. Então, tem todo um histórico, né, de busca por uma certa autonomia política e administrativa. A gente deve enfatizar também, né, que o pós-independência, as notícias do 7 de setembro só chegaram em Pernambuco em novembro de 1822. Então, teve um tempo aí, né, para se chegar a notícia da independência. E o pós-independência não foi nada calmo, havia um latente confronto de interesses entre as lideranças nacionais, regionais e locais, e cada grupo lutava por maior participação nesse poder. Então, na época, só uma Assembleia Constituinte de caráter liberal poderia equilibrar o jogo do poder. E era necessário criar também, no país recém independente, novas instituições para administrar essa nova nação que estava se criando ali, na verdade um conjunto de leis.

Então, houve a convocação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império brasileiro. Na qual 14 províncias mandaram representantes e os trabalhos tiveram início no dia 3 de maio de 1823. Essa assembleia já marca a intransigência de Pedro I. Diversos atritos entre o imperador e os deputados marcaram os debates. É o grande embate que houve nesse primeiro momento foi sobre os limites do poder do soberano. E o primeiro projeto é aquele chamado projeto “Constituição da Mandioca”, né, então, deixava claro, nesse primeiro projeto, né, um certo antiabsolutismo limitando ao máximo o poder

de Pedro I e valorizando, em contrapartida, a representação nacional. E era pontuada a questão da autonomia das províncias e de certa descentralização. Então essa primeira constituinte, né, esse primeiro esboço de Constituinte dava certa descentralização e autonomia às províncias.

Bem, Pedro I foi radicalmente contra ele temia, né, que a autonomia das províncias, propostas pelos partidários do modelo federativo, levasse à fragmentação do país. E, de forma autoritária, em 12 de novembro de 1823, a assembleia é dissolvida. Houve prisão dos deputados dissidentes, e Pedro nomeia, né, uma nova comissão, é... sobretudo pungente, ligada a o chamado Conselho de Estado, né, partidários sempre do imperador. E esse pessoal foi responsável por redigir a constituição de 1824. Então, a primeira constituição do país é outorgada em 25 de março de 1824, sem a aprovação dos deputados, nem mesmo da sociedade. Então, daí, gerou um grande confronto, uma grande discussão, né, que ganha os jornais, né, ganha os periódicos e ganha os círculos políticos locais também.

Mediadora: Outro fato que despertou essa insatisfação pernambucana foi a Constituição de 1824, como que ela estimulou o movimento federalista no Nordeste?

Entrevistado: A Constituição de 1824 ela é um texto, extremamente conflitante. Então, centrava considerável dose de poder na figura do Imperador. E, além disso, tinha o chamado Poder Moderador, né, que foi instituído aí, um quarto poder, né. Então, a Constituição de 1824 instituiu uma monarquia liberal de fachada parlamentarista e centralizadora. É... a Constituição, né, ela tocava num ponto delicado para as elites políticas locais, as elites políticas das províncias, né, que é a questão da autonomia provincial. Então, as ambições absolutistas de Pedro I tiveram ressonância nas províncias do Norte. Então, eu... eu lembro... fazendo leitura da documentação, eu lembro as críticas, né, que são feitas em relação à chegada dessa nova constituinte. Então, Frei Caneca, um dos principais críticos, né, dessa... dessa... do governo de Pedro I, né, e dessa constituinte, ele disse o seguinte: Uma Constituição não é outra coisa que a ata do pacto social que fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viver em reunião ou sociedade.

Um detalhe que assim... se chama pouca atenção, né, mas as câmaras municipais, que foram muito importantes nesse processo de politização, né, de participação política das elites locais, elas perderiam poder, justamente com esse texto novo, né, com essa Constituição de 24. Então, as elites locais perderiam esse espaço de atuação.

De fato, sempre foram tensas as relações entre o Imperador e as elites pernambucanas, sempre foram tensas. Claro que parte dessas elites apoiaram Pedro, né, no seu processo, no seu projeto constitucional tudinho e parte foi radicalmente contra. Então, pra se ter uma ideia, né, as ações e atitudes absolutistas de Pedro I, né, a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Carta de 1824, né, causaram descontentamentos e exaltaram ainda mais, né, os ânimos dos liberais federalistas pernambucanos, sobretudo os pernambucanos. Aí a gente se pergunta, né, o que queria, o que queriam as elites locais? Então, elas queriam maior autonomia, participação política, é... participação administrativa, né, dos recursos da própria província. É, então, o intervencionismo, né, do poder central na presidência das províncias também gerou outro motivo de rompimento.

Então, a partir da Constituição de 1824, né, que é... indicaria, né, o presidente da província era o Imperador. Então, tiraria, né, aquele governo local, né, aquela...o cargo máximo do governo de uma província seria a presidência dela. Então, a partir de agora, né, quem indicaria era o Imperador. Para se ter noção, né, na Paraíba, no Ceará ocorreram protestos, né, e Pernambuco, foi o maior foco, né, de descontentamento e resistência a essas pretensões absolutistas do Imperador. Então, tudo seria, né, controlado pelo poder central estabelecido na Corte do Rio de Janeiro. Tudo isso ficaria, é... é... é... esse poder ficaria na mão de Pedro I, né, e dos seus correligionários políticos ali que o apoiavam. Agora é interessante entender, né, como estava o clima político em Pernambuco nesse momento, né. Pernambuco era governado por Francisco Pais Barreto, né, o chamado Morgado do Cabo, que tinha laços de lealdade com Pedro I. Só que em 13 de dezembro de 1823, Pais Barreto renuncia ao cargo. Então, é feita uma nova eleição, né, essa eleição foi organizada, e era o início do governo do Manuel de Carvalho Pais de Andrade, né. Ele vence essa eleição.

Bem, qual é o problema aí, né? Essa eleição ocorreu à revelia da Carta-lei datada de 20 de outubro de 1823, que retirava das províncias a prerrogativa de eleger o presidente da província, o secretariado e demais cargos. Então,

é... é... a eleição de Manuel de Carvalho Pais de Andrade ela vem de encontro com essa normativa, né, que o Imperador impôs, já em voga, né, de... de centralizar realmente, né, de tirar das províncias a prerrogativa de eleger seu presidente da província. Bem, Pedro I, não satisfeito, nomeia, né, um governador novamente indesejado, que é o Francisco Pais Barreto, né, o já citado Morgado do Cabo, que era o presidente anterior, que abdica, né, sai do cargo por pressão política. Então, uma nova eleição, que ocorreu no dia 8 de janeiro de 1824, confirma o nome de Manuel de Carvalho Pais de Andrade e isso gera insatisfação das elites dissidentes, né, com o grupo de Manuel de Carvalho Pais de Andrade e insatisfação também, no próprio Imperador, né, que não vê seu nome, o nome que ele indicou, né, nomeado ali pra assumir o cargo de presidente da província. Pedro I ele tenta garantir a posse forçada de Pais Barreto e manda uma divisão naval, formada pelas fragatas Niterói e Ipiranga, comandada pelo Capitão de mar e guerra, John Taylor, manda para o Recife, para tenta fechar o porto e tenta negociar, né, a... a entrada desse novo presidente nomeado por Pedro.

Bem, o clima é tenso, e novamente é realizada uma nova reunião, do chamado Grande Conselho. Pra você ter ideia, 309 conselheiros confirmaram, participaram dessa reunião e confirmaram o nome de Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Então, descontente, né, Taylor é... bloqueia o porto do Recife. Então, o porto do Recife era extremamente — como é que eu posso dizer? — era uma... era um dos postos mais movimentados do Nordeste, se não o maior porto do Nordeste desse período aí e ele é bloqueado, né. Então, as negociações comerciais ficam aí paralisadas. Nesse meio, mesmo tempo aí, ocorre uma coisa interessante, né? Ocorre rumores de uma invasão portuguesa que seria feita a partir de Pernambuco. Então, é... circulam, né, cartas, né, de que Portugal tá organizando, né, uma grande esquadra para invadir o Brasil, né, e tomar posse novamente do território, né, colonial, né, fazer o Brasil se tornar uma colônia. E sobretudo, né, os boatos chegam que seria isso a partir de Pernambuco. Seria tomado, né, a Província de Pernambuco seria o centro, né, dessa reconquista portuguesa. Isso são boatos que circulavam ali, você vê na documentação, esse tipo de informação circulando.

Então, temendo isso, o Taylor, ele é obrigado a zarpar com seus navios do Porto do Recife. Então, em dia 1 de julho, ele levanta as âncoras e zarpa do Porto do Recife. E no dia 2 de julho, os federalistas pernambucanos decretam a, entre aspas, independência das províncias do Norte. E assim era formada a

Confederação do Equador. Então, manifestos são proclamados. Inclusive, Pedro era acusado de traidor, de ter abandonado o povo pernambucano justamente nesse momento.

Mediadora: *A partir disso, como se deu a articulação política entre Pernambuco, Paraíba e Ceará na véspera da revolta?*

Entrevistado: Bem, essa tua questão é interessante, né. Como se deu essa articulação política entre Pernambuco, Paraíba e Ceará na véspera da Revolta? Bem, o que que eu posso dizer? Primeiro, essas elites locais, elas circulavam muito. Então, assim, havia um contato constante. O Brasil, ele tem, assim, dimensões continentais, mas essas elites regionais, elas tão sempre em contato. De alguma forma, elas tão em contato.

Então, a gente pode perceber, a própria formação, né, de alguns membros dessa elite, né, que são formados em Coimbra. Então, quando voltam para sua capitania, na sua capitania, como era chamada a antiga província, né, eles criam, né, laços de solidariedade, então era muito comum. Assim, por mais que a gente pense nas dimensões continentais do Brasil, né, na dificuldade dos transportes, mas essas elites, políticas sobretudo, elas tinham intenso contato. A própria experiência, né, da formação daqueles governos provinciais ainda na época da Revolta do Porto, né, deu a essas elites essa capacidade de articular entre si, né, de, de manter o contato, um diálogo.

A própria, é o próprio envio, né, de deputados dessas elites pra as Cortes, né, de Lisboa, é... dá essa dimensão, né, dessa participação. A própria Constituinte, né, em 1823, né, a nomeação daqueles deputados, você pega um mapa, né, de número de deputados, então, houve uma participação muito grande. Então, essas elites elas estão sempre em contato, né. Eles não estão ali perdidos nesse vazio, elas estão realmente em contato. Há uma articulação forte. E é um próprio comércio em si, né, gente? A gente tem que pensar, né, que o comércio do açúcar é um comércio que articula, né, pessoas, comerciantes, né, que também são, são políticos também, né? Se a gente pegar, né, a trajetória do Manuel de Carvalho Pais de Andrade, né, era comerciante. O Gervásio Pires Ferreira era comerciante. Então, essas elites estão sempre circulando, sabe, estão sempre em contato. E o que é interessante é que tanto o Ceará como a Paraíba, eles tinham, ali, né, queixas,

muito semelhantes à Pernambuco: a questão da autonomia provincial, está, e o governo próprio, né, da governança local.

Mediadora: *Que diferenças regionais, sejam elas econômicas ou sociais, facilitaram ou dificultaram a adesão de cada província nesse movimento?*

Entrevistado: Eu vejo sempre essa questão, né, por um aspecto político, né, de constituição das elites locais. Em cada província houve aquela elite que apoiou os confederados e outra que ficou fiel a Pedro Primeiro, por laços de favor e vassalagem. Então, eu, eu percebo, né, não nas diferenças regionais, claro — tem? Claro que tem diferenças regionais, mas para mim é questão da formação das elites locais.

Então, desse apoio aí do projeto confederado. As elites locais, se você perceber bem, nas províncias, elas estão sempre, né, rompidas. Não existe uma elite homogênea, né, no sentido político, né. Elas estão lutando também por espaços de poder.

Então, aquela elite do Morgado do Cabo, né, do qual o Morgado do Cabo capitaneia essa facção, né, que apoia Pedro, ela apoia por interesses pessoais, tá entendendo? Interesses de, de, de se nomear governador também ali, né, pelo apoio de Pedro I. Então, havia uma... uma... como sempre foi, em 17 também, na, na Revolta Praieira de 1848, as elites locais elas estão, de fato, sempre conflitantes ali. Seus interesses estão sempre em conflito. também divisão também na revolta. As elites estão, de fato, sempre conflitantes ali. Seus interesses ali estão sempre em conflito.

Mediadora: *Diante disso, eu te pergunto, professor, quais foram os canais de comunicação e mobilização utilizados pelos confederados?*

Entrevistado: Isso é tão interessante, né? Primeiro, porque havia uma circulação de informações muito forte. Então, assim, eu sei que as cartas circulavam, né, no Império todinho, né, e alguns indivíduos também acabaram sendo até emissários, né, da Confederação do Equador, levando a notícia do acontecimento para outras províncias.

Então, vou dar um exemplo aí, em Sergipe, quem levou a notícia da Confederação do Equador foram os padres, os padres que circulavam ali nas paróquias que levaram a notícia de que esse movimento tinha estourado

tudinho. É... também há uma comunicação muito forte, né, como eu já pontuei antes, dessas elites locais, por cartas, tudinho.

Então... e outra coisa: a própria imprensa, que está ali, é... como é que eu posso dizer, sendo gestada ali naquele momento, né. Não havia essa imprensa que a gente tem hoje, mas havia uma circulação de informações. Havia panfletos que circulavam. Olha, pra você ter ideia, tem um panfleto chamado *Manifesto das Mulheres de Goiana*. Goiana é uma cidadezinha ali no finalzinho, entre, entre a fronteira de Pernambuco e Paraíba. Então, é... laços de um manifesto, um documento, né, o texto é um texto político excepcional, criticando, né, o governo de Pedro I, né. Com críticas ferrenhas e escritos como se tivessem sido escritos, né, o... o... a gente pode destacar o protagonismo das mulheres aí, né, escritos pelas mulheres de Goiana.

E é um texto, né, em que as mulheres de Goiana escrevem como se fosse uma carta para as mulheres de Cachoeirinha, de Cachoeira, né, na Bahia — que é uma cidade, né, um dos principais focos em resistência à... à... dominação de Pedro Primeiro, na época da independência, né, naquela discussão sobre a independência ali.

Então as coisas estão circulando, havia uma quantidade de panfletos que circulavam. É... o... Flávio Cabral, né, e o próprio Luciano Figueiredo, né, em um texto recente destacam essa questão, né, da circulação desses panfletos. Tá? Então, comunicação havia de toda forma possível.

Mediadora: *Em meio a esses conflitos sempre há nomes que se destacam, né? Que atores locais tiveram papel-chave na eclosão do movimento?*

Entrevistado: Olha, a gente tem primeiro essa briga, né, entre Manuel de Carvalho Pais de Andrade e o Morgado do Cabo. Então, Manuel de Carvalho Pais de Andrade era um personagem fantástico, tá entendendo? Que... é... é... Ele tem um histórico assim, de participação, ele participa de 1817, ele participa da Confederação do Equador ativamente ali, né, é a principal cabeça. Foge, né, pro exílio, depois retorna, né, quando o Imperador abdica, né, em 1800 e — acho que é — 30, 31, que ele volta ao Brasil, e retoma a vida política dele. Então, Manuel de Carvalho Pais de Andrade eu acho um personagem fantástico.

Outro personagem também que eu destaco aqui é o próprio Frei Caneca. Para mim, Frei Caneca é um personagem, assim, riquíssimo, riquíssimo. Um grande intelectual, sabe? É... Hoje, o pessoal que estuda a Constituinte, né, os movimentos de constituição, né, como é que se elabora a constituição, os mesmos intelectuais a se pensar é Frei Caneca, tamanha a erudição dele, tamanha articulação política dele... os textos dele são muito bons, são muito bons, assim, são textos, assim, riquíssimos, que mostram que ele estava — como é que eu posso dizer, né — antenado com todas essas ideias que circulavam, né. Ideias de estrutura política e uma cultura política, tudinho. Então, Frei Caneca é um desses personagens fantásticos, que eu destaco aí.

Bem a gente também tem uma série de personagens anônimos também. Eu, na minha, no meu texto, na minha cartilha, eu destaco muito Francisco da Costa, né, que é um africano, é semi liberto, que acaba aderindo a...a... Confederação do Equador, veste farda, vai lutar, e a história dele é bem peculiar, contada pelo professor Marco Carvalho, né, em dois artigos, e ele acaba — como é que eu posso dizer — preso, e perde sua liberdade. É um personagem também fantástico de se pensar, né.

A gente também tem o Augustinho Bezerra, né, que é um negro que participa, né, ativamente do...do... das forças, né, que compõem a Confederação do Equador. Ele é o capitão, né, ele que comanda, né, o batalhão dos Henriques. Então, um batalhão é formado por homens de cor. E também tem o Mundurucu, que é um personagem também fabuloso. Esse, para mim, é um dos personagens mais marcantes da Confederação do Equador, que ele é um homem pardo, né, que comanda o Batalhão dos Pardos. E ele consegue fugir de Pernambuco, quando as tropas invadem, as tropas leais ao Imperador invadem Pernambuco, ele consegue fugir.

Então, ah, eu acredito, assim, que a Confederação do Equador tem vários elementos importantes aí a destacar. Eu posso destacar também um trabalho da professora Mariana Dantas, que ela destaca a participação ativa dos indígenas nesse conflito, sobretudo ao lado do Morgado do Cabo, né, apoiando as tropas do Imperador. Então, é um evento que é marcado por vários personagens.

Mediadora: *A gente sabe que a Coroa rapidamente se movimentou na repressão da Confederação do Equador, né, explica um pouco pra a gente como ocorreu essa ação.*

Entrevistado: Bem, o que que eu posso dizer sobre a ação da Coroa, né? A ação do governo de Dom Pedro I. Então, a reação do governo de Pedro I, foi rápida, sobretudo, para tentar conter os avanços da Revolta: então, foi enviada uma divisão naval, no dia 1º de agosto de 1824, que partiu do porto do Rio de Janeiro, com destino à província de Pernambuco. Era uma esquadra, né, uma divisão naval, composta pela nau Pedro I, o Brigue Maranhão, a Corveta Carioca e dois transportes, Harmonia e Caridade, sob o comando do almirante Lord Cochrane. Essa esquadra levava 1200 homens, soldados do exército imperial, sob o comando do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias. Bem, as tropas comandadas por Lima e Silva, desembarcaram do porto de Jaraguá em Maceió, dos dias 14 a 16 de agosto, e desse porto aí Lima e Silva marchou até o Recife. E no caminho, esse contingente de soldados foi ganhando a adesão de outras milícias leais ao Imperador.

E ali era formado, né, o exército da, o chamado, o Exército Cooperador da Boa Ordem, e eu acho que um ponto que se deve destacar, né, é a presença de indígenas, né, que habitavam a divisa das províncias de Pernambuco e Alagoas, que foram importantes aliados para conter a Confederação do Equador. Apesar da resistência, a vitória das tropas imperiais foi rápida, o exército de Lima e Silva dominou rapidamente o reduto militar da capital, todos aqueles redutos militares da capital, o Forte das Cinco Pontas, Forte do Brum, e em 12 de setembro, o presidente da província, né, o Manuel de Carvalho Pais de Andrade, ele se refugia em um navio inglês, ancorado no porto, e parte pro exílio. E no dia 13 de setembro, Lima e Silva apodera-se do centro da capital, né, do Recife. Restava, ainda, ocupar Olinda, e a maioria dos chefes confederados decidiu pela rendição, só que uma parte desses chefes decidiu continuar. Então, no dia 16 de setembro, Frei Caneca e outras lideranças, como Agostinho e o Mundurucu, resolveram abandonar Olinda e continuar a luta.

Então, a redenção final desse grupo que circulou ali, chegou até a ir ao Ceará, mas lá a revolta já tinha sido contida, né. Então, a rendição final, né, ocorreria no dia 29 de novembro, e a rebelião republicana contra o governo imperial durou cerca de 79 dias e ganhou notoriedade até internacional.

Então, em 20 de dezembro, é instalada a chamada Comissão Militar para julgar os cabeças da revolução, e foram vários rebeldes, né, passado por esse tribunal e foram executados. Então, pra se ter ideia, oito foram executados em Pernambuco, cinco no Ceará, três no Rio de Janeiro, e, assim, entre esses solda... esses indivíduos, essas lideranças que foram executadas, a mais dramática é a de Agostinho Bezerra e do Frei Caneca, né. Frei Caneca acabou arcabuzado, né, no Largo das Cinco Pontas.

Mas essa, essa, é o fim, né. Essa foi a forma de repressão, né, governo imperial achou, né, para combater a Confederação do Equador. Foi uma forma extremamente enérgica, usando todo o poderio militar que havia, né, na época, e contando ainda, né, com as milícias leais, né, tanto de Alagoas como de Pernambuco, né, que se aliaram a esse exército aí. Então, aí foi rápido, né. O processo foi rápido, não havia como ainda resistir.

Mediadora: *Pernambuco tem mesmo uma história muito rica, né, repleta de revoltas, não é mesmo? E cada uma delas deixa marcas na nossa história. De que modo este episódio fortaleceu traços de autonomia política que perduram no Estado de Pernambuco?*

Entrevistado: Bem, primeiro, é importante dizer, né, que mesmo Lima e Silva ter pacificado, entre aspas, a província de Pernambuco, né, as elites locais, né, não ficaram, né, subjugadas aquilo ali, então, houve muita queixa, houve muita reclamação. Mesmo com o fim da Confederação, né, com os confederados sendo massacrados ali pela força repressora, ainda havia muita insatisfação. E ele coloca, o próprio Lima e Silva coloca no documento, né, esse clima de tensão que ainda há em Pernambuco, por mais que a revolta tenha sido sufocada, o clima de tensão permaneceu.

E esse clima de tensão é interessante, né, que a gente pensar bem, eu acho que uma das coisas que mais marcam a força da Confederação do Equador é em 1826, né, quando ocorre a...o parlamento, o parlamento novamente, o parlamento, a Assembleia Legislativa realmente se reúne pra começar a dar continuidade ao processo legislativo. Então, há muita queixa ao que ocorreu em Pernambuco e outras províncias aqui no nordeste, há muita queixa, né, em cima do Imperador. Então, ali já começa, né, em 26, né, entre os deputados, né, legitimamente eleitos, né, há algum momento contestação ao próprio Imperador. E esse movimento só vai crescendo até a abdicação dele, até a abdicação do Imperador.

Então, de fato, existe um legado, né, que é a Confederação do Equador deixou, né, essa questão, né, da crítica, né, à centralização do Império na figura de Pedro I, a crítica à não autonomia das províncias, ao governo local, nesse alto, como é que eu posso dizer, as elites locais elegerem, né, a governança local. Então, ficou uma certa, uma série de críticas aí, ao Imperador.

Então, eu acho que isso é um legado da Confederação do Equador, e isso vai ter ressonância na, no pós-abdicação de Pedro I, na década de 30. A própria... o contexto da...da... chamada Insurreição Praieira, também mostra essa insatisfação, né, com a Constituição de 1824, né, com o processo centralizador dessa constituição. Então, de fato a Confederação do Equador deixou esse legado. E claro, esse legado também é uma cultura política, a gente também tem que pensar dessa forma, né. Não ficou, por mais que o movimento tenha sido, como é que eu posso dizer, reprimido, mas ficou essa cultura política, há essa cultura de discutir uma constituição, de discutir maior autonomia, espaço de barganha político local, né. Então, isso tudo é um legado da Confederação do Equador.

Mediadora: *Em que medida a geografia política de 1824 continua a moldar as disputas eleitorais em Pernambuco hoje?*

Entrevistado: O hoje eu não saberia dizer, sabe? Assim, é complicado fazer essa ligação entre passado e presente nessa perspectiva, né. Vivemos numa república, é bem diferente, né, do que na época era um império centralizado, né? Mas eu acho que, assim, ao longo do primeiro reinado, e do segundo reinado, né, até a Proclamação da República, a gente tem uma questão muito forte, né, em relação ao centralismo. Até o final da... da... da... monarquia, né, até o final do segundo reinado, é — como é que eu posso ser? — o imperador que escolhia o presidente da província, né, e também ajudava a nomear juízes, tudinho.

Então, esse centralismo realmente é...é... permaneceu ao longo do Brasil Império, né. Então, isso, de certa forma, né, quando ocorre a Proclamação da República, essa descentralização administrativa, né, essa descentralização da própria governança, então isso teve um impacto muito grande. E eu acho que isso também, né, o germe disso aí tá lá em 1824.

Bem, por fim, né, assim, eu acho, eu acho a Confederação do Equador um movimento fascinante e ter vivenciado essas comemorações, do bicentenário, desse evento, foi muito forte pra mim, né? Eu construí uma cartilha pedagógica sobre a Confederação do Equador que circulou aí, né, entre os professores e alunos da rede pública estadual, e foi algo muito importante, né? Ao mesmo tempo, a gente em 1824, em 2024, né, nas comemorações, três livros saíram, e um desses livros é de minha autoria, né, é organizado por mim e pelo professor Carlos André, e é um livro de artigos de vários autores.

Então, nesse processo foi tão interessante, voltar, né, a estudar o evento de 24, né, e ver a produção historiográfica riquíssima. Você vê, vários historiadores mandaram artigos para a gente publicar, e são artigos muito bons, muito bons, assim, que eu destaco, assim, que trazem inovação sobre os acontecimentos de 1824, que trazem uma abordagem diferente, tá entendendo? Que dão uma dimensão maior da participação de outros agentes históricos nesse evento.

Então, foi realmente essas comemorações do bicentenário, deixam um legado forte, como historiador, né, é... como profissional da história, professor. De fato, estudar, voltar a estudar a Confederação do Equador foi muito importante para mim, me trouxe uma bagagem muito grande de leituras, de coisas interessantes, né, de documentação que a anos atrás eu não tinha visto, tive acesso agora, inclusive à própria obra do Frei Caneca, né. E quando eu li pela primeira vez, eu era muito novo, não tinha essa noção, né, da... da importância dele. E reler anos depois foi muito importante para mim, sabe, ter a dimensão, né, da sua cultura política. Então, foi um... de fato, essas...essas comemorações desse bicentenário, né, trouxe um legado muito positivo, tanto para a cultura histórica de Pernambuco, como pra mim, o profissional da história.

Mediadora: *Bem, depois dessa excelente explanação eu deixo aqui o nosso muito obrigada pela sua participação. Foi um prazer recebê-lo e ouvir suas explicações de forma tão esclarecedora sobre esse movimento tão importante para nossa história, não é mesmo? Então, mais uma vez, nosso muito obrigada!*

Entrevistado: Bem, para mim foi uma honra participar dessa entrevista aqui, desse podcast, e é gratificante, é sempre gratificante conversar sobre esse

evento histórico. Na verdade, é sempre gratificante para um professor de história, para o historiador falar sobre história, sabe? Seja qual é a temática, seja qual for, né, o assunto específico, né. Mas para a gente, professor de história, é muito rico esse debate, esse diálogo que a gente pode desenvolver, né, um pouco mais amplo.

Então, eu agradeço a vocês, né, profundamente grato, por divulgar, né, ajudar a divulgar, né, a nova produção historiográfica, sobre os eventos de 1824. Então, para mim, foi uma honra participar desse podcast. Um abraço a todos aí.

Mediadora: *Chegamos ao fim, então, do nosso primeiro episódio. Um beijo e aguardo vocês no nosso próximo encontro.*

3.2 Episódio 2 - Taxas e Tensões: Conflitos Econômicos e Autonomia Fiscal

Entrevistado: *Dr. George Felix Cabral de Souza*

Mediadora: *Gabriela Torres Coelho*

Mediadora: *Olá, pessoal! Sejam muito bem-vindos a mais um episódio do nosso projeto “Histórias da Confederação do Equador: 200 Anos de Liberdade e Resistência”. Eu me chamo Gabriela Coelho e hoje a gente vai explorar um aspecto essencial: a economia por trás do conflito. Para nos ajudar nessa conversa, a gente recebe o professor George Félix Cabral de Sousa, Professor Associado do departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História pela Universidade de Salamanca (Espanha, 2007). Licenciado (1999) e Mestre (2002) em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Realiza pesquisas na área de História Colonial, atuando principalmente nos temas: poderes locais, culturas políticas, elites e comércio na América colonial. É um grande prazer recebê-lo, professor, seja muito bem-vindo.*

Mediadora: *Para iniciar a nossa conversa eu peço que o senhor faça uma contextualização sobre o que foi a Confederação do Equador e sobre o contexto da época.*

Entrevistado: A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário que eclodiu em Pernambuco e teve também uma participação muito forte do Ceará e da Paraíba, em julho de 1824. Portanto, menos de dois anos depois do 7 de setembro, da Independência.

É um movimento que ocorreu, sobretudo, em reação a duas questões. Primeiro, o imperador Dom Pedro I, nosso primeiro monarca, ele convocou uma Assembleia Constituinte para criar a lei geral do Império. Mas, como o projeto, né, de Constituição que a assembleia começou a desenhar limitava muito os poderes dele, ele acabou fechando essa Assembleia Constituinte e impondo uma Constituição para o Império. Então, ele quebrou, né, um acordo que havia sido feito com as elites locais, para que o Império fosse constitucional, descentralizado, e que o imperador tivesse uma série de limites do seu poder.

E um outro problema muito grave é que, nesse processo de centralização, o imperador também chamou para si, né, o poder de nomear e de destituir os presidentes de província, que seriam, o equivalente hoje, aos governadores de estado, né. Então, houve uma clara ruptura do acordo que foi feito entre as elites locais e o Imperador.

E por que foi preciso fazer esse acordo? Porque nem todas as províncias das antigas capitanias, né, nem todas as províncias do Brasil, elas estiveram totalmente de acordo, imediatamente, com o processo de Independência. Quando a gente estuda, na escola, o processo de Independência, dá uma impressão, né, de que, quando Dom Pedro I gritou "Independência ou morte!" lá às margens do Ipiranga, todo mundo ficou feliz e aderiu ao Império do Brasil. Não foi bem assim.

Teve províncias que não aceitaram e que ficaram em dúvida se iam unir-se ao Brasil, se permanecer ligadas a Portugal ou até mesmo se proclamar uma independência em separado. Então, Pedro I convenceu as elites locais oferecendo a elas um modelo descentralizado e constitucional. E aí, quando ele quebrou essa promessa, houve revolta, tá? Houve protestos em todo o Brasil. Mas, em Pernambuco, no Ceará, na Paraíba, esses protestos foram além, né? Conseguiram desestabilizar a ordem política, propondo, para as outras províncias, uma nova organização, na forma de uma república. Então, esse é o contexto político que leva à eclosão dessa revolução que nós conhecemos como Confederação do Equador, que era o nome proposto, né, para a república que deveria se formar a partir daquele momento.

Mediadora: *Feito isso, eu pergunto ao senhor, como era esse cenário fiscal logo no início do império? Como se organizavam os impostos sobre a produção açucareira ali por 1824?*

Entrevistado: Bom, quando o Brasil se formou como Império, ele não tinha uma base fiscal muito sólida. O café ainda não havia despontado como grande produto de exportação do Brasil. Só mais adiante é que o café passaria a ter um peso maior.

Naquele momento da Independência, os dois grandes produtos de exportação do Brasil eram, ainda, açúcar e algodão. E havia apenas algumas províncias que exportavam mais do que importavam, que tinham superávit na balança comercial. Ah, essas províncias eram a Bahia, Pernambuco e o Maranhão.

Todas as outras províncias geravam déficit, ou seja, davam mais despesa do que arrecadavam, né? E por isso foi tão importante para o Rio de Janeiro, para Pedro I e os seus aliados, manter estas províncias unidas ao novo Império.

Se a gente for observar, essas são as três províncias que vão ter mais problemas aí, no início do processo de Independência, né, exatamente por conta dessas questões fiscais. Por quê? Porque as elites locais elas queriam ter o direito de administrar as finanças das províncias. Elas não queriam que as suas finanças ficassem centralizadas lá no Rio de Janeiro, porque isso seria trocar Lisboa pelo Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro passaria a ser o local para, né, onde os recursos, os superávits, né, os ganhos das províncias seriam para lá enviados e aplicados por lá. Então, é um momento muito delicado para o Império.

O Império em 1824, ainda não tinha um reconhecimento internacional da sua Independência. Havia uma guerra em curso, né? No extremo sul, na Província Cisplatina, que depois se tornaria o Uruguai. E havia pressões externas grandes sobre Pedro I. Então, a importância da adesão dessas províncias que geravam lucros passa diretamente aí pelo eixo, né, das questões, para a gente entender esse momento crucial da nossa história.

Mediadora: *Em meio à efervescência do período, o local do engenho passou a funcionar também como um espaço de poder político, alimentando a pressão por autonomia fiscal de alguma forma e se tornando núcleos de resistência?*

Entrevistado: Bom, como eu falei há pouco, né, para que houvesse a união das províncias do Brasil em torno da figura de Pedro I como monarca, foi preciso fazer uma série de alianças, né? Aqui em Pernambuco, já havia ocorrido uma série de outros movimentos, né, de revolução, de insurreição contra a monarquia e contra esse poder centralizado. Então, havia aqui um clima político muito acirrado, né?

E havia duas grandes vertentes econômicas e políticas. Uma vertente mais conservadora, ligada à produção de açúcar, ligada ao mundo dos engenhos, sobretudo muito forte na parte sul da Zona da Mata do estado. E uma parte ligada ao algodão, que era mais progressista, que estava mais interligada com

os circuitos comerciais que se conectavam diretamente com a Inglaterra, ou que estavam interessados em fazer negócio com os Estados Unidos.

Essa corrente mais progressista ela ficava, sobretudo, nas cidades da Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco. Então, a gente vai ter dois grupos econômicos com interesses diferentes. Mas, ao mesmo tempo, a gente vai ter ainda uma força muito grande, do ponto de vista político e social, dos senhores de engenho, dos tradicionais senhores de engenho, que vinham já desde o período colonial sendo as figuras mais importantes socialmente, né, dentro da nossa sociedade pernambucana.

Então, esses grupos, eles tinham um interesse muito grande, esse grupo de senhores de engenho, ele tinha um interesse muito grande, sobretudo, em uma questão, que era a manutenção da escravidão. Para esse grupo, era fundamental que essa forma de exploração da mão de obra continuasse vigorando, que ela não fosse abolida.

Já se falava bastante em abolição da escravidão a princípio do século XIX, sobretudo pelas pressões traduzidas pela Inglaterra, que queria acabar, né, com o tráfico negreiro e com a escravidão. Mas também havia, né, muita discussão sobre escravidão por conta da grande rebelião de escravos do Haiti, que gerou aí uma tensão política, né, em todos os locais onde havia muita quantidade de mão de obra escravizada. Então, nesse contexto, os senhores de engenho eles estavam preocupados e interessados em manter essa forma de exploração do trabalho. E é por isso que eles vão ter posições políticas mais conservadoras e vão aderir ao Império do Brasil, ao invés de apoiar a formação de uma república, como ocorreu em 1817.

Há em 1824, novamente, na Confederação do Equador, esses temas vão estar em discussão. E uma das primeiras medidas que o governo revolucionário da Confederação do Equador tomou aqui em Pernambuco foi: ele proibiu o tráfico de escravizados. Evidentemente, isso desagradou muita gente aqui, né. Desagradou os senhores de engenho, desagradou também os grandes comerciantes de escravos e, portanto, isso gerou resistências, né, e alimentou a contrarrevolução. Então, esse núcleo de senhores de engenho tem seus interesses políticos. Eles têm, sobretudo, o interesse na manutenção da escravidão e vão assumir posições conservadoras.

O principal líder contrarrevolucionário aqui em Pernambuco, na Confederação do Equador, foi o senhor de engenho Francisco Pais Barreto,

conhecido também como Morgado do Cabo, proprietário de vários engenhos no Cabo. E essa posição dele é totalmente condizente, né, com a posição dos senhores de engenho da Mata Sul: mais conservadora e aliada ao imperador, num modelo monárquico e centralizado.

Mediadora: *O senhor diria que essa economia centrada no açúcar também moldou o tipo de revolta que aconteceu?*

Entrevistado: Bom, de alguma maneira nós discutimos, na pergunta anterior, e vimos que essa prevalência da economia açucareira em Pernambuco, ela tem derivações, implicações políticas importantes, né?

O grupo dos senhores de engenho será o grupo político por excelência, mais forte aqui, e entra pelo Império, né, e chega até o século XX, quando os engenhos já se transformam em usinas e são os usineiros, né, as figuras políticas importantes — pelo menos até meados do século XX. Então, essa força da economia do açúcar aqui interfere diretamente nas questões políticas, porque gera aí o grupo, né, economicamente mais hegemônico, mais importante, mais forte. Então, a gente pode dizer que as posições desse — e os interesses desse — grupo de senhores de engenho vão interferir muito fortemente na contrarrevolução.

Por quê? Porque eles temem, sobretudo, que um regime republicano e revolucionário, como era aquele proposto pela Confederação do Equador, ele viesse a acabar com a escravidão e com o tráfico de escravizados. Isso não interessava a essa elite dos engenhos. É por isso que há, aí, essa interferência no processo histórico, por parte dessa camada social ligada aos engenhos.

Mediadora: *Como o crescimento da produção de algodão interveio nesse processo?*

Entrevistado: Bom, a produção de algodão, em Pernambuco, sobretudo nas cidades da Mata Norte: na região ali, Goiana, Nazaré, Tracunhaém, teve um impacto importante. Por quê? Porque formou, nessas áreas, uma... uma... uma população com menos presença de escravidão, né? Formou ali núcleos econômicos que tinham uma conexão com a Inglaterra da Revolução Industrial, no final do século XVIII e no início do século XIX, né?

Uma área, portanto, de economia ligada a setores mais progressistas, mais modernos naquele momento, né, desligada daquela... daquele circuito mais tradicional, mais antigo do açúcar, que ainda passava muito pelo controle dos comerciantes portugueses e em Lisboa e no porto, né?

Então, a produção de algodão ela permitiu, primeiro, também, né, um superávit na balança comercial de Pernambuco, no início do século XIX. Há anos nos quais o valor das exportações de algodão supera o valor das exportações do açúcar. Mas ela tem também essas implicações políticas e sociais.

Então, não é por acaso que a região que vai aderir a todos os movimentos revolucionários do início do século XIX em Pernambuco é a região da Mata Norte — a região onde está se produzindo mais algodão do que açúcar. Enquanto os setores mais conservadores, que vão ser contrarrevolucionários, serão, normalmente, né, aqueles da Mata Sul, onde a gente ainda vai encontrar o modelo tradicional do açúcar com mais força.

Então, a presença da produção algodoeira aqui também atraiu para o Recife muitos comerciantes britânicos, franceses e norte-americanos, né? E, com eles, chegavam ideias políticas diferenciadas. Com eles, chegavam também as conexões com a maçonaria, né.

Então, tudo isso promoveu um cenário propício para a divulgação de ideias políticas novas e para a formação, aí, de movimentos, né, de contestação política.

Mediadora: *Com o estouro da Confederação, houve impactos na produção e no comércio local?*

Entrevistado: Bem, essa é uma questão, inclusive, que merece maiores pesquisas... é uma questão muito interessante. A princípio, a gente pode dizer que, como ocorria em todos os momentos de conflito, a convocação da população masculina para o alistamento, né, em tropa. Isso promovia uma certa desorganização na produção, né? Os homens livres, e até mesmo escravizados, eram convocados, né? Ou se alistavam mais ou menos voluntariamente, ou eram, muitas vezes, obrigados a se alistar. Isso depende muito de cada situação. Mas o fato é que eles deixavam as atividades

produtivas para poder assumir, né, um lugar no conflito armado. Então, isso gera, a priori, uma desorganização da produção.

No comércio, nós vamos ter também problemas, porque o porto do Recife foi bloqueado em duas ocasiões. Há um primeiro bloqueio do porto que vai do final do mês de março até o final do mês de junho. Então, durante praticamente três meses, o porto do Recife fica fechado por navios da Marinha Imperial, e isso impede as transações comerciais, né?

E nós vamos ter, depois, um novo bloqueio em agosto de 1824, até o momento em que a Confederação é derrotada no Recife. Então, essa movimentação bélica, como costuma acontecer, né? Toda vez que tem guerra, há interferência negativa no comércio. E isso prejudicou bastante a economia local. E há também movimentos, né, internos, sobretudo no Recife, de ataques aos comerciantes portugueses que permaneceram aqui na praça do Recife, que também gera tensões em relação ao comércio. Então, é um aumento tenso, né, e há impacto, sim, tanto na produção, como no comércio, em Pernambuco.

Mediadora: *Um movimento como esse também tem seus custos, né? Como os confederados conseguiram manter financeiramente a insurreição em andamento? Teve confisco, empréstimo ou algum tipo de apoio popular economicamente falando?*

Entrevistado: Bom, a Confederação do Equador, ela pôde dispor dos recursos que estavam angariados, que estavam depositados na caixa da província, né, no erário da província.

É importante a gente salientar que não houve uma tomada de poder. O presidente da província, que havia sido eleito, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, ele era, portanto, o presidente, né, e pôde dispor dos recursos que a província tinha em caixa.

Com esses recursos, ele vai tentar encaminhar a compra de armamentos, a compra de embarcações, né? Ele também paga os soldos aos combatentes, providencia a compra de munições e, inclusive, uma parte desse dinheiro acabou depois sendo devolvida, né, lá da Inglaterra — reembolsada a partir da Inglaterra — quando se descobriu que a revolução estava já derrotada, e a

transação comercial, né, para qual o recurso que havia sido enviado, não era mais necessária.

Então, até onde eu conheço, não há notícia de confiscos. Porque o confisco é uma das coisas combatidas do Antigo Regime. A filosofia do Iluminismo, as novas ideias políticas, elas defendem muito fortemente a liberdade, mas também a propriedade. Então, confisco era uma prática comum no absolutismo, quando os monarcas, simplesmente, necessitavam de recursos, mandavam tomar, né, os bens dos seus súditos. Numa ordem constitucional, isso já não era permitido. Então, eu não tenho notícias de confisco de bens durante a Confederação do Equador, né? Mas também não tenho notícia de um apoio popular, né, de doações. Então, esse é um tema que também é interessante, né? Que pode ser, aí, o objetivo de novas pesquisas, né, para produzir um conhecimento a respeito dessa questão.

Mediadora: *Eu imagino que pelo menos parte da elite, vendo o surgimento da Confederação, se preocupou com a possibilidade de perder seus privilégios, não é? Mas me corrija se estiver errada, professor, por favor. Mas se assim o foi, como eles tentaram manter seus privilégios? Houve tentativas de negociação com o governo imperial?*

Entrevistado: Olha, o principal privilégio das elites brasileiras, ao longo de todo o período imperial, foi a manutenção da escravidão.

A manutenção da escravidão ela permitia explorar o trabalho de uma multidão de pessoas de forma totalmente sem limites, né, e permitia também ganhos astronômicos com o próprio comércio de escravizados.

Então, para mim, né, a questão da manutenção da escravidão esteve sempre no eixo dessas discussões e foi sempre o que levou à derrota dos projetos mais vanguardistas, mais progressistas. Porque esses projetos mais progressistas, eles fatalmente desembocam no final da escravidão.

Então, tanto em 1817, na Revolução Pernambucana, como na Confederação do Equador, em 1824, a manutenção desse privilégio essencial — de poder transformar pessoas em objetos e de poder explorar a mão de obra delas sem limite, né — isso esteve, sim, nas discussões, esteve, sim, nas preocupações, sobretudo das elites que não queriam a revolução. E aí, uma parte dessas

elites vão se aliar ao governo do imperador, ou ao governo imperial, né, à monarquia, e vão combater a Confederação do Equador.

Mediadora: *Professor, e depois que a Confederação do Equador foi sufocada, o que aconteceu economicamente em Pernambuco?*

Entrevistado: Bom, a Confederação, derrotada em setembro de 1824, deixou, né, nessa derrota, um rastro, primeiro, um rastro de muita violência, de muitas mortes, de muitas execuções.

Trinta pessoas foram condenadas à morte por liderar ou participar da Confederação. Dezesseis delas foram executadas, várias aqui no Recife. A pessoa executada mais conhecida, mais famosa, é o Frei Caneca, que foi o mentor intelectual da revolução. Mas, além desses executados, centenas de pessoas morreram em combate. Muita gente teve que fugir do Brasil, teve que se exilar, e só conseguiu voltar para cá depois que Dom Pedro I abdicou ao trono, em 1831.

Muita gente morreu, sobretudo nos sertões, em vinganças, em combates... Enfim, um cenário de violência muito grande, né? E um impacto também territorial. Pernambuco perdeu, como castigo pela Confederação do Equador, mais da metade do seu território, da chamada Comarca de São Francisco. É um território que conectava o atual Pernambuco com Minas Gerais, com Goiás, aí com toda a parte de trás da Bahia, vamos dizer assim, toda a parte que margeia o São Francisco até a sua nascente, em Minas Gerais, pertencia a Pernambuco. Então, tudo isso foi tomado da Província de Pernambuco e nunca foi devolvido. Essa é uma parte que, hoje, produz muita soja para exportação e que garante uma parte importante dos superávits na balança comercial da Bahia.

Então, esse impacto, né, humano — da violência, da repressão — e também econômico, pela perda de territórios, foi muito marcante para a nossa história. Hoje, a gente tem um território pequeno, em comparação a outros estados do Brasil.

Mediadora: *Como o senhor vê essa continuidade entre o modelo de 1824 e os caminhos econômicos que Pernambuco seguiu depois?*

Entrevistado: Olha, basicamente, não houve mudança, né, no cenário econômico de Pernambuco. Pernambuco, continuou como grande produtor de açúcar.

O algodão tem variações ao longo do tempo. Quando os mercados internacionais tinham mais demanda de algodão, por alguma falha, né, de incapacidade de exportação de grandes produtores — como o caso dos Estados Unidos — o algodão pernambucano voltava a ganhar força, né?

Mas, quando esses problemas externos eram superados, o algodão perdia força, e o açúcar manteve ali, né, manteve-se ali como o principal produto de exportação de Pernambuco ao longo do século XIX, né?

Então, não há uma mudança substancial nos modelos econômicos aqui? É importante ressaltar que a própria permanência da escravidão também faz com que, né, o cenário econômico, ele, de alguma forma, se mantenha constante aí, depois da Confederação.

Mediadora: *Professor, hoje a gente vê tanto disputas por incentivos fiscais e fundos públicos quanto o crescimento de experiências locais como cooperativas e agricultura familiar. O senhor vê nesses movimentos ecos daquela luta por autonomia que marcou a Confederação do Equador?*

Entrevistado: Olha, não consigo estabelecer uma conexão direta. O que a gente pode discutir, né, em relação a essa questão, talvez passe pelo problema da distribuição de terra, né? Da concentração da propriedade da terra, do latifúndio, como herança ainda muito viva desse período colonial e imperial.

Uma herança de exclusão. No momento em que você tem uma parcela da população camponesa excluída da posse da terra, você tem também um processo de exclusão social latente aí, né, na base. E isso tem repercussões até a atualidade.

Hoje a gente continua a ver, né, a grande propriedade fundiária, os grandes proprietários de terra — muitas vezes, terras que, né, eram terras públicas, que foram apropriadas ilegalmente e que avançam, né, sobre, inclusive, ecossistemas importantes e delicados do país, né?

Então, talvez a discussão sobre mão de obra livre, sobre o fim da escravidão, né, e sobre a distribuição de terras, que poderia ter acontecido naquele

momento lá, na fundação do nosso país, né, e que não aconteceu, impediu aí que a gente tivesse a construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada e com menos desigualdades.

Mediadora: *Para a gente fechar, olhando para todo esse percurso – da Confederação à federação moderna: Que aprendizados de 1824 o senhor acha que ainda são úteis para pensar o Brasil de hoje, especialmente no debate sobre justiça fiscal e autonomia dos estados?*

Entrevistado: *A discussão central da Confederação do Equador diz respeito à base constitucional para o nosso país, à uma distribuição de poderes entre as províncias, o que seriam os nossos estados hoje, né, e, sobretudo, a uma questão de justiça tributária, né? De distribuição mais equilibrada dos recursos angariados em impostos, né, ao longo de todo o país, é uma distribuição mais justa desses recursos entre todos os entes federativos, entre todos os membros, né, da nossa República.*

Essa é uma discussão muito atual, tá? Então, falar da Confederação do Equador não é falar somente de algo que aconteceu há 200 anos. É falar de problemas que deveriam ter sido resolvidos há 200 anos e não foram.

Problemas como a distribuição dos tributos entre os diversos estados. Problemas como a participação cidadã, né? Problemas como da ideia de Constituição como lei geral, que está acima, né, de todos os interesses privados e que deve ser observada com todo rigor, né.

Até hoje, há pessoas que não compreendem exatamente o que é uma ordem constitucional, né? Que querem atropelar o equilíbrio entre os poderes, que querem estabelecer ditaduras, né, que querem suprimir direitos individuais, garantias individuais nossas — garantias que foram conquistadas com muita luta

Hoje, algumas pessoas, sobretudo pessoas mais jovens, acreditam que sempre foi possível votar, sempre foi possível expressar suas opiniões políticas, né, que sempre foi possível fazer valer as suas opções e orientações. Mas isso não é assim. Essas são conquistas muito recentes, e que foram conseguidas com muita luta. Inclusive, muitas pessoas deram a sua vida para essas conquistas.

Então, hoje, nós vivemos uma continuidade dessas lutas. Na história, a humanidade não anda só para frente, há momentos de retrocesso também. Por isso, a gente tem que estar, o tempo todo, vigiando, né, vigilante. Porque,

senão, a gente perde as conquistas sociais, os direitos, os direitos fundamentais que estão colocados na nossa Constituição.

Se a gente não cuidar disso tudo, nós corremos um risco grave, né, de termos um retrocesso social. Há hoje muita gente interessada em promover esse retrocesso. E é por isso que a gente deve olhar para essas lutas da Confederação do Equador como lutas que inspiram a nossa participação cidadã, a nossa intervenção nas discussões políticas, a nossa participação nos processos políticos, para defender aquilo que é mais importante, mais interessante para o povo brasileiro e para a soberania do Brasil. Isso é algo que a gente pode observar nos movimentos sociais e conectar diretamente com essa história de lutas, lá da Confederação do Equador.

Mediadora: *Excelente. Muito obrigada, Professor! Foi uma honra recebê-lo e muito enriquecedor ter sua participação, aprendemos muito com a aula que o senhor deu aqui e sua fala ampliou nossa compreensão sobre esse movimento tão importante para a nossa história. Então, muito obrigada!*

Entrevistado: Eu que agradeço o convite para participar dessa produção, né? Eu espero que a gente possa levar essa mensagem, despertar a curiosidade das pessoas, em Pernambuco e fora de Pernambuco, sobre esse movimento. Porque, como nós vimos, ele traz muitos temas atuais em debate, né? Então, é algo que a gente precisa conhecer melhor e discutir sempre, como parte da nossa formação cidadã.

Então, muito obrigado por poder participar desse esforço. Um grande abraço.

Mediadora: *E você, ouvinte, muito obrigada por nos acompanhar até o fim desse episódio maravilhoso. Um beijo e aguardo todos vocês no nosso próximo encontro, até lá!*

3.3 Episódio 3 - O Povo em Armas: Participação e Desigualdades

Entrevistada: *Dr. Mariana Dantas*

Mediadora: *Gabriela Torres Coelho*

Mediadora: *Olá, queridos ouvintes! Sejam muito bem-vindos a mais um episódio do nosso podcast, essa série, ela faz parte do projeto “Histórias da Confederação do Equador: 200 anos de liberdade e resistência”, financiado pela FACEPE. Hoje a nossa conversa vai girar em torno da participação de grupos sociais subalternizados nas tropas confederadas de Pernambuco, com destaque para a participação indígena. Para enriquecer essa discussão, temos a alegria de receber a professora Dra. Mariana Dantas, professora da Licenciatura e da Pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Possui doutorado e mestrado na mesma área pela Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisas sobre a presença dos povos indígenas na formação do Estado brasileiro, com ênfase no século XIX, na reelaboração de identidades coletivas, nas estratégias indígenas, na participação política e nos espaços informais de exercício da cidadania. Professora Mariana, é uma honra tê-la conosco. Muito obrigada por aceitar o convite!*

Entrevistada: Olá a todas as pessoas que nos escutam. É um prazer para mim dialogar com vocês sobre a Confederação do Equador. E eu gostaria também de parabenizar pela iniciativa de divulgação científica, que é um tipo de atividade de grande importância, para que as pessoas tenham mais acesso às inovações, às descobertas, aos debates, aos problemas que a gente vem colocando na universidade.

Mediadora: *Para situar aqueles que acabaram de chegar, eu gostaria que a senhora fizesse uma breve contextualização sobre o que foi a Confederação do Equador.*

Entrevistada: Bem, a Confederação do Equador, ela eclode enquanto uma revolta contra a quebra do Pacto Constitucionalista, que tinha sido acordado em volta da elaboração da primeira Constituição.

Como essa quebra se deu? Se deu exatamente pela outorga, ou seja, pela imposição de um texto constitucional por Dom Pedro I, ao contrário, contrariando as decisões que haviam sido tomadas na Assembleia Legislativa de 1823.

Então, era um passo de grande importância para a Constituição do Estado brasileiro, que estava se formando naquele momento, após a independência, em 1822, e que estava contando com a participação política de representantes das várias províncias pra definir quais seriam os rumos, a estrutura desse Estado e como é que as pessoas, ou seja, na verdade, os cidadãos, né, onde há ali limitações pra a participação política, iriam, de fato, se envolver no futuro, nos rumos desse novo Estado, dessa nova nação.

Então, havia deputados pernambucanos representando o Pernambuco na Assembleia Constitucional de 23. E, em Pernambuco, desde 21, já se vivia um momento de muita participação política, inclusive popular, com o estabelecimento das juntas governativas, que era um tipo de governo, né, instituído após a Revolução Liberal do Porto, de 1820, e que tinha conseguido bastante sucesso no sentido de ter participação política, né, não no sentido exatamente de continuidade, porque houve algumas juntas governativas, umas sucedidas outras, mas que conseguiu dar um...um...um encaminhamento político, uma participação política a diversos grupos sociais.

Então, em Recife, em particular, já se vivia essa atmosfera de participação e, em alguns momentos, de decisões coletivas por aclamação popular, efetivamente. Então, quando se tem a notícia do fechamento da Assembleia Constituinte e da imposição da Constituição de 1824, esses deputados entendem que houve ali uma quebra do pacto que estava se tentando instituir e passam a se levantar contrariamente a essa nova carta magna, né? Que estava sendo imposta.

Então, aí vai ter algumas vozes que vão se levantar e que vão se levantar de maneira armada, né? Então, a Confederação ela eclode exatamente dentro desse contexto.

Mediadora: *A partir disso, quais grupos sociais — como indígenas, negros e livres pobres — formaram o grosso das tropas confederadas?*

Entrevistada: Houve uma heterogeneidade nas formas de inserção das pessoas. Então, houve casos como os de Emiliano Munduruku e do Francisco da Costa. Esse último, o Francisco, uma pessoa escravizada africana, que viu na Confederação uma oportunidade de lutar pela sua liberdade e se envolveu nos conflitos armados na própria capital, em Recife, chegando a ter um protagonismo bastante importante, efetivamente, na luta armada. Enquanto o Emiliano Munduruku, ele também teve uma participação aí em torno dos debates políticos.

Mas houve também pessoas pobres, pessoas escravizadas, indígenas que foram escravizados, que foram armados pelos seus senhores para compor as tropas, pessoas... pessoas livres que faziam parte daquela área, daquele grupo de influência de determinados proprietários de terra, lembrando que a Confederação do Equador é um movimento que se inicia com as elites e que vai ter a participação popular, que vai se transformar também ao longo do conflito, como é o caso, por exemplo, de Pedro Pedroso.

Então, a gente tem aí realmente uma variedade interessante, né, significativa de formas de participação. E a gente vai ter também as populações indígenas, que, no caso de Pernambuco em específico, que eu consegui estudar, a gente vai ter pelo menos indígenas de dois aldeamentos que vão se posicionar contrariamente à Confederação, ou pelo menos aos encaminhamentos, transformação desse novo Estado que estava se formando, que são característicos desse momento.

Mas, por exemplo, no Ceará, vai haver alguns indígenas que vão, no primeiro momento, apoiar a Confederação do Equador e, na sequência, vão passar a fazer parte da repressão. Então, esses movimentos a gente só vai entender estudando cada circunstância, cada situação, pra a gente sair, superar interpretações generalistas, muito simples, que dizem que os indígenas eram conservadores, ou que as pessoas escravizadas apenas lutaram obedecendo às ordens dos seus senhores, e que a gente sabe, de acordo com as pesquisas científicas, que não foi assim.

Que, embora fossem grupos sociais subalternizados, essas pessoas conseguiram certos espaços, momentos, caminhos em que eles conseguiram, de fato, se envolver e conseguir barganhar, negociar também algumas questões que lhes interessavam, que lhes eram de interesse, né, imediato.

Mediadora: *Nos aldeamentos indígenas, como nós podemos saber se os índios participaram das lutas porque foram forçados ou porque fizeram isso por vontade própria? Havia lideranças indígenas que organizavam essas decisões e mobilizavam suas comunidades?*

Entrevistada: Essa pergunta é interessante porque permite a gente conversar sobre como encontrar essas informações nas fontes.

Os documentos que eu pesquisei, que eu analisei, foram produzidos pela própria repressão: relatórios, devassas, né, ou seja, processos, ou pela administração imperial. Então, apenas um documento que eu analisei, que foi uma petição, foi produzido pelos indígenas e, mesmo assim, foi produzido por uma pessoa letrada, e os indígenas assinaram embaixo da forma como sabiam, porque uma boa parte não era letrada, não era alfabetizada.

Então, na verdade, pra a gente compreender, pra a gente tentar dar resposta, buscar as respostas para esse tipo de perguntas, se os indígenas participaram de maneira forçada ou foi por vontade própria, a gente precisa cruzar várias fontes e tentar entender qual era o contexto de participação local, quais eram as circunstâncias, quais eram as inimizades e as alianças, né?

É possível ver isso, por exemplo, para o aldeamento de Cimbres, que era assim como era identificado no século XIX, que hoje, atualmente, esse território ele se encontra no município de Pesqueira e é referente ao território do povo indígena Xucuru do Ororubá, como eles se identificam hoje. No século XIX, a aldeia, o território, na verdade, eram identificados como aldeamento de Cimbres e os indígenas como indígenas do aldeamento de Cimbres. Essa era a forma, a gente não consegue vê-los enquanto coletividade com uma denominação étnica, por exemplo, né.

Então, o que a gente vê ali é que os indígenas, na verdade, eles foram contrários às definições ali instituídas pela Revolução do Porto, né, pelas juntas governativas e por aquelas mudanças que estavam se anunciando de acordo com os debates sobre conceitos liberais, né, como cidadania, como divisão em três poderes, do Estado em três poderes, etc., a formação de uma nação e tudo isso, né.

Então, não é que os indígenas fossem contrários exatamente a esse ideal, mas eles se colocaram ali em 22, 23, contrários a toda essa movimentação, contrários também ao governo no Rio de Janeiro e favoráveis a Dom João VI, que já tinha retornado a Portugal há algum tempo, né.

Então, nesse contexto, foi elaborada uma devassa, um processo investigatório pra identificar os culpados desse movimento, né, que parecia tão retrógrado ali pra aquela população local. E, nessa devassa, foram identificados os nomes é... das principais lideranças.

Mas essas lideranças não são como a gente pode imaginar, assim, uma pessoa que vai conseguir arregimentar todos os outros indígenas. Na verdade, é um conjunto de lideranças que foram identificadas, que foram apontadas por mais de uma testemunha, né, nesse processo de investigação e que sofreram algum tipo de punição, algum tipo de sanção.

Ao mesmo tempo, é muito difícil de encontrar mais informações sobre essas lideranças. Primeiro, né, porque as informações são muito sumárias, são muito rápidas, resumidas sobre eles. Segundo, porque alguns deles sequer são identificados com sobrenome, né. Então, por exemplo, Geraldo de Tal e seu irmão José de Tal. Essas são duas pessoas, de fato, que foram identificadas na devassa, né. E, terceiro, identificar a sua identidade indígena, a gente consegue identificar pelo... pela própria devassa, né.

Então, mais pelos nomes, que são nomes portugueses, que eles já adotavam nomes portugueses desde o século XVIII, né, a gente não consegue rastreá-los com tanta facilidade na documentação. Mas a gente tem, por exemplo, Manuel da Cruz, Manuel Batista, Bento Rodrigues, José Caixeiro, Antônio dos Santos, Félix da Costa, e um que tem um nome bastante interessante, que aparece nessa documentação, mas que a gente não consegue verificar em outros momentos, que é o Vicente Cabeludo.

Então, todos esses são identificados, né, como essas lideranças, mas a gente não consegue avançar mais na identificação das suas trajetórias.

Mediadora: *A busca por liberdade com certeza foi um elemento chave. Mas no caso dos povos indígenas, essas motivações eram ainda mais complexas, envolvendo território, alianças e experiências históricas específicas. Que outros interesses ou necessidades políticas ajudaram a impulsionar a participação desses grupos?*

Entrevistada: Aí a gente já tem uma...uma pergunta sobre a motivação, né? da participação dos povos indígenas.

Eu falei que teve uma participação marcante dos indígenas de Cimbres, defendendo Dom João VI, e a gente também consegue identificar a participação dos indígenas do aldeamento de Barreiros, território que hoje, né, tá localizado no atual município de Barreiros, em que os indígenas participaram da repressão, compuseram as tropas do Brigadeiro Lima e Silva. Ou seja, portanto, eles estavam efetivamente contrários à instauração da Confederação do Equador, chegando a pegar em armas, né, contra os confederados.

O que a gente consegue identificar na documentação, né, fazendo um cruzamento das fontes, vendo as informações de várias fontes diferentes e também compreendendo o histórico desses indígenas com a relação com os territórios das suas aldeias, a gente identifica que eles entenderam que essa seria uma boa estratégia pra manter as terras das suas aldeias.

Imaginem que, na América Portuguesa e no Brasil Independente, as aldeias missionárias ou aldeias indígenas eram as únicas formas de acesso coletivo ao território que existia. Ou seja, era, de fato, uma condição jurídica, inclusive, mas também social, política e econômica, muito diferenciada. E isso concedia alguma proteção, né, e acesso à terra, à própria terra, como já definiu a professora Maria Regina Celestino de Almeida.

Então, manter essas terras era manter também a sua sobrevivência, manter algum grau de autonomia, né, porque, embora houvesse estruturas ali dentro de administração por parte da coroa portuguesa e, depois, do Império brasileiro, os indígenas conseguiam ter alguma autonomia ali dentro.

A gente percebe, pelas fontes, que fazia todo sentido os indígenas lutarem, se envolverem nesses conflitos pra defender os seus territórios. E, no caso dos indígenas de Barreiros e de Cimbres, durante a Confederação do Equador, eles entenderam que, no primeiro momento, os de Cimbres deveriam apoiar, ou seja, demandar o retorno de Dom João VI, e os de Barreiros entenderam que deveriam combater a própria Confederação em favor de manter os seus territórios coletivos.

Mediadora: *E dentro dessas motivações, qual era o papel simbólico e político da figura do rei ou do imperador para os povos indígenas? Essa relação ajudava a justificar alianças ou resistências?*

Entrevistada: Então, se a gente entende que as aldeias elas foram formadas no período, no contexto de antigo regime, ou seja, quando a coroa portuguesa, né, tinha o status de metrópole e a América Portuguesa um status de colônia, né, ainda que esse poder não se desse unicamente de maneira unilateral, ou seja, houvesse um diálogo, né, com os poderes locais, os indígenas se viam parte, né, desse grande corpo luso, se viam parte como vassalos, vassalos com uma condição diferenciada, por possuírem terras coletivas, mas vassalos, né?

Então, nessa...nessa forma de viver, nesse...nessa forma de sociabilidade, os indígenas entendiam que, assim como os outros vassalos, entendiam que o monarca era aquela figura que queria conceder a justiça, a justiça no último nível. Então, era aquela figura a quem se podia recorrer enviando petições, enviando cartas, solicitando benesses, solicitando mercês. E foi isso que muitos indígenas fizeram, do sul ao norte da América Portuguesa, né, em relação ao monarca.

Num contexto específico dos indígenas de Cimbres e de Barreiros, havia ali uma transição de regime político, né, lembrando que a independência não causou uma mudança de mentalidade, uma mudança de percepção sobre como viver em sociedade ou como ter intervenção política do dia pra a noite. As pessoas precisaram de décadas até se apropriar dos novos mecanismos, compreendê-los. E aí eu não estou falando só dos indígenas, estou falando das elites também.

E uma série de...de aspectos do antigo regime permaneceram mesmo na formação desse...desse novo Estado. Então, entendendo todo esse contexto, faz sentido que os indígenas de Cimbres tenham apoiado, tenham pedido o retorno de Dom João VI, tenham defendido a sua figura, porque era o monarca português que havia garantido a manutenção das suas terras, porque havia sido um monarca português que havia concedido as terras deles, em primeiro lugar, assim como os indígenas de Barreiros, que lutaram contra os confederados.

Então, essa figura do monarca, embora distante, mas como uma figura que concedia justiça, não era algo exótico, não era algo novo, mas algo constituidor dessas sociedades, na qual os indígenas, principalmente desses dois aldeamentos, faziam parte. Então, fazia todo sentido eles defenderem, né, essa figura.

Mediadora: *As rivalidades entre elites locais (como entre Serqueira e Melo Barreto) também influenciaram diretamente as escolhas políticas dos povos indígenas, não é mesmo? Como essas disputas locais impactaram a administração das aldeias e o posicionamento dos indígenas?*

Entrevistada: Esse é um ponto muito interessante, porque ajuda a gente a entender as cores locais desse conflito.

Então, é nesse sentido que a gente precisa sempre fazer um vai e volta do que estava acontecendo no Brasil, do que estava acontecendo em Portugal, também com o que estava acontecendo ali, no dia a dia, em Cimbres, né? Porque Serqueira e Melo Barreto eram duas figuras importantes no contexto de Cimbres, onde a gente conseguiu, inclusive, mais documentação pra poder descrever e analisar melhor a situação dos indígenas de lá.

Então, havia uma disputa grande, né? Como havia em outros lugares, entre essas duas figuras, pelo cargo de capitão-mor, né? Capitão das Ordenanças da Vila de Cimbres. E, nessas disputas, os indígenas compunham uma parte central pra se ter sucesso, de um lado ou de outro, né? Porque os dois estavam disputando o cargo que era do sogro. Então, eles ambos se viam como herdeiros, né? Da...da... da...do...do viés político do sogro, né? E os dois atuaram junto aos indígenas, ora tentando convencê-los e ora atacando os direitos, né?

Então, por exemplo, o Melo Barreto ele foi presidente da Câmara em 1822 e iniciou um processo solicitando a extinção da aldeia e a incorporação das terras da aldeia aos bens da Câmara da Vila. Então, imaginem que, nesse contexto, os indígenas tomaram Melo Barreto como inimigo. E, quando eclode a Confederação, Melo Barreto se...se alinha aos confederados e, portanto, com uma leitura liberal desse período, desse período.

Então, veja, não é o caso aqui de eu me aprofundar nas trajetórias dos dois ou como esses conflitos se desenvolveram, mas o que é importante é a gente perceber que os indígenas, eles além de terem uma leitura do que... das mudanças que estavam acontecendo em nível atlântico, eles também estavam muito conectados com as mudanças políticas locais, porque era exatamente esse conjunto de circunstâncias que iria ter interferência direta na forma como as terras iam ser mantidas ou não e a administração dessas terras iria ocorrer.

Mediadora: *Como foram construídas as alianças entre indígenas e outros grupos — como militares, portugueses locais ou sertanejos? Essas alianças eram duradouras, pontuais ou variavam conforme o contexto político local?*

Entrevistada: Com essa pergunta, a gente consegue avançar um pouco nessa questão da aliança com as autoridades.

A gente consegue perceber também, na documentação, os indígenas de Cimbres se aliando ou constituindo inimizades, né, rixas políticas com gente das elites locais e também com outros indígenas, ou com portugueses que viviam no interior da província de Pernambuco.

Então, quando...durante a devassa, aquele processo investigatório para se identificar as causas e os culpados, como se falava na época, do levante a favor de Dom João VI, se identificou que os indígenas de Cimbres estavam entrando em contato com outros indígenas de outras vilas, de outras aldeias – mas o documento não identifica quais aldeias seriam essas, pelo menos quatro ou cinco – e que eles também estariam se aliando com os portugueses locais, que, inclusive, eles já tinham feito algumas reuniões.

Então, vejam o nível de articulação política que os indígenas de Cimbres estavam conseguindo estabelecer e criar. E, por conta disso, era necessária uma repressão forte contra essas pessoas, porque a articulação já estava bem ampla e aparentemente consolidada.

Tanto que a repressão a esse movimento a favor de Dom João VI foi conhecida como a chacina local. Ela é descrita por alguns memorialistas – ou seja, aquelas pessoas que não têm formação como historiadores, mas que escreveram a história dessas cidades – como a chacina.

Então, essas alianças, por um lado, mostram a capacidade dos indígenas de constituir alianças na defesa dos seus posicionamentos, como também o quanto eles eram vistos como perigosos para as autoridades locais, a ponto de receberem uma represália tão forte quanto a que eles sofreram.

Mediadora: *Dentro das tropas populares e nos próprios aldeamentos, que tipo de desigualdade — seja em armas, recursos ou influência política — limitava a autonomia ou prejudicava a coesão dos indígenas e de outros grupos pobres?*

Entrevistada: Em termos de limitação de autonomia e coesão dos indígenas, né, nesse contexto aí de conflito e de mudanças acontecendo em um ritmo mais acelerado, o que a gente pode identificar é uma diferença, né, que, enfim, em termos de lei, em termos jurídicos, era uma diferença apenas, não necessariamente levaria a uma... a um prejuízo, uma desigualdade, mas era uma diferença. Que é a própria condição dos indígenas enquanto coletividade que acessava terras de maneiras coletivas, né, no caso dos indígenas de Cimbres desde o século XVII e, no caso dos indígenas de Barreiros, desde o século XVI, do final do século XVI. Isso também dava um status jurídico para eles de sujeitos tutelados, né, de grupos sociais tutelados, ou seja, que não deveriam ter autonomia de autogoverno.

Era essa forma, era por essa forma que os indígenas eram vistos pela Coroa Portuguesa e pela Igreja Católica, né durante o período colonial, e essa percepção de grupo tutelado também era imposta, aos povos indígenas. Daí a necessidade de um missionário, que deveria ter uma postura didática, deveria ensinar os indígenas como se comportar, quais são as normas da sociedade e, ao mesmo tempo, discipliná-los, né, para o trabalho, por exemplo.

Então, isso faz com que essa tutela levasse as autoridades locais, inclusive as militares, a entender os indígenas como um grupo social que poderia ser recrutado à força. Tanto que, em Cimbres, né, a década de 1910 foi marcada por várias tentativas de recrutamento forçado sobre os indígenas. Eles, inclusive, foram recrutados de maneira forçada para participar da Insurreição Pernambucana de 1817, e esses recrutamentos eram tão traumáticos e violentos que houve momento em que os indígenas de Cimbres se negaram a atender aos pedidos, né, ou seja, às ordens, na verdade, de recrutamento.

E isso vai constituir um cenário muito tenso, que vai eclodir aí na década de 1820, em 1822, 23 e 24, levando-os até essa postura de defesa de Dom João VI. Então, mais uma vez, pra compreender o posicionamento, né, de um grupo social subalternizado, como é o caso dos povos indígenas, não adianta a gente partir de ideias preconcebidas que é possível ter sobre eles a partir do senso comum, né? Como deles serem conservadores, por exemplo. Mas é superimportante a gente conseguir compreender como é que eles estavam vivendo nos anos anteriores ao início daquele movimento, à eclosão daquele movimento.

Mediadora: *Aparentemente houve ali uma tentativa de ambos os lados para conquistarem o apoio dos indígenas, né, o que nos leva a perguntar: qual foi a importância das forças indígenas na Confederação do Equador?*

Entrevistada: Bem, aí, nesse caso, a gente consegue visualizar melhor a situação dos indígenas de Barreiros, que imediatamente atenderam à solicitação de formação de tropas para reprimir a Confederação, mas que, pelos confederados, eles eram vistos como naturalmente aliados àquele novo governo, àquela nova forma, àquele novo regime político.

Isso porque, simplesmente, eles estariam no território pernambucano. Essa é a percepção que é possível analisar, perceber, em um dos discursos proferidos pelo Frei Caneca, em que ele vai dizer que os indígenas de Barreiros foram seduzidos – aí são palavras dele – a atacar os confederados pelas costas, porque os indígenas de Barreiros formaram piquetes, né, na... na Zona da Mata Sul, principalmente, impedindo a chegada de armamentos e munições em direção a Recife.

Então, dá para entender, dessa fala do Frei Caneca, que a expectativa era de que, por estarem em Pernambuco, os indígenas de Barreiros deveriam apoiar os confederados, né, aquele novo regime político.

A minha ponderação, é que o novo governo, ele foi instituído, mas, até onde eu consegui perceber na documentação, não houve uma iniciativa de diálogo dos líderes rebeldes com os indígenas, né, de qualquer aldeamento. Então, pra você conseguir aliança, é necessário ter um mínimo de negociação, e isso não aconteceu.

Então, além de não haver esse diálogo, esse...esse canal de diálogo aberto, os indígenas tinham experiência – os indígenas de Barreiros tinham experiência – de concessão das suas terras coletivas, de acordo ali com as relações com o monarca português, né. Então, havia, né, essa...essa disputa, e os indígenas acabaram optando por um dos lados.

Mediadora: *Depois do fim dos combates, que punições esses combatentes populares enfrentaram? Houve perseguições, confisco de terras ou repressões direcionadas?*

Entrevistada: Sim, alguns indígenas passaram por punições, receberam punições, na verdade, não necessariamente da Confederação, mas como decorrência dos conflitos em...em...em âmbito local, que os levaram a sofrer, né, determinadas sanções.

Os indígenas de Cimbres, eles foram, eles precisaram fugir de Cimbres em 1824, se refugiaram em Alagoas e passaram seis anos fora, né. Esse é um episódio que já foi tratado por uma parte da historiografia feita por memorialistas, né, ou seja, aquelas pessoas, né, que escreveram sobre as histórias dos municípios, dizendo que os indígenas tinham decidido fugir porque não estava aguentando o recrutamento para as tropas.

Mas, quando a gente vai ver a documentação da época, percebe que eles sofreram uma perseguição muito dura do Manoel de Serqueira, né, que era um daqueles potentados locais que estavam disputando, né, pelo cargo de capitão-mor, e que ele tinha feito, tentado fazer, um recrutamento forçado de maneira muito violenta, né, que foi que ocasionou aquela chacina que eu comentei numa pergunta anterior.

Então, esses indígenas passaram seis anos fora, em Alagoas, e retornaram para Cimbres apenas em 1830, né, e retornaram demandando suas terras porque tinham um vínculo com aquele território de muitos séculos, né, ou seja, um vínculo constituído ainda pelos seus antepassados.

Mediadora: *Essa experiência de luta certamente deixou marcas profundas na cultura política do estado. Como essa mobilização popular repercutiu nas lutas sociais de Pernambuco ao longo do século XIX e XX?*

Entrevistada: Em relação a essa questão das marcas, né, na cultura política do Estado e como essa mobilização popular repercutiu nas lutas sociais de Pernambuco, acho que, em primeiro lugar, é necessário partir de um lugar não essencializado ou não romantizado do que são essas lutas sociais, né.

O meu trabalho tem sido exatamente de perceber como é que indígenas participaram das formas mais variadas dos conflitos armados, né: apoiando revoltosos, contra revoltosos, fazendo alianças, desfazendo, essas alianças mudando ao longo do tempo, né, como é que alguns momentos eles sofreram sanções, em outros, conseguindo manter as suas terras coletivas, né. Então, a gente vai ter aí uma variedade grande, assim como quando a gente passa a

analisar a experiência de pessoas escravizadas, de pessoas pobres e livres, pessoas libertas.

Então, a gente tem aí, uma gama muito ampla, né, das formas de participação, e não dá para criar uma unidade de luta social entre esses diferentes atores.

Em relação aos indígenas, o que é possível afirmar, vendo a participação desses grupos não só na Confederação do Equador, mas nas outras revoltas, né, levantes que aconteceram nesse período em Pernambuco – e algumas delas que se estenderam, né, por outras províncias da região Nordeste –, é que, é... num primeiro lugar, esses indígenas conseguiram manter, né, as suas terras coletivas ao longo da primeira metade do século XIX. Uma ameaça mais sistemática do Estado aconteceu na segunda metade do século XIX, com a extinção das aldeias. Mas, na primeira metade do século XIX, eles conseguiram manter, né, as terras muito em função da forma como se colocaram diante desses conflitos políticos.

Então, eu acho muito interessante a ideia de aprendizado político, que é um conceito elaborado pela Mônica Duarte Dantas, para compreender como as pessoas livres e pobres participaram e aprenderam o que era participar desses conflitos e o que era uma participação política nesse sentido, né. Então, eu consigo perceber isso em alguns grupos indígenas em Pernambuco também, e como é que isso foi se transformando ao longo do século XIX, né.

Então, eu acho que essa questão das terras é um ponto que tem que ser reforçado, e que marcou a estrutura fundiária da província de Pernambuco, né, que depois vai se transformar no Estado de Pernambuco. Então, acho que tem aí uma pauta bem específica, né, que norteou, deu horizonte para essas populações e que foi essencial no século XIX e que volta a ser importantíssima no século XX, porque é aqui em Pernambuco que se vai ter a primeira população indígena reconhecida pelo Estado, pelo governo brasileiro e pelo estado de Pernambuco, em 1920, com o povo indígena de Águas Belas, que depois passou a ser conhecido como Fulni-ô, né?

Então, são diferentes estratégias, diferentes formas de luta, que fizeram com que esses povos mantivessem, né, as suas terras ou lutassem para que elas fossem retomadas.

Mediadora: *Pensando na continuidade histórica e nas resistências locais. Que heranças de organização comunitária e de reivindicação coletiva podem ser rastreadas até os dias atuais, especialmente em territórios que participaram desse levante militar?*

Entrevistada: Eu acho que tem um caso muito particular, que eu gosto muito de olhar pra ele, que é a continuidade daquela situação dos indígenas de Cimbres depois da Confederação, quando eles decidiram migrar, sair de Cimbres em direção a Alagoas por conta da tentativa de recrutamento forçado violentíssimo feito por Manoel de Serqueira, que era capitão-mor, né, na época ali, em 1824.

Então, os indígenas que estavam em Alagoas, em 1830, voltam para Cimbres. Eles voltam, alguns deles armados, né, eles mantiveram comunicação com os indígenas que permaneceram nas terras. E tanto os que estavam em Cimbres quanto os que estavam em Alagoas mandaram petições para o governo da província, né, para o governo da província de Pernambuco e para o diretor da aldeia, que era um branco, era um não indígena, dizendo que eles queriam retomar as suas terras. E eles identificam quais são os sítios, quais são as partes das terras que eles querem voltar, para as quais querem voltar, né.

E aí ao mesmo tempo, eles empreendem, eles começam uma marcha de Alagoas, aí eu não sei exatamente qual é a região, qual é o município, porque na documentação isso não aparece, só aparece que eles saíram de Alagoas em direção a Cimbres, e aí sim já armados, né. Um grupo, de mais ou menos, entre 30 e 50 pessoas. Então, eles fazem esse movimento de, que a gente identifica hoje, né, de retomada desse território.

E diante da pressão feita pelos indígenas, o governo da província de Pernambuco, o presidente da província de Pernambuco, define, ordena que as terras dos indígenas, os sítios que eles reivindicam sejam redefinidas para eles, ou seja, que eles tenham o direito de voltar para suas terras. Isso é uma coisa importantíssima, fantástica, porque, os indígenas tiveram, num primeiro momento, eles saem acossados das suas terras e depois voltam, tem uma estratégia vitoriosa, que é a de fazer as petições e também exercer pressão armada, né, para recobrar o direito sobre as terras que eram deles.

E entre esses sítios estava o sítio Pedra d'Água. Já no final, desculpa, já em meados do século XX, esse sítio Pedra d'Água, ele é o primeiro local onde foi feita uma reivindicação pelas Ligas Camponesas, pela Liga Camponesa

que existiu em Pesqueira, chamada Clementino da Hora. Que uma mestra em história fez o estudo, né, que é a Ellen Silva. Em que os indígenas reivindicam, na verdade eles não se identificavam como indígenas ainda, eram campesinos, mas faziam parte dessa Liga Camponesa em Pesqueira, eles reivindicam o retorno para o sítio Pedra d'Água, e, atualmente, né, o sítio Pedra d'água é o local onde é feita a Assembleia Anual do Povo Indígena Xucuru do Ororubá, que foi definitivamente retomada na década de 90, sob a liderança do cacique Chicão, né?

Então, vejam, a gente consegue traçar, né, uma...uma... uma linha, uma certa linha de continuidade do território, de demandas, né, dos indígenas de Cimbres, inicialmente, e depois dos indígenas Xucuru. Que é uma coisa fantástica, de fato, né, a gente consegue perceber a relação insubstituível dos antepassados e dos atuais indígenas que vivem ali com aquele território, né. E isso a gente consegue ver como aprendizado político e como fruto do envolvimento deles, de leituras próprias, de uma interpretação própria, que eles fizeram daquela conjuntura no século XIX.

Mediadora: *A forma como lembramos — ou esquecemos — o passado também fala muito sobre o presente, né? Como as memórias orais dessas populações foram preservadas, transformadas ou silenciadas pela historiografia e pela memória pública local?*

Entrevistada: Bem, essa é uma pergunta que exigiria só um podcast pra ela, que é uma pergunta excelente, né, e é uma pergunta que vem suscitando várias pesquisas, não só aqui em Pernambuco, mas, né, em outras regiões do país, sobre indígenas homens, sobre indígenas mulheres, ou seja, como é que a historiografia vem apagando a memória dessas pessoas, a atuação dessas pessoas também, não só na história, como também na memória pública, né?

A memória oral dessas populações, elas foram preservadas pelas próprias populações, né? Então, nesse sentido, é importante os vários trabalhos que são feitos de interlocução com essas pessoas, para identificar quais são os marcos históricos que elas mesmas identificam como importantes, né, os processos.

E aí eu destaco, por exemplo, o trabalho do professor Edson Silva com o Xucuru do Ororubá, mais recentemente. Um trabalho que, inclusive, foi a base para a condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de

Direitos Humanos, para conceder o direito dos indígenas Xucuru receberem é...é... o seu território, receberem indenização devido à demora na delimitação do seu território, né?

E na pesquisa do professor Edson, é possível ver como é que os indígenas foram sendo ainda mais espoliados, destituídos, né, das suas terras no século XX, e como eles precisaram trabalhar em maneiras bastante precárias na indústria de laticínios e de doces da própria Pesqueira. E isso tudo estava na memória dessas pessoas, né. Não foi, foi... foi um trabalho, de fato, né, de costura, de conversa, de diálogo com eles, mas essa memória estava lá, muito viva.

No entanto, se você for ver como é que é tratada a história da formação de Pesqueira, né, pelos memorialistas, pelos historiadores locais, essa parte da história não...não aparece, né. Isso se dá em nível local, mas também se dá no nível mais geral.

Por exemplo, essas informações sobre a Confederação do Equador, que eu consegui destacar, a participação indígena, eu não identifiquei em documentos inéditos, ou seja, que ninguém nunca tinha visto antes. Todos esses documentos foram conhecidos, eram conhecidos, né. A questão é: o que é que faz um historiador ou uma historiadora entender que um tema é mais importante que o outro? Essa é uma pergunta que a gente se faz constantemente enquanto a gente tá lendo, enquanto a gente tá pesquisando, porque é daí que vão surgir temas novos, que vão surgir críticas, que vão surgir novas perguntas, né?

Então, isso parte da forma como a gente tá escrevendo, tá pesquisando História. E, a partir disso, como é que é construída essa identidade local, essa identidade nacional, que remonta ao século XIX, né? Já no século XIX, havia todo esse debate sobre o que era ser pernambucano, em função das rebeliões que eclodiram aqui.

Mediadora: *Pensando na cultura e na identidade popular pernambucana, como as narrativas de “heróis populares” ajudaram a moldar o sentimento de pertencimento e identidade de determinadas regiões do Estado?*

Entrevistada: Eu entendo que isso tem a ver como a própria população lida, constrói a sua própria identidade. E essa identidade, a construção, esse processo, ele é mediado pelo conhecimento escolar e também pelo conhecimento do senso comum, que também provém muito do conhecimento escolar.

Então, acho que a escola, de fato, é o lugar de transformação ou de consolidação, né, de manutenção de certas percepções, como é essa ideia do herói, dos heróis, né, ou mesmo de como é essa cultura, essa identidade popular pernambucana.

Então, na minha percepção, isso não sou eu, né, que estou dizendo sozinha, mas, ela vem aí já do lugar de Pernambuco em 1817, 1824, como esse local que se coloca, né, como... eles não iniciam como movimento separatista, mas num determinado momento, se instituem repúblicas, né, se instituíram repúblicas. Então, é esse lugar do enfrentamento, que é um lugar que vai tá escrito na historiografia produzida depois dos eventos e que vai sendo replicada, vai sendo copiada, vai sendo mantida, né?

Então, determinadas pessoas, né, determinadas figuras históricas, elas... elas passam por um processo, né, de simplificação. Então, uma complexidade maior ali daquela figura vai sendo apagada pra que ela seja colocada, né, em figura como herói ou heroína. E isso, obviamente, vai contribuir para a construção dessa ideia de pertencimento, dessa ideia de identidade, que, com certeza, passa pelo ambiente escolar, né?

Daí, eu acho que a importância de levar essas discussões para a escola, mas também pra a formação de professores, né, a formação continuada. Então, entender como é que esse processo de formação de uma cultura ou de uma identidade popular pernambucana aconteceu, pra que a gente passe a compreender a pluralidade, a diversidade e mesmo os conflitos que existem dentro dessa diversidade, né? Que a diversidade acaba implicando numa ideia muito homogênea e harmoniosa, que a gente sabe que não é dessa forma, né? O conflito existe e ele é fundamental, e compreendê-lo é fundamental para compreender a formação dessas identidades.

Mediadora: *Professora Mariana, nosso muito obrigada mais uma vez por essa conversa tão necessária, tão interessante. Espero que os nossos*

ouvintes tenham aprendido tanto quanto eu aprendi com a senhora. Então, foi uma honra e nosso muito obrigada.

Entrevistada: Eu que agradeço a oportunidade de conversar com vocês, de falar um pouquinho mais sobre as minhas pesquisas. Parabenizo, né, esse esforço, a organização desse material, as perguntas foram excelentes. Adorei responder todas. E eu espero que quem esteja nos ouvindo também tenha gostado e tenha aproveitado bastante aqui a nossa conversa.

Mediadora: *Para o pessoal que nos ouviu até aqui, nosso muito obrigada, um beijo e eu aguardo vocês no próximo episódio.*

3.4 Episódio 4 - O Povo em Armas: Participação Indígena e o envolvimento do Ceará

Entrevistado: *Dr. João Paulo Peixoto*

Mediadora: *Gabriela Torres Coelho*

Mediadora: *Olá pessoal. Sejam muito bem-vindos a mais um episódio da nossa série. Para você que chegou agora, eu me chamo Gabriella Coelho e esse episódio faz parte do projeto “Histórias da Confederação do Equador: 200 anos de Liberdade e Resistência” apoiado e financiado pela FACEPE. É uma alegria tê-los aqui. Hoje vamos discutir sobre a participação indígena na Confederação do Equador no Ceará e para isso vamos contar com a presença do professor Dr. João Paulo Peixoto. Ele que é professor do Instituto Federal do Piauí, campus Floriano, do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Piauí em Parnaíba e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí em Teresina. Ele é Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Seja muito bem-vindo professor. É muito bom contar com sua participação.*

Entrevistado: Olá pessoal, saudações a todo mundo, é um prazer tá aqui e fico muito agradecido pelo convite.

Mediadora: *A gente já vem discutindo aqui sobre o que foi esse movimento, mas para situar aqueles que por acaso chegaram agora, eu peço que o senhor faça uma contextualização sobre o que foi a Confederação do Equador e sobre as motivações da participação do Ceará.*

Entrevistado: A Confederação do Equador foi um movimento de cunho liberal que acontece já no início, né, nos primeiros momentos do Império do Brasil, do recém-nascido Império do Brasil, né. Acho que já no segundo ano de Império. É importante começar a falar também do que a Confederação do Equador não foi: ela não foi um movimento separatista, necessariamente, ou seja, ela não queria se separar do Brasil. Na verdade, ela projetava a

criação de uma entidade com mais autonomia, e que províncias, de forma associada, formariam uma confederação, mas ainda mantendo a unidade e, inicialmente, ainda prevendo a manutenção do Imperador, né. A coisa, na verdade, caminha para um tensionamento tal em que os laços com o imperador ficariam mais estreitados, né. Mas é importante também falar que, antes da Confederação do Equador se formar propriamente dita em Pernambuco, e depois contar com a adesão do Ceará, já havia insatisfações em relação ao Imperador antes, né, no próprio Ceará. E tudo começa, né, de um lado a outro, com o fechamento da Assembleia Constituinte em novembro de 1823. Então havia toda uma expectativa após a Independência de que aquele Império seria, na verdade, se formaria como Monarquia Constitucional, e que contaria com a atuação e autoria, né, digamos assim, de representantes de todas as províncias.

Quando a Assembleia é fechada, e Dom Pedro, com os seus aliados, impõe um projeto mais autoritário, mais centralizador, aí surgem as divergências e se cria esse projeto que reivindica mais autonomia né, dissidente. E veja: um projeto que, na verdade, junta insatisfações de várias partes diferentes, né, mas que, em algum momento, será encabeçado por Pernambuco, e que conta com outras adesões, como é o caso da adesão do Ceará. É importante falar também que essas insatisfações elas surgem no Ceará a partir de lugares diferentes, né. Então, inicia com Quixeramobim proclamando a República, por exemplo, depois conta com Icó, depois ... que era uma vila de índios também manifesta contrariedade a ação de Dom Pedro I, do Imperador Pedro I, e apoiando o ato de Quixeramobim, até que isso reverbera no próprio governo da província, né. Então, a junta provisória que mandava no Ceará, que governava o Ceará, comandada por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, né, vão se somar nesse coro de insatisfações.

Mediadora: *Diante dessa efervescência, quais grupos sociais que formaram o grosso das tropas confederadas?*

Entrevistado: Quando o Ceará vai aderir definitivamente à Confederação do Equador, isso acontece em agosto, no final de agosto de 1824, então, o que tinha de tropa militar também vai fazer parte desse processo, né, dessa postura da província do Ceará. Então, ou seja, isso já remetia a uma heterogeneidade étnico-racial que era anterior à própria Independência, né. Ou seja, já no período colonial havia tropas de indígenas, de pretos, de

pessoas mestiças, né, como, por exemplo, as tropas de pardo, as tropas de ordenanças de pardo, né. Todas essas tropas, especialmente os corpos de ordenança, né, que eram tropas de terceira linha, que recrutavam a população mais pobre, todas elas eram etnicamente muito diversas e abarcavam toda população mais desfavorecida. Então, todo esse pessoal continua sendo recrutado após a independência e vão fazer parte da força militar do Ceará no momento da adesão à Confederação do Equador.

Mediadora: *A participação indígena é de fato algo muito curioso, né, nesse movimento, enquanto os indígenas de Pernambuco saem em defesa do Imperador, com exceção do aldeamento de Cimbres que queria a volta de Dom João VI, os indígenas do Ceará eles apoiam os confederados. O que foi que levou esses indígenas a formar uma aliança com o grupo de Tristão Gonçalves? Era puramente por ideologia ou havia outros fatores mais práticos envolvidos?*

Entrevistado: Os indígenas vão aderir a Confederação do Equador, na verdade, se envolver, né, com a Confederação do Equador de múltiplas formas. E você se sinta muito bem o caso de Pernambuco. Em Pernambuco, né, apenas, já há essa diversidade de orientações. Se você soma o Ceará nessa conta, a diversidade é ainda maior, né. E é preciso ainda se estudar outros casos, né, principalmente os casos mais diretos, como no Rio Grande do Norte, na Paraíba, que pouco se conhece o que aconteceu por ali.

O caso do Ceará remete a questões de trajetória, né, de trajetória política. Então, quando o Ceará vai aderir à Independência, isso se dá a partir da condução do governo do Ceará, à época que era formado por elites, principalmente concentrados em Fortaleza, que eram inimigos tradicionais dos povos indígenas, né, que a muito ambicionavam seus territórios, abusavam da exploração da sua força de trabalho, e, no decorrer do tempo, surge uma espécie de força paralela, né, que rivaliza com essa de Fortaleza, vindo do interior, destitui esse primeiro governo, na passagem de 1822 para 1823, e essa derrubada conta com apoio dos indígenas, né, que eram rivais dos primeiros e acabam se aliando aos segundos. Então, à medida que o tempo vai passando, em 23 e 24, essa aliança vai se fortalecendo. Mas aí tem um elemento a mais que a gente pode colocar, é que os indígenas também aderem a essa insatisfação do rompimento constitucional. Então, essa questão

da Constituição, ela é central para a gente entender a Confederação do Equador, suas alianças e dissidências.

Então, ainda que os indígenas estivessem em Pernambuco, Ceará, em lugares diferentes, uma relação muito tradicional com a monarquia e com a figura de Dom Pedro, né, de quem se aliaram, né, de quem foram aliados e defensores, em 1822, mas no momento em que Dom Pedro rompe o pacto constitucional, né, fecha a Assembleia e quer criar uma nova constituição, né, que é enfim outorgada, aí as coisas vão caminhar a partir dos contextos muito locais, né. Então, como essas alianças dos indígenas do Ceará já vinham se fortalecendo com o então governo, né, as coisas se somam. Então, há essa contrariedade com o fechamento da Constituição, e que se soma à contrariedade do governo, de quem já apoiavam, né, de quem já vinham apoiando já há bastante tempo.

Eu acho que é importante dizer também que nenhuma ideologia ela é puramente ideológica, né. Então, claro, os indígenas, e quaisquer outros setores da população, lidaram com novas ideias, com novos princípios, com aquilo que se chamava de liberal, e eventualmente até vestiram uma camisa liberal, mas nada disso se deu sem diálogo com a vida vivida, né, ou com as tramas locais, com questões materiais muito diretas, né. Então, tudo isso tinha essa base material de experiências reais fundamentais, né.

Mediadora: *Como se dava a relação entre essas lideranças indígenas e os chefes liberais, como Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras?*

Entrevistado: Isso é interessante, porque o que eu percebo na documentação é que, apesar da rivalidade com os confederados ser intensa e constante, praticamente do começo ao fim da Confederação, isso no fim da Confederação fica mais evidente, mas com essas duas figuras, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, né, e o governador das Armas, José Pereira Filgueiras, parecia ser muito positiva, né. Os indígenas passaram, no Ceará, por questões muito delicadas em 1822, né. Se envolveram em alguns motins, isso antes, né, da mudança de governo, né. E quem demonstrou apoio aos indígenas foram justamente essas figuras que vinham do interior, né, especialmente ali, da região do Cariri, na vila do Crato.

Há documentações que falam que, quando o governo se formou, esse governo paralelo se formou, na vila do Icó, ele contou também com representantes da

vila Viçosa, que era uma vila de índios. Então, provavelmente, se não foi um indígena enviado para lá como representante, mas alguém que os representava, né, ou que, pelo menos, representava a coletividade populacional de vila Viçosa, que era majoritariamente indígena. Há um episódio específico que foi a prisão de indígenas que se envolveram num levante em Maranguape, né, que era um povoado de indígenas próximo à vila de Arronches, que hoje é o bairro da Parangaba, em Fortaleza. E eles contaram com uma defesa por escrito, né, enviada para Dom Pedro I, defesa comandada por Pereira Filgueiras, né.

E ainda se aliaram com uma das pessoas proeminentes em outro levante, né, levante também de vila Viçosa, que era o João da Costa da Anunciação, Sargento-mor indígena, enfim, a defesa dessas duas figuras em relação aos indígenas e aos seus movimentos, nesse momento da Independência, da formação do Estado Nacional selaram uma aliança que seguiu firme até o fim, né, quando eu me refiro a isso, até o fim da Confederação, consequentemente ao fim de suas vidas, né, aos seus destinos, né, até quando Tristão é, rendido, e efetivamente abandonado pelos indígenas já nos últimos meses de 1824.

Pereira Filgueiras também é preso e acaba morrendo no percurso, né. Tristão Gonçalves vê essa debandada de gente, foge para o interior do Ceará, para a região do vale de Jaguaribe e acaba sendo assassinado, mas já havia sido abandonado pelos indígenas.

Mediadora: *Tristão Gonçalves parecia ter uma postura cuidadosa, né, com a comunicação dirigida às lideranças indígenas, evitando criticar D. Pedro I diretamente. Como ele articulou esse diálogo e qual foi o efeito disso nas comunidades indígenas?*

Entrevistado: Eu percebo que ele tinha essa postura cuidadosa. Inclusive, eu destaquei muito isso nos meus primeiros textos, né, sobre a Confederação. Mas, cada vez mais, eu estou tendo a compreensão de que, na verdade, a oposição a Dom Pedro é que não era tão, tão evidente no início, sabe? Tipo, por parte de ninguém, né, pelo menos ali no Ceará. A contrariedade que se colocava era em relação ao fechamento da Constituição, enfim, ao fim do pacto constitucional, e a um receio, que era um boato que circulava à época,

de uma recolonização portuguesa. Só que, com o passar do tempo, especialmente a partir de meados de 1824, as coisas começam a ficar mais acirradas e a se juntar, né. Então, começa a se pensar que não, Dom Pedro é o cara que está liderando, articulando essa recolonização do Brasil a partir de Portugal. E se o fim do pacto constitucional pode ser um sinônimo de fim do pacto liberal, dos princípios liberais, né, de afronta aos princípios liberais, Dom Pedro I pode ser justamente esse tirano, né, de quem tememos, e que nos ameaça e ameaça as nossas bandeiras, e as nossas próprias vidas, né.

Então, isso que parece ser cuidadoso, na verdade, eu acho que é a própria evolução da compreensão dos atores que estavam envolvidos ali, né, e isso vai se expressar na documentação, nas correspondências trocadas com os indígenas, né. Desde algo muito por alto no início, mas que se expressa mais claramente, né, no decorrer dos meses de 1824, né, de meados para frente de 1824.

Tem uma recapitulação que é importante de ser feita. O acirramento do governo do Ceará, com Dom Pedro, após o fechamento da Constituinte, ele ainda fica mais acirrado quando Dom Pedro nomeia um novo presidente da província, chamado Pedro José da Costa Barros. Isso acontece em abril. O comando da junta provisória do Ceará, de então, né, encabeçado por Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras, sai de Fortaleza, se refugiam em Arronches e Messejana, e de lá montam uma espécie de quartel-general de contra-ataque à Fortaleza, e, de fato, destituem Costa Barros e reassumem o governo. Essas duas vilas que me referi, Arronches e Messejana, que hoje são os bairros da Parangaba e Messejana em Fortaleza, eram vilas de índios, né.

Nesse momento, que é entre abril e maio, já em maio, Pereira Filgueiras faz uma proclamação aos indígenas, os enaltecendo e os colocando como grandes heróis, descendentes de antigos heróis, com seus arcos e flechas, e destacando e enaltecendo as habilidades militares dos indígenas. Ali se forma uma aliança importantíssima e aí toda essa compreensão de uma ameaça portuguesa e de um Dom Pedro que vai ficando, mais delineado como o inimigo, fica mais evidenciada nessas correspondências trocadas com os indígenas, mas sempre tocando em questões muito sensíveis. Por exemplo: “Olha, vocês não querem ser escravos”, “Vocês são brasileiros muito valorosos, nossos patrícios”, ou seja, meio que traduzindo como concidadão, ou seja, filhos dessa pátria, assim como nós, desse lugar, assim como nós. Então, não só enaltecendo a amizade que era colocada ali, mas apontando

isso, a partir do governo do Ceará: “Olhe aquele lado de lá é perigoso para vocês, vocês que querem ser livres e que querem ser iguais a todos os outros”.

A gente não tem tantas falas assim a partir dos indígenas, quanto a gente tem do governo. Mas das poucas que tem, né, e a partir das respostas que o governo dava aos indígenas, a gente consegue perceber que isso é recíproco, né, e que os indígenas estavam acompanhando ali, e de fato, aderiram no momento da adesão a esse enfrentamento a Dom Pedro.

Mediadora: *Logo após a adesão ao movimento, a província do Ceará logo se viu com a repressão imperial. O que foi que mudou para os indígenas com a chegada dessa ofensiva ao Ceará?*

Entrevistado: Inicialmente, eu entendia essa rápida mudança de posição, como um pragmatismo, né, ainda que eu nunca tivesse imaginado como um pragmatismo puro, né. Ou seja, eu sempre admiti que poderia ter muita coisa colocada, né. Mas, de fato, os indígenas mudam de lado muito rapidamente. Isso é destacado pelo próprio Cochrane, né, o almirante Thomas Cochrane, que chega em Fortaleza, né, com sua frota, rende a cidade, e não só os indígenas, né, mas outras figuras políticas muito rapidamente mudam de lado, meio que percebendo que qualquer tentativa de defesa militar seria facilmente destruída. O Ceará não teria condições militares de resistir a um ataque como esse.

Eu ainda percebi, na documentação, uma ou outra manifestação de inquietude, de inconformidade, de um ou outro líder indígena, né, que chegou a ser preso, reprimido e tal, mas nada muito generalizado. Só que eu acho que há um elemento a mais para ser posto aí, né, junto a esse pragmatismo, aliás, um ou dois, digamos assim. Um outro elemento é, enfim, todos esses tem a ver com o primeiro: é a compreensão dos indígenas de que, assim, o que os movia, de maneira geral, para lado e para o outro — e isso não diminui a importância das ideias, dos princípios, das alianças, da leitura de um cenário mais geral — mas é a prioridade da defesa de suas prerrogativas, né, suas garantias políticas, que eram muito antigas, que remetiam ao período colonial.

A que me refiro? À defesa da terra, de cargos políticos, de dignas condições de trabalho, principalmente, eram essas três grandes bandeiras, né, além de outras, a defesa das crianças de escolas nas vilas e aldeamentos, enfim. A

grande questão é, o que estava sendo posto era a defesa dessas prerrogativas. Até então, os indígenas do Ceará entendiam que isso seria melhor viabilizado na aliança que vinham construindo, já de alguns meses, com o governo do Ceará. Uma vez o governo do Ceará sendo rendido e evidentemente derrotado, a melhor saída era se colocar do lado do Imperador, voltar à defesa do Império, do Imperador, da Coroa — agora, Coroa brasileira, né — mas isso também não é novidade, porque, como eu já falei aqui com vocês, a defesa e essa relação recíproca de fidelidade e serviço com a monarquia, entre os indígenas e a monarquia é antiquíssima, né, remete aos inícios da colonização.

E ainda mais que os indígenas tinham uma compreensão muito clara, muito nítida, de que todas essas garantias que tinham, vinham da monarquia, especialmente, aí a gente tá falando de 1824, a gente tá falando de prerrogativas de uma lei que ainda estava vigente, que era a lei do diretório, também chamada de diretório dos índios, diretório pombalino, que remetia ao Dom José I, que era o avô de Dom João VI, pai de Dom Pedro I. Então, essa compreensão era muito viva. Mas há o último elemento que também não pode ser esquecido, que como eu falei, a rivalidade dos indígenas com os outros adeptos da Confederação era muito violenta. Por quê? Porque esses adeptos da Confederação, de maneira geral — e aí a gente também não tá dizendo que absolutamente todos eram assim, mas de maneira geral — eram proprietários brancos, escravocratas, que tradicionalmente abusavam dos indígenas, ambicionavam as suas propriedades e nunca em hipótese alguma admitiam enxergá-los como cidadãos em pé de igualdade. O grande projeto político dos indígenas, na verdade, em diferentes momentos era esse, era conseguir uma situação de cidadania plena. Porque, até então, segundo o diretório, eles eram tutelados. Ou seja, viviam sobre à tutela de um diretor em cada aldeamento e eram obrigados a trabalhar.

O que os indígenas queriam era passar disso. E lidando com colegas confederados que jamais admitiriam isso. Uma vez destruída a Confederação, foram convocados a combater esses antigos chamados patriotas, ou liberais, e assim suportaram com muita obstinação.

Mediadora: *Diante disso, o que a participação dos povos indígenas na Confederação do Equador nos revela sobre seu papel na construção do Estado nacional brasileiro?*

Entrevistado: Eu sempre recorro a uma metáfora do professor João Pacheco de Oliveira, que ele diz que, se a gente imaginar, a gente, na verdade, deve imaginar a história do Brasil como um castelo de cartas: se você puxa a carta lá de baixo, o castelo vai cair tudinho. E é assim que vem sendo feito na história do Brasil, porque tiram essa carta fundamental e basilar, né, que são os povos indígenas. Eu cada vez mais me convenço de que a gente não consegue, tudo bem que pode haver muitas diferenças e variações de uma região a outra do Brasil — e claro que há diferenças também de âmbito, né — mas, de maneira geral, a gente não entende os diferentes processos de formação do Estado brasileiro, inclusive essa etapa que foi a Confederação do Equador sem os indígenas. A participação desse pessoal foi fundamental.

E no caso do Ceará, nesses vários sentidos, né: no sentido militar, no sentido de política-administrativa-institucional, a partir das câmaras municipais das vilas, onde os indígenas escreviam, se posicionavam, e as câmaras acabavam servindo, muitas vezes, como espaço de manifestação política coletiva, quando agregavam membros da comunidade. E essa aliança, que, como ela é política e é militar também, ela foi bastante valorizada, né, pelas lideranças provinciais, pela liderança imperial, pelos grandes líderes militares. Eles percebiam com muita clareza e muita tranquilidade que não conseguiriam — e não poderiam — abrir mão dessas alianças.

Mediadora: *Como as memórias orais dessas populações foram preservadas ou silenciadas na historiografia local?*

Entrevistado: Sobre essa questão da oralidade, isso me interessa bastante, porque eu pesquiso esse tema, que é muito novo, né, muito diferente para a maioria das pessoas, né, que é a história dos vereadores e juizes indígenas das câmaras municipais, das chamadas vilas de índios. Eu tive a oportunidade de entrevistar o Weber Tapeba que hoje é o secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Ele é de um povo que, vive hoje no município de Caucaia, inclusive, que abriga outro povo indígena, que é o povo Anacé — então, tanto os Tapeba, quanto os Anacés, são descendentes dos antigos indígenas que viviam na vila de índios de Soure, que viveram e se envolveram diretamente com a Confederação do Equador.

Quando eu pergunto a eles se eles têm lembrança disso, e quando eu perguntei para o Weber, ele disse: “Ninguém sabe disso”, que os indígenas um dia foram vereadores, muito menos isso, né, que os indígenas atuaram dessa forma tão obstinada, né, e [...] tão marcante, na Independência, na Confederação e em outros momentos. E o que eu acho que a gente precisa, para onde a gente precisa caminhar, enquanto historiografia, é, além de pensar nas diferentes formas de protagonismo, mas também na construção de esquecimentos também, como isso foi esquecido. Pra mim, é muito evidente que isso não foi espontâneo, não foi natural. Isso foi projetado. A gente sempre fala de Von Martius, de Varnhagen como figuras que escreveram a história do Brasil, e já com a tonalidade evidentemente pejorativa, mas eu acho que isso remete a contextos anteriores, né, desde a década de 20 do XIX, essa construção de uma história sem indígenas e de uma história política e militar do Brasil sem indígenas, isso já é feito. E num conceito cínico, já naquela época, isso precisa também ser recuperado por nós. Porque, por exemplo, quando a gente vê a ata de adesão do Ceará à Confederação do Equador, vê aquelas várias assinaturas, e nós encontramos indígenas ali, como eu encontrei, representando câmaras municipais, representando os corpos militares, corpos de ordenanças indígenas, câmaras indígenas e corpos de ordenanças indígenas e isso é simplesmente ignorado por tanto tempo, eu acho inaceitável na verdade, né, daí a importância da historiografia hoje, né. Como lembram historiadores mais antigos do que eu: A gente tem que falar daquilo que tentaram esquecer, né, e não deixar que esses esquecimentos continuem.

Daí que eu acho que é preciso que todas essas múltiplas histórias, daí em múltiplos aspectos, né, e eu falo aqui a partir da atuação militar indígena, da atuação político-administrativa de lideranças indígenas, mas que também acionavam e reuniam mobilizações políticas coletivas dos indígenas, mas sua relação com o trabalho, com a terra, com a espiritualidade, [...] a religiosidade cristã, a educação, as relações familiares, ritualísticas, familiares, não só de agora, mas de todos os tempos. Isso precisa ser desenterrado cada vez mais das memórias e dos arquivos e que fique na boca de um debate público, né, que vá para o livro didático, que esteja na sala de aula, na formação dos professores, fundamentalmente, e nos espaços de divulgação de história pública, né. Ou seja, isso não pode ser mais papo de especialista. [...].

A gente precisa aprender todas essas coisas pequeninhas para que, definitivamente, a gente saia dos estereótipos, né, desfaça os estereótipos, de

indígenas como elementos a-históricos, congelados no passado muito remoto, né, mas gente que, efetivamente, está na história, ou seja, que está no processo, acompanhando, mudando e agindo, e provocando as mudanças do tempo, nas nossas sociedades, na deles, que eventualmente são as mesmas, e que formam a sociedade, essa tão heterogênea e violenta sociedade brasileira.

Mediadora: *Pois bem, chegamos, né, então ao fim. Muito obrigada, professor, por ter aceitado nosso convite e por sua explanação aqui, que foi excelente, foi muito bom poder ouvi-lo, poder aprender com o senhor um pouco mais, né, sobre a participação indígena na Confederação do Equador e entender sobre a sua pesquisa que é, de fato, muito interessante. Nosso muito obrigada.*

Entrevistado: Gente, eu que agradeço, contem comigo, viu? Precisarem de mais papo, de mais conversa, eu vou ficar muito feliz com o convite, valeu.

Mediadora: *Então, galera, finalizamos por aqui mais um episódio da nossa série. Um beijo e eu espero vocês no próximo episódio.*

3.5 Episódio 5 – Filosofia em Pauta: República, Liberdade e Identidade

Entrevistado: *Dr. Gabriel Kafure*

Mediadora: *Gabriela Torres Coelho*

Mediadora: *Olá pessoal, está começando agora mais um episódio do podcast do projeto “Histórias da Confederação do Equador: 200 anos de Liberdade e Resistência”, financiado pela FACEPE. Eu me chamo Gabriella Coelho e é um grande prazer ter você aqui conosco, hoje, nós vamos entender a dimensão filosófica desse movimento. Para isso, contamos com a participação do Professor Dr. Gabriel Kafure. Ele é graduado em Filosofia - Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ética e Epistemologia da UFPI (2015). E possui ainda, doutorado em Filosofia pela UFRN (2020) e Pós-doutorado no PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste (2022). Gabriel é professor efetivo do Instituto Federal do Sertão Pernambucano em Petrolina, Campus Zona Rural e Docente permanente nos PPGs Mestrado Profissional em Educação Tecnológica PROF-EPT Salgueiro - IF Sertão PE, no PPGFIL UECE.*

Mediadora: *Seja bem-vindo, professor, é um prazer tê-lo conosco. E eu já vou começar com a primeira pergunta. A gente sabe que ao longo da história, os movimentos sociais e políticos foram, muitas vezes, impulsionados por ideias que circulavam no cenário intelectual da época e a Confederação do Equador não foi diferente, não é mesmo? Nesse sentido, eu gostaria de perguntar ao senhor: Quais ideias iluministas - como as de Rousseau e Montesquieu - inspiravam a retórica confederada?*

Entrevistado: *Olá, Gabriella, tudo bom? E olá a todos e a todas, é um prazer estar aqui. Essa primeira pergunta é excelente, porque nos leva ao coração filosófico da Confederação do Equador, que ocorreu em Pernambuco. E de fato, duas grandes inspirações foram as ideias de Rousseau e Montesquieu. Rousseau encantou os confederados com o conceito de soberania popular, que é o conceito básico da democracia. Então, antes, a autoridade vinha de cima para baixo, de um rei, por exemplo, e Rousseau propôs que a verdadeira autoridade resida no povo.*

É como se a sociedade fosse um grande time, e as regras do jogo fossem decididas por todos que fazem parte desse time. Já Montesquieu teve uma grande sacada, que fez os confederados também se inspirarem, que foi a separação dos poderes, que até hoje ainda continua ocorrendo. Separação do Poder Executivo, que governa; do Legislativo, que faz as leis; e do Judiciário, que julga. Qual o objetivo? Evitar que uma única pessoa ou grupo acumule muito poder e vire um tirano. Então, isso garante o equilíbrio da liberdade para todos.

Mediadora: *Perfeito, professor. Agora, pensando em como essas ideias chegaram aqui e foram reinterpretadas... Como os confederados adaptavam esses conceitos europeus ao contexto pernambucano?*

Entrevistado: *Então, essa ideia de uma adaptação dos conceitos europeus ao contexto pernambucano, é um desdobramento, né, do que eu falei na minha primeira resposta. Na medida que, as ideias iluministas nasceram na França, mas elas não foram simplesmente copiadas e coladas aqui; elas foram adaptadas, abasileiradas, para o contexto pernambucano, que tinha suas próprias particularidades.*

Por exemplo, a discussão sobre as monarquias absolutistas foi muito impactante na Europa. Aqui no Brasil, houve o Império, mas a insatisfação local era muito forte com o centralismo do Rio de Janeiro e a falta de autonomia das províncias. Então, a elite pernambucana, por exemplo, via sua economia política sendo controlada de longe. Isso gerava [...] um descontentamento enorme.

Então, qual a ideia da soberania popular? A ideia era que Pernambuco tivesse uma centralidade também, autonomia política no Império. E a liberdade não era só para todos os cidadãos de um país, mas para a própria província ter mais autonomia, decidir seus próprios destinos. É como se a vontade geral de Rousseau, que é a vontade do povo, fosse reinterpretada para a vontade do povo pernambucano, que queria mais liberdade e autogoverno.

Mediadora: *E quando a gente pensa no "contrato social", é inevitável imaginar como ele foi ressignificado em diferentes contextos. Então eu te*

pergunto, o contrato social foi reimaginado pelos líderes da Confederação do Equador? Se sim, em que medida isso aconteceu?

Entrevistado: Essa pergunta, né, a respeito do contrato social é muito interessante. Para quem não tá [sic] familiarizado, contrato social é uma ideia de que nós, como sociedade, fazemos um acordo implícito para viver juntos, abrindo mão de certas liberdades individuais em troca da segurança, da ordem, para criar um governo que nos represente.

O que acontece é que os líderes da Confederação do Equador pensavam e adaptavam as ideias dos pensadores europeus. Então, se para Rousseau o contrato social era entre os indivíduos de uma nação para formar um Estado justo, em Pernambuco, essa ideia ganhou um sabor regional. A elite confederada sentia que o contrato que existia com o Império Brasileiro estava sendo quebrado. Eles acreditavam que Dom Pedro I estava agindo de forma tirânica, desrespeitando as províncias e concentrando todo o poder no Rio de Janeiro. Então, eles argumentavam que o contrato social com o Império havia sido violado e, portanto, a província de Pernambuco tinha o direito de romper esse acordo, de formar um novo contrato entre si, que era um governo que realmente representasse os interesses locais. Essa imersão do contrato social deu uma base filosófica para sua rebelião e a sua busca por uma federação, onde as províncias teriam mais autonomia.

Mediadora: Ainda nesse fio condutor da liberdade e do poder político, há uma tensão conceitual importante... Como se misturavam essa liberdade negativa, ou seja, a ausência de tirania, e positiva, que seria o autogoverno, no discurso do movimento?

Entrevistado: Essa eu acho que é uma das perguntas mais complexas, né, que tem uma distinção conceitual importante. Estava muito presente, mas ainda um pouco, pouco distinta entre os confederados, né?

A liberdade negativa é a liberdade de ausência de impedimentos, ausência de controle externo. Quando a gente fala em "negativo", a gente está se referindo ao natural, né? Então, a liberdade negativa, nesse contexto, é ser livre da interferência do governo, livre da tirania, livre da opressão. E, no contexto da Confederação, isso se traduzia no desejo de ser livre do controle excessivo do Rio de Janeiro, da arbitrariedade do imperador Dom Pedro.

Já a liberdade positiva é a liberdade "para", é a capacidade de governar a si mesmo, de participar ativamente das decisões políticas, de ter autogoverno. A liberdade, quando a gente fala em "positivo", é aquilo que diz respeito justamente ao contrato social. Ou seja, é a consequência de leis que regem o povo e tiram ele da natureza.

Os confederados não queriam apenas ser deixados em paz; eles queriam ter a capacidade de se organizar, de criar suas próprias leis, de eleger seus próprios representantes, de construir o tipo de sociedade que eles desejavam para Pernambuco. Eles queriam ter o poder para dar um novo rumo a Pernambuco.

Então, no discurso do movimento, essas duas liberdades se entrelaçavam: eles queriam ser livres da tirania e do poder central, da liberdade negativa, para poder se autogovernarem e construir uma república regional, que seria a liberdade positiva. Era uma luta contra o que eles viam como opressão e, ao mesmo tempo, uma luta pela capacidade de decidir seu próprio destino.

Mediadora: Agora, falando sobre os meios de circulação dessas ideias, a gente sabe que os jornais e as cartas filosóficas tinham um papel fundamental, né? De que forma esses materiais circularam entre as elites intelectuais?

Entrevistado: Bom... a respeito dessa pergunta, das cartas filosóficas, com certeza, né? Isso já era muito presente no Iluminismo e que é um resquício do que a gente chama de humanismo. Humanismo que nasce na Grécia, passa por Roma e chega até a modernidade e até às colônias também, né?

Então, os jornais e as cartas eram as redes sociais da época, os canais de circulação das ideias, principalmente pela elite. Os jornais foram essenciais porque eles não apenas circulavam notícias, mas eram campos de batalha de ideias. Neles os líderes confederados e seus simpatizantes publicavam artigos, manifestos, editoriais que explicavam seus princípios filosóficos, criticavam o governo imperial e defendiam a causa da Confederação.

Imagine que esses jornais eram lidos em cafés, clubes, salões e até mesmo espaços públicos e depois discutidos intensamente. Eles ajudavam a moldar a opinião pública dentro da elite e a mobilizar os apoiadores. Então, a gente

vê que o jornal perdeu muito esse aspecto hoje, né? Que agora está mais para as redes sociais.

Já as cartas filosóficas e correspondências pessoais também tinham um papel crucial, pois os intelectuais e líderes políticos trocavam ideias, comentavam os textos que estavam lendo. Ou seja, seria o que a rede social hoje sintetiza na notícia, do fato, e depois os comentários. Um era dentro das cartas e o outro era dentro dos jornais, né?

Então, essas cartas viajavam por diversas províncias, conectando os núcleos intelectuais e garantindo que as discussões mais profundas chegassem a um público mais seletivo e influente.

Mediadora: *Claro que nem tudo eram flores, né? Entre o ideal e a realidade, haviam ali muitas contradições. Quais tensões éticas surgiram entre a retórica filosófica e a realidade social da época?*

Entrevistado: A respeito dessa pergunta sobre as tensões políticas, né, é uma questão importante também, que mostra a complexidade deste período — mas também do nosso período, né? Daquele período e do nosso período.

De fato, havia grandes tensões entre a retórica filosófica da liberdade, igualdade, e a dura realidade social de Pernambuco e do Brasil no século XIX — e até hoje, né?

A principal tensão ética que podemos apontar é a questão da escravidão. Os ideais iluministas pregavam a liberdade, a igualdade, os direitos universais do homem. No entanto, grande parte da elite confederada, que defendia esses ideais, também era proprietária de escravos.

O que não difere dos primeiros contratualistas, como Locke, né? Locke também defendia o fim da escravidão, mas ele mesmo também tinha escravos, né. Ou seja, a liberdade acaba sendo defendida mais para si mesmo e para a região política e geográfica do que para os africanos ou os afrodescendentes, que eram a base da economia. Então, é como se todos tivessem o direito de defender a sua parte — mas nem toda parte tem acesso a isso que está sendo defendido, né?!

Outra tensão importante são as desigualdades sociais e econômicas. Embora falassem em soberania popular, a participação política e os benefícios das ideias liberais eram restritos a uma pequena parcela da população, que era a

elite latifundiária e comercial. Os pobres, os camponeses e a população não branca tinham pouca ou nenhuma voz; seus direitos não eram prioritários. Então, é uma grande dissonância ética, na qual a beleza dos ideais filosóficos contrastava com a prática de manter a escravidão e uma sociedade profundamente hierárquica.

Mediadora: *Falando um pouco sobre às formas de participação coletiva... Como o legado filosófico de 1824 moldou práticas de deliberação e engajamento coletivo no Estado?*

Entrevistado: Então, essa questão das contradições e do legado filosófico de 1824, as marcas que ficaram da deliberação e do engajamento coletivo em Pernambuco, é justamente o fato de que a Confederação, ao defender a soberania popular e a ideia de autogoverno, plantou sementes que incentivaram a participação e o debate público, mesmo que a elite fosse o fosse o público inicial, a própria existência dos jornais, dos clubes políticos, das assembleias onde as ideias eram discutidas, estimulou uma cultura de envolvimento. E as pessoas, mesmo que não pudessem votar, eram expostas a esses debates, começavam a pensar sobre seus direitos, seu papel na sociedade.

Como exemplo, a própria formação de assembleias constituintes ou a busca por formas de organização que dessem mais voz às províncias demonstra que essa exigência de autonomia, de direitos de construir as próprias leis, inspiradas em Montesquieu e Rousseau, ecoaram em movimentos posteriores que buscavam maior poder local e participação popular.

Então, basicamente: a Confederação, apesar de não ter tido êxito como um todo, ela deixou aí influências para outras rebeliões, que foram muitas, em Pernambuco, e que também fizeram, depois, como retaliação do Império, com que Pernambuco perdesse muito espaço geográfico, para o que hoje é Alagoas, Bahia... e a Bahia acabou crescendo com tudo isso, já que também ainda era um braço direito do Império, né?

Mediadora: *Professor, eu te pergunto agora, como a identidade regional pernambucana emergiu a partir desse debate de ideias?*

Entrevistado: Desse plano de uma identidade regional pernambucana, isso é muito interessante, porque tá conectado à filosofia no que diz respeito à formação de uma identidade, né? Quando a gente fala de uma identidade regional pernambucana, a gente sabe que isso não nasceu do nada. Foi construído, fortalecido por esse debate de ideias em torno da Confederação do Equador, mas também de várias outras rebeliões que ocorreram em Pernambuco, né?

Por exemplo, quando os líderes confederados falavam de autonomia da província, de direito de Pernambuco ou liberdade para os pernambucanos, eles estavam, na verdade, forjando nada mais, nada menos, do que um sentimento de pertencimento e distinção. Ou seja, é o que por aí se comenta como "Pernambuco, meu país", né?

Ao se [...] oporem ao centralismo do Império, eles não estavam apenas defendendo os princípios políticos, eles estavam dizendo: nós, pernambucanos, temos nossos próprios interesses, nossa própria forma de pensar, nossa própria visão do futuro. E a soberania popular, dessas ideias enquanto conceito-chave aplicado em Pernambuco, reforçava a noção de que os pernambucanos tinham o direito coletivo de se autogovernar.

Isso criou um "nós" coletivo forte, com pautas específicas. Os jornais e os manifestos ao vincularem essas ideias, não só informavam, mas também cultivavam uma narrativa, um discurso de que Pernambuco era, e quem sabe podemos dizer, é diferente, como todos os estados são, com uma história, um destino próprio, muitas vezes ligados a eventos anteriores à Revolução de 1817.

Mediadora: *Há traços dessa filosofia política que ainda sustentam discursos de cidadania ativa em Pernambuco?*

Entrevistado: Bom, a respeito do que a gente pode dizer desses resquícios, ecos da Confederação do Equador dentro da cidadania ativa em Pernambuco, uma questão que pode ser bem delineada é a defesa intransigente da autonomia e do regionalismo. A questão do regionalismo é uma ideia que tem voz própria, que deve ser ouvida e respeitada nas discussões nacionais, e que remonta à essa época. Muitos discursos políticos e sociais que defendem maior autonomia para os estados ou que buscam valorizar as peculiaridades regionais têm as suas raízes no regionalismo, né?

Então, outra questão interessante é a busca pela justiça social, a crítica à opressão. Embora os confederados tivessem suas contradições, o ideal de combater a tirania e buscar um governo mais justo, que represente os interesses da população, permanece. E, hoje, esse traço se manifesta na luta por mais direitos, contra as desigualdades e pela participação popular em decisões que afetam a vida das pessoas.

É a ideia de que o povo não deve ser passivo, mas sim ativo na construção da sua realidade. Portanto, a valorização da autonomia regional e o ímpeto por justiça e participação popular são legados filosóficos que continuam a alimentar os discursos de cidadania ativa em Pernambuco.

Mediadora: *Agora para fechar: De que maneira escolas e universidades de Pernambuco usam hoje esses debates em seus currículos?*

Entrevistado: Bom, essa já é uma pergunta mais complexa, e que eu acho que está mais ligada à história e talvez à sociologia, mas principalmente à história, né?

O que eu vejo é que nas escolas do Ensino Fundamental II e ensino médio o movimento da Confederação é estudado na disciplina de História, e a ideia é que os alunos compreendam como os ideais iluministas influenciaram a política brasileira, não só aqui em Pernambuco, mas também em Minas Gerais, né, também teve uma influência muito grande, né? E é uma forma de mostrar que a história é feita de ideias e que elas impactam a vida das pessoas. O objetivo disso é que os estudantes entendam a complexidade da formação de Pernambuco e do Brasil.

Nas universidades, já nos cursos de Filosofia, História, Direito e Ciências Sociais, esses debates são aprofundados na medida em que estudamos esses pensadores iluministas, analisamos os documentos da época da Confederação e podemos discutir as tensões e contradições que já mencionamos.

Isso é um campo fértil, que nos faz entender a formação do pensamento político e a identidade regional, e como esses elementos se relacionam com as questões da cidadania e democracia hoje. Mas eu assumo também que enquanto estudante eu não vi isso tão caracterizado no meu curso de Filosofia; vi até muito mais a questão de Canudos, por exemplo, uma rebelião

mais estudada e com maior impacto sobre essa identidade regionalista do que a Confederação do Equador.

Mas acho que o trabalho que vocês estão fazendo, e parabênizo a você, Gabriella, e o professor Rodolfo, é fantástico nesse sentido de fortalecer, né, dentro das ciências humanas a importância dessa Confederação que teve e que continuará tendo para nós, seja no ensino médio, seja no ensino superior, para identificarmos que o Brasil é um país fluido, dinâmico, e que Pernambuco faz parte dessa história de uma maneira muito filosófica, justamente trazendo as possíveis — as possibilidades de diferentes rumos que a história poderia ter tido, né.

Então é isso, grande abraço e muito grato pela oportunidade de fazer esse estudo filosófico da Confederação do Equador.

Mediadora: Muito obrigada, professor, por suas palavras e por sua participação, foi muito bom ouvi-lo e aprender com o senhor. É sempre muito rico quando a academia se reúne no desenvolvimento de conteúdos e conhecimento de forma múltipla e diversa, né?! De fato, nós precisamos estudar e evidenciar mais a história Pernambucana e destaco aqui o caso da Confederação do Equador, né, que é um movimento interessantíssimo, como tem se mostrado ao longo de todos esses episódios que nós temos desenvolvido aqui. Então, gente, para você que nos ouve um grande abraço e espero vocês no próximo episódio. Um beijão!

3.6 Episódio 6 – Legado e Memória: Lições para o Pernambuco de hoje

Entrevistado: *Dr. André Ricardo Heraclio do Rego*

Mediadora: *Gabriela Torres Coelho*

Mediadora: *Olá, pessoal! Sejam bem-vindos a mais um episódio do nosso projeto “Histórias da Confederação do Equador: 200 Anos de Liberdade e Resistência”. Uma iniciativa financiada pela FACEPE, que busca refletir sobre os sentidos, disputas e permanências da Confederação do Equador. Eu me chamo Gabriella Coelho e é sempre bom ter você com a gente. Hoje, vamos discutir o tema: legado e memória da Confederação do Equador. Para essa conversa, recebemos André Ricardo Heráclio do Rêgo, diplomata, escritor e historiador. Ele possui graduação em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco (1993), mestrado em ESTUDOS IBÉRICOS E IBERO-AMERICANOS pela Universidade de Paris X Nanterre (2000) e doutorado em ESTUDOS PORTUGUESES, BRASILEIROS E DA ÁFRICA LUSÓFONA pela mesma universidade. André é membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, além de integrar também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele atuou diretamente nas ações do bicentenário da Confederação e pesquisa temas como cultura política, independência e memória histórica. Seja muito bem-vindo, professor, é uma honra contar com sua participação.*

Entrevistado: Muito obrigado!

Mediadora: *No ano passado, no ano de 2024, nós vivenciamos as comemorações dos 200 anos da Confederação do Equador. O senhor acredita que o bicentenário reacendeu a Confederação no imaginário coletivo?*

Entrevistado: Olha, eu espero que sim. Nós trabalhamos para isso. Eu sei que diante das provocações, da correria do dia a dia, é complicado prestar atenção à esses temas históricos, mas o que eu posso dizer é que eu, e esse programa, esse podcast, é um exemplo disso, eu tenho a impressão que aumentou sim. Agora, isso não significa dizer que não seja necessário fazer

mais ainda propaganda, divulgação, porque é um momento único na história, não só de Pernambuco, mas do Brasil e isso tem que ser valorizado.

Mediadora: *Com certeza. A cidade também é lugar de memória ou de esquecimento, né. Monumentos, nomes de ruas e praças podem reforçar ou apagar episódios do passado. De que forma os espaços urbanos de Pernambuco mantêm viva, ou silenciada, a memória da Confederação?*

Entrevistado: Com muita dificuldade, um exemplo disso foi que ano passado, um pouco antes das comemorações do Bicentenário o busto de Frei Caneca que existia lá no Forte das Cinco Pontas, onde ele foi arcabuzado, foi roubado, foi furtado porque era de cobre. Então, virou, deve ter ido para o ferro velho do Recife, como aquelas estátuas e placas das pontes, como acontece no Rio de Janeiro. E nós tivemos que, nós é a comissão, todos os interessados, que colocar outro no lugar. Vamos esperar que continue lá por mais algum um tempo, mas não sei quanto. Eu respondo essa pergunta com um exemplo concreto, até porque o busto agora parece que é de concreto, que não desperta, a matéria prima não desperta interesse dos ladrões. É difícil, Pernambuco tem um passado glorioso, Pernambuco tem uma história gloriosa, Pernambuco foi o primeiro a primeira província a ter um Instituto Histórico próprio, justamente para preservar esse legado, mas é um punhado de gente que... que não tem muita ajuda do poder público. Esperamos que mude isso. Prossegue na sua luta com recursos próprios e com muita dedicação. Mas é difícil, agora, Recife é uma das cidades do Brasil, não sei se é a mais, mas talvez seja seguramente, é uma das mais que tem dedicado o seu espaço para preservar essa memória, só que parte da população não ajuda muito.

Mediadora: *Falando no Instituto, como ele vem atuando na preservação dessa memória — e quais são os principais desafios enfrentados hoje para democratizar essa história?*

Entrevistado: Olha essa pergunta, você deve fazer, eu vou responder, mas você deve fazer sobretudo a George Cabral, que é o nosso Presidente, é um grande Historiador Pernambucano, que é o atual Presidente do Instituto e ele é um dos maiores heróis dessa resistência. O Instituto Arqueológico, como eu disse, é o primeiro, é o mais antigo estadual, o provincial é de 1872, e

desde o começo ele tem atravessado dificuldades para manutenção do Acervo, que é maravilhoso, se não foi lá, vá. Vale a pena a visita, é o segundo maior acervo histórico, de instituto histórico, depois do Instituto Histórico Geográfico brasileiro, no Rio de Janeiro, que é o maior de todos, né, o primeiro de 1838, mas vive com isso, vive sempre em estado periclitante, dependendo das doações não só dos participantes, dos integrantes, mas do poder público também e ações privadas, agora pouco né, é aquela história, comer menos no almoço para garantir o jantar, né, é assim que o Instituto funciona.

Mediadora: *O senhor enxerga uma relação da história institucional de Pernambuco com as experiências de 1824?*

Entrevistado: Claro, como eu lhe disse, Pernambuco pode se vangloriar da parte do Brasil que foi pioneira em muitos movimentos, e não só esse, né. Na minha intervenção no livro que vai ser publicado, que vai ser lançado semana que vem aqui pelo senado federal, eu considero a Confederação do Equador a primeira revolução constitucionalista brasileira, ou seja, 78 anos antes da Paulista que é de 1932.

Pernambuco foi a primeira parte do Brasil, a primeira a proclamar a Independência, né, que foi na convenção de Beberibe. Aliás, minto, a primeira independência foi em 17 em Pernambuco, foi a primeira vez que parte do Brasil se declarou independente da Metrópole Portuguesa, que não era mais Metrópole, a Metrópole de verdade mesmo já era o Rio de Janeiro, mas isso é uma história mais complicada, depois falamos. Em 1821 foi a primeira parte do Brasil a se diferenciar concretamente de Portugal, porque foi a primeira parte do Brasil onde as tropas e o governante portugueses foram expulsos, que foi Luís do Rego e foi a primeira revolução constitucionalista brasileira, ou seja, tem a ver com institucionalidade do Poder Legislativo, do Poder constitucional. Foi a primeira parte do Brasil que se revoltou contra um ato de arbítrio do Imperador, que foi a de dissolver a Assembleia Constituinte e isso foi sufocado na época, mas o legado voltou a transparecer em 1889 com a Proclamação da República e da Federação.

A Confederação do Equador foi não somente a primeira revolução constitucionalista brasileira, 108 anos antes da paulista, mas foi também a primeira revolução federalista brasileira, antes da dos gaúchos que foi em

1892, tudo isso tem a ver com a institucionalidade atual do Brasil. Na audiência de abertura no ano passado, no senado federal, na comissão, que trata do bicentenário aqui em Brasília, eu tive a oportunidade de dizer que ali era o espaço ideal para se comemorar o bicentenário da Confederação do Equador porque o Senado é quem faz o poder legislativo, mas no caso específico é o Senado quem faz a constituição, é quem defende a constituição, mas o Senado é o Guardião da Federação e federação e constituição são as bases da democracia brasileira hoje em dia.

Mediadora: *Falando em federalismo, né, a Confederação do Equador ela ainda é usada em debates sobre autonomia e federalismo hoje no Brasil?*

Entrevistado: É isso que nós tentamos fazer, não é? Eu diria que é a base no federalismo brasileiro, no momento do movimento da Independência, talvez era essencial o país unitário para evitar desagregação, mas a ideia ficou plantada lá semente que como eu disse ressurgiu em 1889, e já em 1834, o unitarismo do império foi de certa forma ignorado ou lançado pelo ato adicional da Constituição de 1824, que é assegurou uma certa, digamos autonomia e que foi ela que propiciou a criação dos poderes legislativos estaduais. É tudo isso é, assim, agora, o federalismo não é só uma bandeira pernambucana, outras partes do Brasil também, mas quem pagou mais caro, digamos assim, quem apareceu mais, quem lutou mais por isso fomos nós.

Mediadora: *E o senhor acredita que o legado de 1824 inspira movimentos sociais e expressões culturais contemporâneas em Pernambuco hoje?*

Entrevistado: Olha, não diria que 24, como eu disse, toda a história pernambucana inspira isso, nós somos acusados pelos outros de bairrista, um amigo meu aqui do instituto brasileiro até de chauvinismo. Mas, eu digo a ele: a realidade é assim, meu caro. A história de Pernambuco que é, nós fomos pioneiros do movimento da Independência desde 1654. E tudo isso tá agora, é claro, isso aí entre uma elite, né? Você fala em movimento popular, movimento popular não, ninguém se inspira por esse movimento popular. Você sai no meio, você que é estudante, sai no meio da rua. Você tá em Petrolina?

Mediadora: *Eu sou de Dormentes, mas eu estudo em Petrolina.*

Entrevistado: Você tá em Petrolina, você sai no meio da rua, vai lá na fazenda e pergunta a ele quem era Frei Caneca, ou quem era Dom Pedro Primeiro, ou quem era José Bonifácio, que ele vai ter uma certa dificuldade de responder. Infelizmente a realidade é essa. Mas isso não é típico do Brasil, não. Uma vez fizeram, é, pegaram lá em Nova York, no Metropolitan, um quadro famosíssimo de Cristóvão Colombo, quando saiu no meio da rua e perguntaram quem era primeiro pensaram que era uma mulher. A realidade é essa, é triste, mas é essa. Mas no âmbito daqueles que se interessam, eu acho que estamos conseguindo despertar atenção, mas é muito pouco ainda.

Mediadora: *Existem versões que circulam fora dos espaços institucionais sobre esse movimento? Se há essas versões, existem tensões entre elas e a memória oficial?*

Entrevistado: Olha, isso sempre existe, sempre existe a parte, é o que Ariano Suassuna falava e Machado de Assis também antes dele. Aliás, essa expressão é de Machado de Assis que Ariano retomou entre o Brasil oficial e o Brasil legal, né? Machado dizia que o Brasil oficial é aquele ali da Rua do Ouvidor, lá no Rio de Janeiro. Você anda 500 metros você tá em outro mundo. Ariano em palestra na palestra ele falou uma certa vez, acho que foi na Paraíba, que lá na estrada do sertão, pode ser em Petrolina mesmo, você anda pela rodovia, tá tudo asfalto, vai se adentrando por mato, 500m você já está no século XIX. Hoje em dia, eu sei, com a irrigação está diferente, mas é sempre assim, tem sempre uma, a população popular vive disso. É bom que viva, né? Todo mito, todo motivo popular tem uma base no motivo real, no fato, que essa é a história que a gente tenta resgatar.

Mediadora: *O senhor falava anteriormente, né, desse desconhecimento que as pessoas possuem sobre a história de Pernambuco e eu tenho a percepção que as pessoas desconhecem até mais a Confederação do Equador do que, por exemplo, a Revolução de 1817, né? Por que o senhor acha que isso acontece e que é que pode ser feito para mudar esse cenário?*

Entrevistado: Olha, pergunta difícil. Dezesete pode ser mais conhecido do que vinte e quatro, mas não é muita coisa não, viu? Vai lá em Dormentes, lá

no sítio e pergunta lá pelo Padre João Ribeiro que eles vão perguntar se era parente do prefeito, né? Ou se era o pároco anterior da cidade. Dezesete, a comemoração de dezesete e graças a deputada Terezinha Nunes virou a data, a data oficial, a data magna de Pernambuco, mas virou faz uns 10 anos, né? A Inconfidência Mineira data nacional, nem é mineira, mas nacional, há mais de 100. Eu acho que pode fazer isso, é valorizar o legado, é popularizar o conhecimento, por meios, né, por mídia, né, ou histórias em quadrinhos, visita de escolas, etc., aos monumentos, mas é complicado, o conhecimento da História não é o conhecimento generalizado, infelizmente.

Mediadora: *Em que medida esse legado da Confederação do Equador e também da História de Pernambuco, contribui para esse senso de pertencimento regional?*

Entrevistado: De ser pernambucano? Bem... eu considero o seguinte, a independência em Pernambuco, a independência no Brasil, mas a gente tá falando de Pernambuco, a independência é um movimento de longa duração, ou seja, da escola dos Annales francesa, ao longo do rio. É, ela começou, ela não é a data, ela não se restringe ao Sete de Setembro, ela não se restringe a um local, ela não se restringe a um personagem. Isso o Gilberto Freire já falava, tá? Ela é um processo que vem se, que foi se, desenvolvendo, desde o século XVII, desde 1654, com a restauração pernambucana que vem até hoje. Então isso tudo, é por isso, que o que eu quero dizer é o seguinte: que a Confederação do Equador não pode ser tomada isoladamente, é todo o processo, é todo movimento, que tem mais de longa duração, que tem mais de trezentos anos. E é nesse sentido que ela influencia a História do Brasil, mas não só a História do Brasil, porque a Confederação do Equador, como a Revolução de dezesete e outros, outros movimentos de Inconfidência mineira etc., também tem que ser visto no âmbito americano do novo mundo e no âmbito mundial.

A primeira Constituição Brasileira, ela foi feita em Pernambuco, a Lei Orgânica de Dezesete. Quem fez a primeira, quem redigiu essa lei orgânica, esse documento constitucional, não foi um pernambucano, foi um santista, que por acaso, é Antônio Carlos, que por acaso era o irmão de José Bonifácio, que era o ouvidor de Olinda. Esse mesmo Antônio Carlos, anos depois, foi o redator da Constituição do Império de 1824, contra na constituinte, contra a dissolução da qual Pernambuco se rebelou. Essa constituição de vinte e

quatro, apesar da dissolução da constituinte, tem por base, o projeto de Antônio Carlos. Essa Constituição tem uma irmã gêmea, uma cópia dela com pouquíssimas modificações, que é a Constituição Portuguesa. Ou seja, todo isso, esse movimento que se iniciou em Pernambuco e foi e um documento redigido por um paulista, por um santista, é a origem do constitucionalismo brasileiro, e foi o constitucionalismo brasileiro, foi a Constituição Brasileira que durou mais tempo, foi a Constituição do Império, e também do constitucionalismo português, que a carta constitucional de 1826 em Portugal só foi derogada com a proclamação da República em 1910, ou seja, o movimento que seria localizado, estou falando de dezessete, né? Seria localizado, teve uma repercussão transcontinental.

Mediadora: *Para encerrar: qual símbolo seja um lugar ou personagem, o senhor considera como simbólico, mais poderoso para representar o legado da Confederação do Equador?*

Entrevistado: Bem, olha aí a resposta é óbvia, não vou inventar muita moda. É Frei Caneca. Só que Frei Caneca é uma figura histórica que ela é importantíssima e é pouco conhecida. Frei Caneca não é só aquele mártir que foi arcabuzado porque os carrascos se recusaram a enforcá-lo. Frei Caneca não é só aquele personagem, embora seja uma figura, essa representação seja maravilhosa. Frei Caneca não é só a figura do alto do frade, do João Cabral de Melo Neto, que dizia que dizia que a Senhora do Carmo, acho que ficava sobrevoando, etc. durante o procedimento. Frei Caneca foi um grande intelectual. Frei Caneca foi um dos primeiros constitucionalistas brasileiros. Era uma pessoa que nunca saiu do Recife, mas que era um autodidata maravilhoso, que tinha conhecimento não só jurídico, no caso constitucionalista enorme e que, cuja doutrina, podemos dizer assim, influenciou o constitucionalismo brasileiro. Pernambuco era um grande centro constitucional nessa época.

O problema é que, mais uma vez, esse legado não é muito valorizado nem pelos brasileiros, nem pelos próprios pernambucanos. Então, a figura de Frei Caneca, só que Frei Caneca não era só esse mártir que aparece, né? Frei Caneca era muito mais do que isso. Era um grande intelectual, era uma pessoa que tinha uma capacidade comparada, em nada ficava a desejar de José

Bonifácio. José Bonifácio era muito mais viajado, claro, tinha muito mais experiência, mas Frei Caneca tinha uma capacidade intelectual tão grande quanto. Outro grande que já era morto nessa época, em dezessete também, e que era muito pouco conhecido é o Padre Arruda Câmara, que esse sim era muito viajado, mas que não aparece muito na história Brasil.

Mediadora: *Muito bem, então, chegamos ao fim de mais um episódio, muito obrigada, professor, por ter aceitado o convite e por sua participação aqui, aprendemos muito com sua fala tão enriquecedora aqui hoje, foi uma verdadeira aula, nosso muito obrigada!*

Entrevistado: De nada. Disponha!

Mediadora: *Então, a você que nos ouve, obrigada por nos acompanhar até aqui, um beijo e até o próximo episódio!*

3.7 Episódio 7 - Pacto Político e Federação

Entrevistado: *Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa*

Mediadora: *Gabriela Torres Coelho*

Mediadora: *Olá, pessoal. Sejam bem-vindos a mais um episódio do nosso projeto “Histórias da Confederação do Equador: 200 anos de Liberdade e Resistência”, apoiado e financiado pela FACEPE. Eu me chamo Gabriella Coelho, é uma alegria ter você aqui e hoje discutiremos sobre o pacto político e a federação. Para isso, contamos com a participação do professor Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa, coordenador do nosso projeto. Ele que é Bacharel e Mestre em Ciências Sociais pela UFCG, tendo como área de concentração a Sociologia e Doutor pela UFPE. Ele atua como professor do IF Sertão, Campus Petrolina Zona Rural. Seja bem-vindo, professor, é uma alegria recebê-lo.*

Mediadora: *Para situar os nossos ouvintes na discussão, eu peço que o senhor comece definindo o que são alguns desses conceitos que nós vamos trabalhar ao longo desse episódio. Afinal, o que é uma federação, uma confederação e um pacto político?*

Entrevistado: Bem, Gabriela, essa é uma boa pergunta para iniciar a nossa conversa, né?

Diferenciar a confederação da federação e dos eventuais pactos políticos que podem existir entre províncias, entre estados, na busca de um desenho político melhor para a sociedade.

Começando com a confederação, né, em que ela consiste? Na verdade, ela é uma forma de associação política entre estados que são soberanos e que se unem por meio de um tratado ou pacto para alcançar determinados objetivos comuns. Então, geralmente, esses objetivos são ligados à defesa destas províncias ou destes estados a uma melhoria nas situações de comércio econômicas, né, propriamente ditas, ou mesmo na constituição de elementos de política externa mais aprimorados. Então, esses estados ou essas províncias, eles se unem sem abrir mão de sua autonomia plena. Não há um

poder central soberano estabelecido no caso de uma confederação, né? E as decisões, elas passam a ser decisões comuns

que dependem da anuência dos estados-membros dessa confederação.

Uma federação, diferentemente, é uma união política em que as unidades federadas, os estados ou as províncias, eles renunciam a parte de sua soberania para compor um estado nacional. E aí, esse estado, ele é dotado de um governo central soberano. Ou seja, existe uma divisão mais clara, precisa e também mais rígida das competências, né, entre união e as unidades federativas. E essa divisão, ela costuma ser formalizada, uma espécie de constituição.

Então, a rigidez dessas competências, né, e as instâncias de poderes que são atribuídas à união e às unidades federativas são todas cristalizadas em uma determinada constituição.

O pacto político, ele alcança um sentido mais amplo, né? Uma espécie de acordo, que pode ser formal ou informal, e que sustenta a convivência de forças sociais, econômicas e políticas em torno de regras institucionais. Então, pode-se expressar em uma constituição, mas também nas práticas sociais que garantem a legitimidade e estabilidade de um regime político. Ou seja, por exemplo, no período da pandemia, houve vários pactos políticos realizados entre... entre unidades federativas para tentar mobilizar melhor a máquina pública a fim de prever ali situações de protocolos de saúde naquele instante, está certo?

Quando a gente olha essas diferenças entre confederação, federação e pacto político, a gente percebe que são muito importantes, inclusive, para a gente entender a amplitude da Confederação do Equador, que foi naquele instante, em 1824, um movimento dessas províncias no sentido de confrontar, né, um levante organizado dessas províncias, no sentido de confrontar a centralização monárquica do Império do Brasil naquele período, né? Ou seja, Pernambuco foi protagonista, esteve à frente desse movimento, mas outras províncias nordestinas também estavam ali, tentando instaurar um modelo confederativo junto com Pernambuco, inspirado em exemplos como os Estados Unidos pós-independência, né, onde cada província manteria sua autonomia, né, e existiria ali um poder central mínimo estabelecido para conduzir as relações de integração na... na... na União, de maneira geral.

Então, a Confederação foi um movimento político em que, naquele instante, naquele momento, as províncias buscavam mais autonomia e estavam confrontando um exercício político centralizador do governo monárquico.

Mediadora: *Tendo isso em vista, quais princípios do federalismo confederado de 1824 permanecem na Constituição de Pernambuco?*

Entrevistado: Essa pergunta é bem interessante, né? Que tipo de princípios permanecem vivos na Constituição de Pernambuco ligados ao federalismo confederado de 1824, né?

Então, o que é importante esclarecer? É que, embora a confederação do Equador de 1824 tenha sido um movimento derrotado militarmente, os seus ideais foram bastante importantes para o próprio desenvolvimento político, não apenas de Pernambuco, mas eu diria que do próprio país, né. Os seus ideais marcaram profundamente esse imaginário político, né, especialmente na nossa região Nordeste, porque o movimento defendia coisas extremamente importantes naquele instante. Por exemplo, a ideia de federalismo radical, ou seja, de uma dotação de maior autonomia para os poderes soberanos das províncias, né, uma menor intervenção desse governo central.

Outro elemento importante que a gente vai ver muito bem estabelecido nas constituições seguintes, né, é a dimensão da divisão dos poderes, ou seja, uma separação clara entre as instâncias de poder, inclusive colocando ali amplos poderes para os legislativos locais. Isso era uma ideia, um ideal muito importante, que foi carregado pela Confederação do Equador, e que foi reverberado em outros desenhos constitucionais de Pernambuco.

E por fim, um elemento que seria o elemento de resistência ao poder centralizado. Então, Pernambuco ele foi protagonista, junto com as outras províncias que fizeram parte da Confederação do Equador, desse movimento de resistência. Mas, sobretudo, um movimento de resistência a esse autoritarismo mais marcante e centralizador que foi representado pela Constituição outorgada por Dom Pedro I.

Então, esse movimento não parou naquele instante, embora tenha sido derrotado militarmente, ele repercutiu significativamente na história política de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil. Então, na Constituição de 1989, a

gente vê alguns resquícios desses ideais se delineando muito claramente. A gente tem a Constituição Nacional de 88, que forja ali um momento de maior regulação da democracia nacional, após o período de...de...do regime militar. Ela consolida vários elementos importantes, sobretudo quanto à divisão dos poderes e quanto à autonomia regulada das...das unidades federativas.

Mas, propriamente, na Constituição de Pernambuco, que veio um ano após essa de 88, que foi a nacional, o que a gente tem nessa Constituição de Pernambuco? Uma ênfase na autonomia legislativa, frente à União, sobretudo em termos relacionados à cultura, à economia e ao meio ambiente. Outro elemento importante dessa Constituição de Pernambuco, de 89, diz respeito à própria defesa das competências estaduais, né, em linha com os artigos 25 da Constituição de 88, a Constituição Nacional, né, e reconhecendo, portanto, essa autonomia e esse exercício soberano de competências da... desse ente federativo específico, né.

Outro elemento importante que a gente precisa sublinhar é a própria valorização da participação cidadã, e das formas locais de controle social, reforçando o poder estadual como uma esfera legítima de representação popular. Ou seja, ainda que o modelo federativo permaneça restrito, ou seja, com o Estado sem soberania plena, a Constituição Estadual de 1989, ela ecoa o ideal de um federalismo fortalecido.

É tudo aquilo que a Confederação defendeu, entre linhas né, uma maior autonomia e uma soberania dos processos decisórios internos relativos às unidades federativas. Naquele instante histórico relativos às províncias da Paraíba, de Pernambuco, do Ceará, né, da Bahia. Então, essa discussão que levava à frente a busca por reconhecimento das forças políticas locais, das forças econômicas locais, e da sua forma de definir o desenho político e econômico dessas províncias, ele foi perpetuado aí para além do movimento, de tal sorte que Pernambuco, né, é protagonista nacional em termos de política, porque ele traz consigo esses ideais, ele carrega consigo até hoje esses ideais, tanto esses que estão consolidados na...na Constituição Pernambucana, como outros que foram repercutir, inclusive em termos maiores, na Constituição Nacional de 88, e sobretudo no exercício diário da política local, onde a gente vê um posicionamento forte, um posicionamento muito importante no sentido de defender a soberania e os processos decisórios locais frente à União, quando se vê necessário, quando o conjunto

político pernambucano se sente na obrigação de representar melhor os interesses locais, e a uma postura diferente ou divergente que o próprio arranjo político da União possa apresentar naquele instante.

Ou seja, essa resistência, essa capacidade de defesa da soberania, dos elementos autônomos, da política local, ela é presente até os dias de hoje, né. Os debates que se... que se consolidam no ambiente político contemporâneo, inclusive, eles repercutem muito disso, né, da ideia pernambucana de identidade, de defesa dessa identidade, dos seus interesses, das suas posturas, embora a gente tenha um cenário de...de constituição partidária muito mais diverso, né, do que naquele instante, e a gente tem, mesmo nessa diversidade partidária, uma... uma... uma... um atrelamento muito grande à identidade pernambucana, no quesito da defesa dos seus elementos econômicos, da defesa dos seus elementos culturais, da defesa dos seus elementos políticos, né, e essa busca sempre, né, por reconhecimento frente à União, ela permanece até os dias de hoje.

Mediadora: *A Confederação do Equador nasceu com uma forte oposição ao centralismo do Império. Como a tensão centro-periferia de então se reproduz no modelo federativo atual?*

Entrevistado: Essa é uma questão delicada, né. E, assim, que marca muito da nossa produção política nacional, da sociologia nacional, eu diria até que parte significativa da geografia regional do Brasil discute essa questão das tensões entre centro e periferia, né.

E aí, quando você me pergunta como é que essa tensão então se reproduz no modelo federativo atual? Então, se a gente pensar através da ótica que Florestan Fernandes trouxe para a gente, né, um grande sociólogo brasileiro, ele vai dizer, olha, a formação social brasileira é parte dessas tensões entre centro e periferia. Lógico que ele vai fazer um arranjo muito mais sofisticado para explicar o movimento contemporâneo da sociedade brasileira, fazendo não apenas uma divisão entre as províncias, em alguns dos seus livros, mas também mostrando as relações de capital que estão por trás disso, os jogos políticos e econômicos que permeiam essas relações entre centro e periferia.

Mas, quando a gente pensa lá em 1824, no momento da confederação do Equador, o que era o centro? Era o eixo imperial ali de Rio de Janeiro e São Paulo, basicamente, que concentrava o poder decisório, poder político e

também a maior parte do poder de decisões sobre as relações econômicas. As províncias do Norte e Nordeste, buscando maior autonomia diante dessas elites políticas sudestinas, né, e da própria monarquia que estavam ali orbitando esse centro imperial do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Então, embora o Norte, mas sobretudo o Nordeste, tivesse uma pujança econômica muito grande e importante, para a economia imperial, ele não gozava da representatividade do poder político estabelecido. Então, as tensões entre centro político imperial, lá no eixo sudeste, e as províncias do Norte e do Nordeste eram muito marcantes.

Tem um cientista político norueguês chamado Stein Rokkan. Ele tem uma obra que fala da formação do Estado, da construção da nação e a política de massas na Europa. E nessa obra ele tem uma análise muito profunda, né, daqueles países europeus e que mostra para a gente o quanto essas tensões entre os centros públicos e as periferias em estados compostos ou federativos, elas são marcadas por conflitos recorrentes, né, e acabam ali fazendo parte, inclusive, das tensões que marcam as identidades nacionais, né. Especialmente quando o centro tenta padronizar políticas sem levar em conta as características e as especificidades locais, que foi o que aconteceu no momento em que Pernambuco, sobretudo, se sentiu menosprezado economicamente com as condutas que a Constituição, implementada por Dom Pedro I, trazia a província, né.

Então essa, essa insatisfação contra um desenho político que reconhecesse essas características específicas da localidade, que também foi sentida no Ceará, que também foi sentida na Paraíba, na Bahia, eles foram decisivos para traçar o eixo dessa tensão naquele momento imperial, né. Então essa discussão entre centralização e descentralização de poder permanece até hoje. E os eixos de poder estão estabelecidos, né. Então eu vou ter sempre um eixo de poder político, que vai aí nessa lógica de tensão entre centro e periferia, vai ser o centro, e outros campos emergentes de...de...de força e de pujança, às vezes política, econômica, social e cultural, que vão tentar tensionar essas relações centralizadas e vão tentar buscar maior espaço, maior autonomia, maior soberania decisória pra as províncias, pra as unidades federativas, né?

Por exemplo, quando a gente olha para o Brasil contemporâneo, embora a gente tenha um arcabouço democrático, democrático, né, muito mais fortalecido, essas relações e essas tensões, elas existem até hoje. Por exemplo, quando a gente pensa aí sobre a questão da centralização fiscal, né, tem um

professor de administração, na FGV que discute muito isso, o federalismo e o equilíbrio fiscal, chamado Fernando Rezende. E ele mostra justamente isso, o quanto as... os... as unidades federativas do Brasil, elas têm discutido essa dimensão da autonomia no processo fiscal, né. Então, é...é...é... essa centralização, na verdade, ela acaba mantendo ali estados e municípios em uma situação de dependência financeira muito forte em relação à União, né. Reforçando esse modelo federativo, que a descentralização, ela aparece mais administrativamente, né, e acaba que você não tem ali uma federação plena, né. Os limites dessa descentralização, eles são muito grandes, né.

Quando a gente teve, por exemplo, a pandemia da Covid, né, que foi um episódio histórico bem importante para a nossa sociedade, a gente teve uma emergência desse conflito. E isso foi trazido à tona de novo, essa tensão entre centro e periferia, né. Então, governantes e prefeitos precisaram tomar decisões independente, frente a uma, naquele momento ali, algumas incertezas e até omissões da União, né. Ou até posturas conflitantes quanto ao que a União pretendia estabelecer naquele instante, né.

Lógico, a Covid foi um momento atípico para toda a humanidade, eu diria. Mas, na questão da política nacional, a gente teve justamente isso. Então, é... é... é um exemplo claro, além desses desafios recorrentes, que esses espaços periféricos políticos, e no caso do Brasil seriam as unidades federativas, mas sobretudo as unidades federativas com menor poder, né, de representatividade, que estão ali tensionando junto à União a capacidade de poder decidir mais e com maior autonomia sobre determinadas questões.

Então, esse enrijecimento, né, de determinados elementos de autonomia que acabam sendo cristalizados na Constituição, né, em alguma medida, embora a gente tenha uma Constituição que avançou bastante, a de 88, mas ela ainda assim cristaliza determinadas limitações, inclusive na capacidade legislativa das unidades federativas, elas são sempre retomadas, né, em disputas judiciais, né, quando a gente está pensando políticas e dimensões fiscais, ou seja, a estrutura do conflito ela permanece, né. Os meios é que mudaram, quando a gente pensa o cenário contemporâneo. Tá certo?

Então, essas situações, elas todas acabam se refletindo no modelo atual. Ou seja, a gente poderia dizer que a vontade das províncias de antigamente, que participaram da Confederação do Equador, em grande medida, continuam sendo as vontades das unidades federativas do nosso país. Ou seja, a maior autonomia decisória sobre determinadas questões que tocam as localidades,

né, desses... desses estados, componentes da União, tá certo? Esse conflito ele tem uma série de repercussões aí. A gente teria vários exemplos pra discutir um pouco isso, né? Esses... esses mecanismos de...de...de distribuição fiscal, eles são talvez, assim, mais recorrentes na cena política, porque mexem com a economia, né. E esses estados gostariam de ter uma...uma...um...um...uma...uma decisão maior sobre essa distribuição de recursos que toca os municípios e estados, tá certo?

Outro elemento que traz à tona essas...essas tensões entre centro e periferia, se a gente olhar direitinho, as políticas públicas ali que são muito uniformes. Então, por exemplo, as questões que às vezes o SUS estabelece, que o Fundeb estabelece, né, às vezes nem sempre consideram dinâmicas e especificidades regionais que essas unidades federativas passam, né? E aí, nesse sentido, eles não representam tão bem os interesses dessas localidades, né. E fora isso, a gente também tem, e isso é muito importante no Nordeste, desde seu passado imperial, né, desde os instantes ali anteriores, eu diria até a Confederação do Equador, um movimento de resistência das elites políticas e econômicas locais frente ao centralismo fiscal, né.

Então, a gente tem estados do Nordeste que têm uma força política muito importante. E onde é que isso se, onde é que isso se manifesta, por exemplo, pra que a gente possa entender? Quando a gente vai olhar a eleição do presidente do Senado, do presidente da Câmara Federal. Onde a gente tem uma participação decisória extremamente importante de estados como Pernambuco, de estados como Ceará, de estados como a Paraíba, tá certo?

Então, são...são estados que possuem um...um...um desenho e uma representatividade política importante, Alagoas, a própria Bahia, ou seja, fazem frente, inclusive, a unidades federativas que tão ali no eixo sul e sudeste em muitos casos, né. Se a gente olhar aí os...os últimos anos, a gente vai ver que tem uma presença importantíssima do Nordeste nesses postos, tá certo? Então, essas forças políticas que a gente chama de...de...de periferia, elas atuam de maneira muito forte para manter a representatividade dos interesses das suas unidades federativas no modelo contemporâneo.

Ou seja, a luta que foi travada lá atrás, né, entre aquele centro imperial e as províncias do Norte e do Nordeste, hoje, continua viva. Num desenho democrático com as unidades federativas, frente à União, mas continua viva. A busca de maior autonomia, de capacidade decisória, né, da chance de poder

legislar sobre mais assuntos, sem tanta interferência do poder central, da federação, né, representado na União. Tá certo?

Então, esses elementos são muito marcantes e permanecem vivos até hoje. Não à toa, a gente tem essa... essa situação revestida aí nas questões fiscais, nas políticas que são mais generalistas e nessas disputas de poder, sobretudo no poder legislativo federal, né. Então, as tensões entre centro e periferia também se revestem ali naqueles instantes de escolha do presidente do Senado, né, de presença em comissões extremamente importantes para o andamento das casas, como a Comissão de Constituição e Justiça ou Comissão de Assuntos Econômicos Externos. Então, existe uma série de...de...de...de discussões ali nessas comissões que trazem à tona essas tensões entre centro e periferia.

Mediadora: *A história política de Pernambuco é marcada por mobilizações, né? De que formas 1824 embasou a cultura política de reivindicação de poderes estaduais?*

Entrevistado: Bem, Gabriella, a confederação teve um papel importante, assim... do meu ponto de vista, ela não apenas lutou contra o império naquele momento histórico, mas ela acabou criando um repertório muito particular da política, da política regional.

Então, tem três dimensões que eu acho importantes aqui. Eu acho que a primeira dimensão é a dimensão de uma certa desobediência civil organizada. A gente tem dois autores da filosofia política que tratam disso, né? O Henry David Thoreau norte-americano, inclusive contemporâneo da Confederação do Equador, né? que vê essa dimensão da desobediência civil como um ato moral e cívico, né? pra buscar garantir a pluralidade do Estado e a voz de certas minorias, né. Então, ele é um ator bem lido, assim, quando a gente pensa nos processos de radicalização da democracia, né, mas que, de alguma maneira, fundamenta a ideia de desobediência civil como esse movimento organizado, né? que pode ser encabeçado por lideranças políticas, né? De determinados entes federativos.

No caso da Confederação do Equador, inevitavelmente a gente olha para a figura de Frei Caneca, né? E ele carrega consigo um...um conjunto de ideais e de movimentos de reconhecimento da autonomia da província, né? de Pernambuco e das demais que participaram da Confederação do Equador.

E o outro autor que também trata dessa temática da desobediência civil, que serve para a gente pensar um pouco como ela repercute, é o John Rawls, né? O John Rawls já é um autor contemporâneo, né? Morreu agora em 2002. Ele sistematiza essa desobediência civil como uma espécie de ato público não violento e necessário para uma organização coletiva em prol de corrigir determinados diapasões na estrutura política, né? Ou seja, buscar correção de leis e de atuações do poder centralizado que são em alguma medida injusta para a sociedade, né?

Em determinadas províncias, em determinadas unidades federativas, né? Se a gente for olhar numa perspectiva histórica, então a Confederação do Equador se enquadra perfeitamente nesse conceito de desobediência civil. Então acho que isso faz parte do repertório político no sentido de contestar ações, normas, leis e diretrizes que são prejudiciais aos entes federados, né? Nas províncias naquele instante. Isso aí acabou repercutindo, a gente vai ver, eu vou falar um pouco mais sobre isso, acabou repercutindo no próprio modelo de posicionamento mais... mais enfático da política de Pernambuco, está certo?

Um outro elemento que é importante, que a gente não pode deixar de...de elencar aí nesse conjunto de repertórios que a Confederação do Equador trouxe enquanto repertório político, seria propriamente a dimensão da defesa da soberania regional. E aí tem uma geógrafa política do Brasil, que é Iná Elias de Castro, da IUPERJ, né? Ela... ela... ela acabou, né, o doutorado dela em ciência política na IUPERJ, e ela traz muito bem essa dimensão da disparidade, disparidades espaciais e dos problemas de escala. E acaba mostrando a importância, né, da representação territorial e do fortalecimento da autonomia regional, sobretudo quando a gente pensa o Nordeste brasileiro. Então ela trata de dimensões de disputas políticas internas dos grupos nesse...nesse...nessa região, né, no Nordeste, mas também dentro de determinadas unidades federativas. E mostra o quanto isso é importante num cenário nacional do ponto de vista da defesa da soberania regional. Ou seja, em muitos momentos, em articulações que vão barrar e que vão ali limitar interferências da União e que vão propor um reordenamento de poderes e uma distribuição mais equânime de...de autonomias e de capacidades desses entes federativos, né.

Um outro elemento importante seria propriamente essa contestação, esse...esse vigor político da contestação, às normas estabelecidas e que são

prejudiciais a essas instâncias regionais. Então esses três elementos, né, para ficar bem claro, a desobediência civil organizada, a defesa da soberania regional e essa posição contestatória às normas que ferem interesses e capacidades de soberania decisórias das unidades federativas são partes claras, né? De um repertório político trazido pela Confederação do Equador e que repercute nos...nos movimentos, nas articulações partidárias e na criação de personas políticas, especialmente no estado de Pernambuco, né. Então esse legado, onde é que a gente pode ver propriamente esse legado? Numa tradição política onde Pernambuco sempre acaba valorizando lideranças que buscam a autonomia da...do estado, que buscam o aguerrimento na luta por interesses do estado.

Então você tem Miguel Arraes, Eduardo Campos, o Jarbas Vasconcelos, a própria governadora, o ex-ministro e ex-senador Fernando Bezerra Coelho. São todos atores políticos importantes do estado que mobilizam as suas...suas bases partidárias, as suas alianças territoriais em prol de Pernambuco. Então aqui a gente não está falando propriamente de questões de qual o melhor partido ou de qual a melhor pessoa, mas de entender que são personagens políticos, né, líderes autônomos do estado, do nosso estado, que atuam politicamente numa defesa muito clara do estado de Pernambuco, né.

Se a gente olhar, cada um desses são personagens que trouxeram grandes elementos, grandes conquistas para o estado de Pernambuco, cada qual a sua maneira, cada qual a partir de sua base política, mas que sempre estiveram ali, norteados no...no...no cotidiano de suas ações políticas, pensando o estado, né, pensando os interesses do estado e as possibilidades, lógico, em cada momento histórico, em cada conjuntura política específica, em cada arranjo democrático de coalizão, que seria possível trazer para Pernambuco maior autonomia, maiores ganhos, né.

Então, não à toa, quando a gente tem ministros pernambucanos, a gente sempre vê algum tipo de melhoria direta no estado, né. Me recordo aqui agora de...de...de prontidão, porque está mais próximo de mim, em termos de localização geográfica, a atuação do...do ministro Fernando Bezerra Coelho, que teve uma atuação clara em políticas de combate contra a seca e atua fortemente nessas dimensões de políticas de recursos hídricos, né. Teve à frente da transposição do Rio São Francisco, concluiu eixos importantes para o sertão pernambucano durante sua gestão. Ou seja, por mais que seja

ministro de estado, né, e que tenha o interesse da União e do nosso país como um todo, baseando suas ações políticas, em um determinado momento ele foi decisivo pra conquistas do estado, né? Isso pode ser dito de outros tantos ministros que o estado teve representando aí a política pernambucana no contexto do cenário nacional.

Então, esse é um legado claro e prático que a gente vê no conjunto das ações, das atuações efetivas, né, no campo da política. Também a gente poderia citar, por exemplo, a criação de movimentos regionais, como o consórcio do Nordeste, em 2019, né. É um exemplo de articulação suprapartidária em defesa de interesses regionais. Então, veja, se dissolve ali naquele momento, se dilui, se equalizam ali interesses suprapartidários, né, a fim de poder colocar acima destes os interesses regionais, né. Então, na cultura política desses...desses estados aí, né, que...que participaram da Confederação do Equador, a gente visualiza claramente essa dimensão de resistência, sobretudo quanto a uma imposição central, né.

Então, algo que a gente já havia falado antes, essa tensão, né, centro-periferia, ela sempre está ali permeando o nosso imaginário político, e em alguns momentos a gente vê esse aguerrimento da identidade política do estado na disputa de determinadas questões, ou na briga por determinados interesses, que vão acima das condições partidárias, que têm a ver com o território de Pernambuco, com a identidade de Pernambuco, com a cultura de Pernambuco, né. Então, a atuação de secretarias que mobilizam esses interesses de forma muito consolidada, né, e recorrentemente a gente vê isso nos últimos anos da política do estado, essas trajetórias de ações, e a emergência de atores políticos que estão ali a todo instante mobilizando esses interesses do estado, né.

Então, quando a gente olha esses movimentos políticos, que deixam repertório de ação coletiva, tem um autor muito importante, né, que é o Charles Tilly, ele é muito lido no âmbito da ciência política, e ele mobiliza isso, teoricamente: o quanto os movimentos políticos acabam deixando um conjunto de elementos identitários, conceituais, de ideal, que vão marcar o repertório da ação coletiva.

E esse...esse repertório da ação coletiva pode ser, no conjunto da ação coletiva, no cotidiano, né, ou seja, esse... esse vigor, né, essa...essa...esse desejo de defender o estado de Pernambuco, esse reconhecimento da cultura, a defesa da cultura, né, a valorização, por exemplo, do galo da madrugada,

ou seja, esse repertório pode se traduzir nas ações coletivas do cotidiano, mas também no repertório das ações coletivas no âmbito das políticas, né, das atuações políticas em prol do estado de Pernambuco.

De uma maneira geral, né, embora seja um movimento político, ou político-econômico, se alguém quiser colocar o elemento econômico como o despertar das principais insatisfações que mobilizaram a Confederação do Equador, o que a gente tem, ao final, é a consolidação de vários elementos culturais e sociais que vão marcar não apenas a identidade política e econômica de Pernambuco, mas também a sua identidade cultural.

Então, a bandeira, os símbolos, os ícones históricos, né, os líderes históricos, são todos os elementos que perpassam o nosso imaginário coletivo e que formam essa ambiência do ser pernambucano, tanto na política como no dia a dia. E é difícil você olhar para um pernambucano e não ver ali uma pessoa que defende e que representa, né, com aguerrimento os interesses, os elementos de identidade do seu estado, tá certo? Então, esse repertório todo que a gente falou aqui, tentando destacar, por exemplo, os elementos mais vinculados à política, na verdade, eles são bem mais amplos, né.

Quando a gente tenta pensar aí essa localização política das repercussões da Confederação do Equador, eu posso falar da desobediência civil, eu posso falar dessa defesa da soberania regional e também posso falar dessa contestação às normas que, de certa maneira, ferem a nossa soberania e os nossos interesses. Mas, de um modo mais amplo, a gente vai ver que outros tantos elementos que estiveram contidos na Confederação do Equador, eles fazem, né, do pernambucano, fazem de nós um povo que vai construindo uma identidade muito própria, com uma certa qualidade na fala política, independente de ser um personagem político público ou de ser alguém que está fazendo a opinião pública no dia a dia, comentando alguma situação.

Ou seja, esse Estado, ele vive essa ambiência política com muita clareza, diferente de outras unidades federativas, né, mais recentes ou de outras unidades federativas que não tem uma tradição política tão forte, como a gente teve aí em decorrência da Confederação do Equador.

Mediadora: *Como partidos e movimentos sociais atuais se inspiram ou podem se inspirar no levante confederado?*

Entrevistado: O legado direto dela é menos visível do que o legado indireto, como a gente já falou um pouco nesse podcast em algumas questões antecedentes. A gente tem um repertório político que é criado e um repertório político que acaba sendo importante para muitos personagens decisivos na história de Pernambuco, não é? Sobretudo nessa história política contemporânea de Pernambuco, os quais partem de uma defesa da soberania regional, os quais partem de uma preocupação muito clara na atuação política que eles fazem, independente dos partidos, de defender a autonomia, a soberania, dos interesses locais e regionais. Então, esse repertório todo indireto, ele é extremamente importante. Isso mobiliza, inclusive, um esclarecimento geral da população quanto à dimensão política e econômica do Estado. Então, notoriamente, a gente tem um Estado que discute com mais clareza, que tem uma política muito mais esclarecida, muito mais debatida do que outros Estados do Nordeste, por exemplo, né.

A gente não está querendo criar nenhum tipo de hierarquia, mas certamente é notório que Pernambuco ocupa um lugar de destaque no cenário nacional quando a gente fala de política, né. E aí a gente tem personagens que representam isso, que já foram citados, mas a gente também pode ter, inclusive, movimentos que estão ali puxando alguns elementos mais diretos da Confederação do Equador né. Eles não falam sempre desses vínculos diretos, mas a gente pode listar, por exemplo, os movimentos identitários regionais, né, que resgatam o orgulho nordestino.

Então, a Marcha da Margarida, os movimentos sem terras. Em algum momento, as pautas e as reivindicações ligadas à autonomia e à justiça social, nesses territórios específicos, né, no território de Pernambuco especificamente, eles exalam toda essa dimensão de representatividade da soberania regional. Atuações partidárias de personagens importantes resgatam historicamente essa relevância de Pernambuco no cenário nacional, sendo pioneira na defesa dos entes federados, sendo pioneira na busca por um arranjo constitucional que permita às províncias naquele momento e agora aos entes federados um desenvolvimento com maior autonomia, um equilíbrio maior de poderes entre entes federados e a União. Ou seja, toda essa...essa busca de maior relevância para os entes federados está sempre sendo trazida à tona, de maneira muito frequente, nas retóricas políticas dos diversos personagens.

E aí eu volto a dizer, embora a gente tenha aí um leque distinto de posições partidárias, quando a gente observa os grandes personagens da história política de...de Pernambuco, a gente vê sempre neles um aguerrimento na defesa dos interesses do Estado, né?

Quando ocupam cargos na União, é sempre muito notório a preocupação e o interesse destes de não apenas fazer um bom trabalho para o país, enquanto chefes de ministérios, enquanto ministros que estão à frente da União, mas também trazer retornos diretos de melhorias para a população e para os interesses da região ou do Estado. Isso é evidente, sobretudo porque a gente tem aí, nessa trajetória histórica e política do nosso país, em vários momentos, um certo escanteamento dos interesses do Nordeste.

Então essas reivindicações elas sempre vêm à tona e se manifestam no folclore popular, na música popular, na cultura popular. Então essas...essas reivindicações de uma república de Nordeste, né, o Nordeste ficar independente. Ou seja, é sempre um discurso que mostra essa soberania regional e a importância de uma ligação entre esses entes federativos na defesa de determinados interesses, quando, nas tensões e nos debates políticos, nos processos decisórios, o Nordeste não é visto tal como nós o reconhecemos em grandeza, ou os interesses do Nordeste não estão sendo tão bem representados no delineamento que algumas políticas possam ter.

Então essa... essa força e essa pujança de sempre estar se posicionando à frente da União, buscando os interesses da... da região, os interesses desses entes federativos, é um legado da Confederação do Equador que inspira movimentos sociais, que inspiram partidos e que inspiram atores políticos até os dias de hoje., né A gente vê nos momentos em que os interesses partidários acabam sendo diluídos em torno de uma luta maior pelas questões regionais, né. Os consórcios intermunicipais são todos representantes desse tipo de situação.

Veja, Gabriella, quando a gente pensa aí em que medida a Confederação, né, o Pacto Federativo de 1824, ele abriu um precedente, né, para uma autonomia legislativa de Pernambuco. Se a gente observar direito, o movimento de 1824, essa Confederação, ela foi precursora simbólica, não jurídica, mas simbólica de uma luta muito importante pela autonomia estadual.

E você tem ali naquele... naquele... instante um confronto direto com o poder que era muito mais forte militarmente, mas que acabou, mesmo na

derrota, sendo vitorioso no sentido que repercutiu historicamente até os dias de hoje. Então os efeitos estão presentes em diversos elementos, se a gente fosse olhar essa autonomia legislativa de Pernambuco. Então, por exemplo, na própria Constituição Nacional de 1988, a gente tem ali cláusulas pétreas, né, que garantem a autonomia dos estados. Por exemplo, artigo 60, parágrafo 4º, fala um pouco disso. O ganho dessa Constituição acaba sendo importante para que a gente tenha uma capacidade legislativa mais...mais reconhecida diante do poder da União, né?

Outra coisa importante é que essas legislaturas estaduais, elas buscam sempre maior autonomia, maior capacidade decisória sobre temas como educação, saúde, meio ambiente, né, que eles são objetos da legislação estadual, né, mas respeitando diretrizes nacionais. Ou seja, existe um arcabouço político e jurídico anterior à legislação estadual que acaba em alguns momentos enrijecendo. E assim, as articulações políticas na Câmara, no Senado, são extremamente importantes quando a gente pensa aí arranjos que vão abrir maior espaço para essas legislaturas estaduais para legiferar sobre esses temas, sobre essas questões. Então, a gente tem um arranjo democrático na Constituição de 88 que vai consolidar algumas autonomias para esses entes federados, mas que não parou por aí. Ou seja, o cotidiano da nossa política, ele é um cotidiano que mostra a busca dos entes federativos por maior capacidade de decidir, de legislar sobre as questões que tocam aquela região, aquele território especificamente, né.

E a gente vê também, em determinados momentos, o posicionamento do sistema judiciário brasileiro, né, em jurisprudências que o Supremo Tribunal Federal acaba criando, reconhecendo autonomia legislativas em questões locais, né. Políticas de ICMS, transporte público, regulações ambientais ali específicas.

Então, essas jurisprudências acabam no limite dado pela própria Constituição, criando novos espaços de atuação ou ampliando espaços de atuação já existentes para os entes federativos. Ou seja, as legislaturas estaduais vão ganhando força também nesses processos de amplitude da jurisprudência nacional.

Ou seja, a Confederação do Equador ela está em Pernambuco como um movimento federalista, onde a gente confrontou esse...esse poder centralizado e acabou se constituindo como um marco identitário de resistência né, e uma busca legítima por maior amplitude, maior capacidade

de autonomia para fazer sobre as nossas questões políticas estaduais e regionais, né.

Então, esse em efetivo é um legado que repercute não apenas em Pernambuco, mas de uma maneira muito clara em vários estados do Nordeste, participantes e não participantes da Confederação do Equador. Que mesmo tendo visto o movimento ser vencido militarmente, reconheceram nele pautas, agendas, questões que eram tocantes a essas outras províncias, né, e acabou que depois o episódio histórico foi repercutir até os dias de hoje.

Então, muitos estados, muitas unidades federativas do Nordeste olham para a Confederação do Equador e têm inspiração. Não são unidades federativas pernambucanas, não são. Eu posso olhar para Alagoas, para a Bahia, para o Ceará, para a Paraíba, mas que uns participaram e outros não, né, mas que olham para esse movimento ali e reconhecem nele a sua demanda, ou seja, a sua busca por maior capacidade de fazer a política econômica, de fazer as decisões, de fazer o andamento da própria máquina administrativa, né, de fazer o andamento da criação de novas leis, de novos regulamentos que atendam diretamente a essas questões locais que nem sempre estão postas ali pela União de maneira muito clara, ou de maneira abrangente, ou de maneira a abranger as especificidades locais que esses entes federativos trazem à tona. Tá certo?

Mediadora: *Em que medida o pacto federativo de 1824 é um precedente para a autonomia legislativa de Pernambuco hoje?*

Entrevistado: Essa é uma questão bem...bem interessante, Gabriella. Eu diria que existem ensinamentos que são indiretos e ensinamentos que são diretos. Do ponto de vista prático, para ser objetivo, né, o principal ensinamento eu acho que... que a gente traz, né, dessa questão e dessa pauta da divisão de competências diz respeito ao fato de que, sem um equilíbrio real na divisão de competências, o federalismo vira centralismo disfarçado. Ou seja, eu posso ter uma constituição, eu posso ter um governo até, num desenho posterior, historicamente falando, um governo democrático, mas se essa divisão de competências ela não é bem equalizada, se não há um equilíbrio, o federalismo perde espaço e eu acabo tendo uma espécie de governo central disfarçado e que usa a Constituição como elemento para vigorar politicamente sobre os entes federativos. Tá certo?

Então, a experiência de 1824, ao final, demonstrou o quê? Primeiro, a necessidade de que o pacto federativo seja negociado e não imposto. Por quê? Na condição dele ser imposto, ele vai acabar passando por cima de uma série de demandas e de questões locais que precisam ser observadas em qualquer pacto federativo que busque desenvolvimento geral do país, né. E esse desenvolvimento geral do país não pode ocorrer negligenciando questões e pautas importantes para as localidades. Certamente a gente sabe que o desenho disso é um desenho complexo, é um desenho negociado, né, mas é um desenho que precisa ser buscado acima de tudo e não imposto. Tá certo?

Outro elemento importante, em termos de experiência, é que o risco do autoritarismo sempre está por ali, né? Disfarçado nessas ações que não consideram as especificidades regionais. Então, para fugir disso, a gente precisa de um pacto federativo forte. Mas forte porque ele foi construído na negociação com as pautas e com as demandas trazidas pelos entes federados, naquele instante, pelas províncias, né. E que isso não vire uma colocação de cima para baixo, uma imposição de um governo central ou de um governo baseado no federalismo, mas que tem uma dimensão de autoritarismo muito clara. E por ter esse desenho mais autoritário, acaba desconsiderando todas as pautas e especificidades regionais. Sobretudo, quando essas especificidades regionais, essas características mais peculiares, elas advêm da periferia política, né.

Então, o outro elemento que a gente pode citar aqui como importante, né? Seria propriamente o valor da participação política local e das instâncias legislativas regionais. No desenho desses pactos federativos e na construção de um ambiente político mais democrático. E aí, esse...essa...esse espaço negociado, ele advém justamente dessa participação política local e das instâncias legislativas regionais. Ou seja, essa atuação legislativa regional e o reconhecimento dela quanto a sua soberania por parte da União, é o que acaba mostrando um desenho mais equilibrado de divisão de competências, né. Isso, efetivamente, nos dias de hoje, na nossa história política contemporânea, está marcado no contexto da Constituição de 88 e nas Constituições Estaduais, por conseguinte, né. E a gente precisa que essas competências exclusivas, elas sejam bem reconhecidas, né? Mas, sobretudo, quando elas estão tocando aos entes federados e não às competências exclusivas da União, que já são muito grandes, né? No nosso modelo federativo.

Outro elemento importante seriam, propriamente, essas competências que acabam sendo concorrentes ou suplementares. Então, um olhar atencioso para que não entre em confronto essas competências, ou seja, para que não haja concorrência, e para que a gente possa ter um desenho complementar equilibrado, é extremamente importante para essa equação política. Ou seja, esses desafios permanecem até hoje, não é? E o que seriam essas competências suplementares? Seria, propriamente, aquela margem de autonomia legislativa para os entes federados.

Olhar com clareza um equilíbrio da divisão de competências no federalismo contemporâneo é perceber essa divisão constitucional de competências que são exclusivas à União, àquelas que são exclusivas dos entes federados, as competências que são concorrentes (ou seja, que em alguma medida, às vezes, pode haver choque do que os entes federados colocam em relação às coisas da União) e as competências que são suplementares. Então, esse equilíbrio é importante e decisivo para superar um desenho centralista de federalismo, certo?

Mediadora: *A divisão de competências entre esferas de governo é um tema, né, que é um pouco sensível. Que ensinamentos sobre divisão de competências advém desse momento histórico?*

Entrevistado: Veja, contemporaneamente, a gente tem um cenário mais complexo, mas, em verdade, essas...essas tensões, né, entre um governo central, ou seja, a União, e províncias ou os entes federados, a depender do momento histórico, eles mostram que ainda há certas situações onde o desenho constitucional não atende os interesses locais ou os interesses regionais ou mesmo os interesses estaduais, tá certo?

Então, em algumas situações de crise, isso é muito notório. Quando não há posicionamento claro da União, quando não há uma decisão da União para a abertura de atuação dos Estados contra uma determinada questão, e tudo, nesses momentos, sobretudo, a gente tem ali a evidência desses...dessas situações de crise, né, entre as diferenças de entendimento entre União e entes federativos e que, por vezes, torna complexo o andamento de determinadas questões importantes, como foi, por exemplo, no caso da pandemia.

Eu lembro bem que, durante a Covid, o Fórum de Governadores do Nordeste foi decisivo para ações imediatas naquele momento de pandemia. Ou seja, a gente teve, inclusive, a emergência de certos governadores e um protagonismo deles como líderes regionais. Por quê? Havia um lapso ali onde a União não tinha um posicionamento claro, onde não havia protocolos bem estabelecidos, onde não havia direcionamentos muito precisos. E aí, os líderes estaduais, eles são responsáveis pelas suas populações. E aí, esse protagonismo emergiu e o Fórum foi um representante geral desses...desses governadores no quesito de independência pra atuar frente àquele momento caótico de saúde, né?

Então, essa ação estatal independente, ela também acontece, por exemplo, às vezes, relacionadas ao meio ambiente, né. Pernambuco tem legislações próprias, que às vezes, elas até são tensionadas ali com o IBAMA² e com outros órgãos federais. E muitas vezes, isso acaba repercutindo na judicialização. Então, esse nosso arranjo federativo ainda traz à tona muitas relações conflituosas que no judiciário acabam se decidindo.

Então, são jurisprudências, são decisões onde o STF vai se posicionar, muitas das vezes, arbitrando sobre questões de disputa entre União e Estados. E aí, vezes a União ganha, vezes os Estados ganham. Mas há situações efetivas de jurisprudências que abriram espaço para uma atuação mais ampla e alargada desses Estados, que estão pleiteando aí maior capacidade decisória em momentos específicos ou em questões e temas específicos.

Então, por exemplo, em 2019 a gente teve a crise do óleo³, né, nas praias do Nordeste. Os governadores tiveram ali a necessidade de atuar e de agir inicialmente, inclusive, sem o apoio da União, né. Ou seja, são situações e dilemas da...da cadeia administrativa e da cadeia política que nem sempre são levados com a devida importância pela União, não por descaso, né, mas porque são pautas emergenciais que chegam, né... é... em situações inesperadas, né? É o caso dessa crise dos óleos, como também foi a pandemia, né.

Então, existiram vários decretos estaduais de restrição que contrariaram, inclusive, diretrizes federais. Mas por quê? Porque naquele instante, em algumas unidades federativas, eu tinha uma... um índice maior de mortalidade, tem um cenário mais precário, né, quanto à...à estrutura de

² [IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente](https://pt.wikipedia.org/wiki/IBAMA)

³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Vazamento_de_%C3%B3leo_no_Brasil_em_2019

saúde para atender aquele, aquele, aquele conjunto populacional tão grande que estava demandando serviços de saúde. Então, todas essas medidas que foram tomadas em confronto às diretrizes federais, inclusive, foram no sentido de resguardar a população, foram no sentido de, foram no sentido de defender os interesses estaduais, defender os interesses locais. E aí a gente tem, na verdade, uma emergência dessa tensão que é secular, começou lá, né, até em movimentos anteriores, mas que a gente viu com muita clareza na Confederação do Equador, onde a gente tem aí essa...essa disputa, né, entre União e Estado, naquele caso ali entre governo central e imperial, e as províncias quanto a determinadas questões que eram extremamente importantes para as províncias do Nordeste, né. Tal como eu citei aqui esses outros eventos contemporâneos, tá certo?

Inclusive, quando a gente olha bem para esses momentos de crise, é... muitas das vezes o que existe ali é uma disputa de autoridade para falar sobre coisas que nem existe ainda prerrogativas para aquilo, né. Essas crises emergenciais ambientais, embora a gente tenha lá uma série de normativas e legislações que anteparam minimamente essas situações, elas não dão conta de...de tocá-las em sua completude. E, neste caso, cabe a quem está à frente dos governos estaduais agir, né. Cabe a quem está à frente da União tentar resguardar esses governos estaduais e não entrar em confronto, né. Também existe no nosso arranjo federativo, em muitos momentos, uma necessidade muito grande da União de se impor aos entes federativos, ao invés de apoiar os entes federativos, né.

E isso é um eco que a própria Confederação do Equador traz para a gente, né. Muito mais do que impor, muito mais do que definir, decidir como devem ser alguns aparatos legislativos locais, algumas políticas locais, a União tem muito mais o papel de anteparar, de auxiliar, né, de resguardar essas autonomias dos entes federados. Então, quando esse pacto federativo é mais amplo e mais equilibrado na divisão de poderes, a gente tem circunstâncias de confronto entre União e Estados menores. A gente tem tensões menores, tanto numericamente quanto em termos de grandiosidade. Por quê? Porque a divisão equilibrada dessas competências dá tanto à União a sua soberania, em relação ao conjunto dos Estados ou dos entes federativos, quanto os Estados se reconhecem em suas competências, autoridades e capacidades de fazer uma boa política e de conduzir uma boa gestão das unidades federativas, né.

Então, é...é um processo de amadurecimento democrático que tem um passado histórico muito importante, construído no Nordeste pelo protagonismo de Pernambuco, na Confederação do Equador, e que ainda hoje é extremamente importante e permanente no ambiente político nacional. Então, nossa democracia pós-88 ainda tematiza esses elementos que vão colocar para a gente ali as relações federativas e essa harmonia mais bem delineada entre União e Estados.

Mediadora: *Nas últimas décadas, crises como pandemias e desastres ambientais reacenderam as disputas entre União e estados. Como o diálogo entre Estado e União em crises reflete tensões seculares iniciadas em 1824?*

Entrevistado: Bom, essa... essa é uma pergunta boa para a gente fazer a ponte efetiva entre as mudanças promovidas, né, nesse ambiente constitucional brasileiro e que, de certa maneira, eles ecoam aí as importâncias da Confederação do Equador. As importâncias, né? São diversas as importâncias que esse movimento teve na constituição e no delineamento de uma política mais autônoma para as províncias e que repercutiu historicamente para os entes federados.

Então, para ser bem objetivo, a gente tem ali talvez três grandes exemplos, né, de reformas constitucionais que remetem a esses ecos aí da Confederação do Equador de 1824. O primeiro deles é a Emenda Constitucional 108 de 2020, né, ou seja, a do Fundeb permanente. Ela fortaleceu o papel dos estados e dos municípios na educação básica, dando a eles maior autonomia na gestão dos recursos. Ou seja, para um âmbito de política pública extremamente importante, que é a educação básica, a gente teve uma emenda que facilitou a atuação de estados e municípios na tomada de decisão e na gestão desses recursos.

Uma outra emenda importante, que eu acho que precisa ser citada, é a Emenda 132 de 2023, que diz respeito à reforma tributária. Então, esse...esse tema é afetivo, ele é um tema extremamente proeminente na democracia brasileira, né. E essa reforma tributária, ela promete ali redefinir competências fiscais e pode redistribuir receitas, né, de maneira mais equânime, tentando equilibrar o pacto federativo e as demandas locais, de maneira mais consolidada, tá certo?

Então, foi uma reforma bastante discutida, né, tanto nos entes federativos como na Câmara e no Senado, de modo que a gente passou muito tempo amadurecendo, né, as discussões, os debates, os delineamentos que traria essa reforma tributária, por conseguinte, um desenho mais equilibrado, né, quanto ao pacto federativo, quanto à arrecadação de receitas e quanto às competências fiscais, né.

Por fim, eu acho que as decisões do Supremo Tribunal Federal, que foram de 2020 a 2024, no sentido de reconhecer competências concorrentes dos estados na saúde pública durante as pandemias eu acho que foram fundamentais para a gente ter o entendimento que em determinadas situações não previstas, com tanta clareza na legislação, cabe à união muito mais no sentido de anteparar os entes federativos do que impor determinadas questões, né?

Então, eu entendo aí que esses... essas emendas constitucionais, esses conjuntos de decisões do Supremo Tribunal Federal, foram reformas e decisões importantes, né, que são, podemos dizer assim, filhas diretas dos ideais que foram ecoados pela Confederação do Equador de 1824. No sentido de que eles refletem mesmo essa dimensão do movimento histórico que busca um melhor equilíbrio federativo. Alimentado por quê? Por maior autonomia e pela diminuição desse autoritarismo centralizador naquele momento do Império, que hoje a gente rediscute democraticamente todos os dias, olhando para a União como um...um... o ente que vai consolidar as demandas gerais, mas que não pode fazer isso sufocando as autonomias locais.

Mediadora: *Muito obrigada, professor. Foi ótimo, tá? Sua participação e seus esclarecimentos deram outra visão pra gente, né. E é sempre muito legal e muito proveitoso quando nós fazemos essas ligações entre o passado e o presente, porque o presente é justamente fruto desse passado. Então, esses acontecimentos, eles não estão congelados lá atrás, né. Eles possuem continuidades ao longo da história que permanecem até o nosso presente também. Então, muito obrigada.*

Entrevistado: Então, Gabriella, foi um prazer participar com vocês. Acho que, à guisa de conclusões, né, a gente poderia dizer que a Confederação do Equador, ela é viva até hoje. Não só foi um levante militar, mas foi um grito de ideais, um grito simbólico de um Brasil. E é um grito que permanece até

hoje, porque a gente está sempre discutindo, né, está sempre posicionando politicamente, a gente está sempre pensando politicamente essas dimensões do centralismo, né. Naquele instante, a gente falava de centralismo imperial, mas hoje a gente pensa no arcabouço de uma...uma boa divisão da federação, uma boa divisão dos entendimentos e dos interesses federativos, para que o pacto federativo realmente repercuta, tenha a capacidade de repercutir, melhor dizendo, essa soma de interesses gerais, mas também essas especificidades locais, regionais e estaduais. Tá certo?

Então, esse ambiente de reflexão permanece até hoje. Então, a memória política do nosso país, ela vive essas tensões, por exemplo, no dia de hoje, entre Brasília e os estados, né, entre Brasília e os municípios. Tá certo?

Então, esse cenário político que a Confederação do Equador trabalhou de maneira muito importante naquele momento histórico, inclusive criando o levante, né, a luta militar, ele traz para a gente a necessidade de pensar sempre esse ajuste entre o governo central e os entes federados, de forma a construir um país mais justo, né. Um país, sobretudo quando a gente pensa a sua formação constitucional democrática mais recente, um país que tenha a capacidade de enxergar as localidades, de enxergar atrasos, de enxergar necessidades especiais, de enxergar demandas relevantes, especiais, que vêm dessas localidades e desses entes federativos. Tá certo?

Então, quando a gente fala de compreender a Confederação do Equador, a gente está falando de entender as entranhas da política do nosso país, de entender as entranhas das disputas de interesse econômico do nosso país, e em que medida a gente pode fazer melhor a atuação política, no sentido de trazer essa periferia política, que seria propriamente nos dias de hoje o norte e o nordeste do país, mais a tona nos processos decisórios, de conceder a esses agentes uma maior liberdade de legislar sobre temas que nos seus arranjos territoriais acabam assumindo um desenho muito específico que nem sempre a política nacional dá conta de traduzir. E é justamente nisso que Pernambuco se destaca historicamente, desde esse momento da Confederação do Equador, um protagonismo político que...que anseia essa dimensão de autonomia, anseia essa dimensão de liberdade maior para o exercício, administrativo lá naquele instante das províncias, e hoje do ente federado que a gente chama Pernambuco.

Isso se traduz numa política, uma identidade muito forte, com personagens de partidos diferentes, mas personagens que carregam essa identidade

pernambucana aonde quer que vão, né, assumindo postos, secretarias nacionais, ministérios, e atuando de forma decisiva não apenas para o país, mas também para compartilhar os interesses de Pernambuco.

O Nordeste é muito importante como esse ator que grita, né, por um Brasil mais equânime. Particularmente no Nordeste, nós temos aí vários diapasões, várias dimensões tensas que precisam ser melhoradas, e nem sempre o pacto federativo dá de conta de reconhecer isso. É por isso que o protagonismo político que emerge do Nordeste ele é tão importante, inclusive no desenho democrático de hoje.

Os ecos da confederação do Equador estão a todo momento sendo trazidos à tona. Quando não diretamente, indiretamente. Não se trata de um aguerrimento militar de pegar armas e defender o nosso ente federativo brigando com a União. Foi naquele momento porque era importante e era necessário. Mas hoje se trata de pleitear um maior espaço, de pleitear um maior reconhecimento de especificidades, de pleitear a liberdade do exercício de governadores, do exercício de legislativos estaduais, em atuar pela melhoria das condições locais, que nem sempre conseguem ser evidenciadas da maneira correta no pacto federativo.

Então, isso está sempre sendo trazido à tona. Não à toa nós temos no Nordeste personagens importantíssimos do ponto de vista da política nacional, né, que quando tem a chance de ocupar cargos decisivos na União, o fazem pensando o país, logicamente, mas também de olho naquilo que encontraram em suas localidades, naquilo em que viram quanto realidade necessária de ser mudada nas suas regiões ou nos seus estados. E é por isso que essa reverberação da Confederação do Equador ela é tão importante para que a gente pense, no final das contas, num Brasil mais justo, num Brasil que tenha condições de dar de conta de uma pluralidade que é grande, mas que necessariamente precisa ser reconhecida na Constituição, não apenas enquanto letra, mas enquanto exercício.

E enquanto exercício, isso só vai ser possível no momento em que a gente tiver um pacto federativo equilibrado, e não imposto. Um pacto federativo negociado, né, e não colocado de maneira autoritária ou arbitrária. Certamente temos vários mecanismos democráticos hoje para que isso não aconteça, mas mesmo os tendo, nós precisamos atuar de maneira clara, de maneira enfática, como a gente sempre vê na política de Pernambuco, no sentido de buscar o reconhecimento das suas autonomias, e de buscar a

amplitude dessas autonomias, sobretudo ali quando a gente pensa nas capacidades de falar sobre arrecadação, de falar sobre o uso de receitas, de gerir recursos repassados pela União, de forma a atender determinadas condições do nosso Estado.

Então, esse movimento, ele é um movimento que tem uma grandiosidade extremamente importante para o nosso país, e não apenas para Pernambuco. Pernambuco foi o protagonista de uma demanda que trazemos até hoje, sobretudo nessa região que a gente chama de Nordeste, e que em muitos momentos se reconhece como um país à parte, porque partilha de muitas dores que outros entes federados não partilham. E é por isso que é tão bonito estudar e reconhecer os elementos e as características desse episódio histórico tão importante para a história política nacional.

Mediadora: *Então, pessoal, chegamos ao fim de mais um episódio. Obrigada por nos acompanhar até aqui, grande abraço e até o próximo.*

3.8 Episódio 8 - O Ontem e o Hoje: Identidade e Cultura Pernambucana

Entrevistado: *Dr. Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa*

Mediadora: *Gabriela Torres Coelho*

Mediadora: *Olá pessoal, sejam muito bem-vindos a mais um episódio e último do projeto “Histórias da Confederação do Equador: 200 anos de Liberdade e Resistência”, financiado pela FACEPE. Eu me chamo Gabriella Coelho e é sempre uma alegria ter você aqui conosco. Para finalizar com chave de ouro vamos discutir sobre identidade e cultura pernambucana e para isso, contamos mais uma vez com a participação do professor Dr. Rodolfo Feitosa, Ele que é Bacharel e Mestre em Ciências Sociais pela UFCG, tendo como área de concentração a Sociologia e Doutor pela UFPE. Ele é professor do IF Sertão, Campus Zona Rural, em Petrolina. Seja bem-vindo, professor, é uma alegria recebê-lo.*

Mediadora: *Bem... além da história escrita, os símbolos também mantêm viva a memória de um acontecimento, não é? Como os símbolos da Confederação foram incorporados à cultura popular?*

Entrevistado: Bem, Gabriella, essa é uma pergunta muito importante e eu diria até bonita, porque mostra o quanto os movimentos políticos e a história da nossa região constroem símbolos e constroem legados que permanecem até hoje, né?

Os símbolos da Confederação do Equador estão profundamente presentes no cotidiano de Pernambuco, nessa identidade visual, na constituição cultural desse Estado. A bandeira do Estado, por exemplo, a própria bandeira, esse ícone da consolidação de um ente federativo, ele traz consigo o arco-íris, símbolo da união; a cruz vermelha, que representa a resistência cristã; e a estrela branca, né, uma aspiração republicana que foram todos originários do estandarte revolucionário de 1824.

Então, veja o quanto de elemento simbólico e de memória que vão ser trazidos pela Confederação do Equador para o desenho de Pernambuco, pra cultura de Pernambuco, né? Esses elementos, eles foram oficializados e hoje eles circulam amplamente em camisetas, em murais urbanos, em tatuagens,

blocos carnavalescos, especialmente em contextos onde a gente tenta pensar a resistência política, né? a visualização das nossas identidades, das nossas especificidades, né.

A figura de Frei Caneca, esse líder tão importante do movimento, é comumente grafitada em Recife, assim como tem vários grafites que trazem a figura de Frei Caneca impressos como emblema de luta popular. E aí, são esses elementos que estão no nosso imaginário. Assim então, esses usos confirmam o pensamento de Maurice Halbwachs, um sociólogo francês que na obra *A Memória Coletiva*, mostra que as sociedades se constroem e mantêm suas memórias por meio de objetos, de símbolos e espaços materiais. Ou seja, quando a gente olha a bandeira, os murais, quando a gente vê esses elementos vivos de memória coletiva, a gente reconhece ali a importância simbolizada e partilhada dos ideais que estiveram presentes na Confederação do Equador, e que mostram a grandeza desse movimento – não apenas do ponto de vista de sua atuação política, de seu confronto militar ao centralismo imperial, mas no sentido de construir a memória coletiva do Estado de Pernambuco, com imagens, com personas, com símbolos, com mártires.

Então é todo esse conjunto de elementos que vai construir nosso imaginário e vai formar a nossa memória, né, uma memória que é particularmente marcante no quesito da resistência política, no quesito da defesa de ideais, no quesito de uma identidade forte, no quesito de um posicionamento político contundente não é? Então, isso é arcabouço memorial, imagético e visual que forma esse compilado, né, que a gente chama de memória coletiva, que congrega não apenas símbolos, não apenas ideias, não apenas mártires, mas que congregam um conjunto de elementos culturais particulares que vão construir a nossa própria identidade: uma identidade forte politicamente, uma identidade que tem um posicionamento contundente, uma identidade que briga por seus interesses, uma identidade que resiste quando é oprimida. Ou seja, esses elementos de simbolização, eles evidenciam um conjunto de informações, quando a gente olha para os elementos lá da bandeira, né, a junção que traz ali: marcante, o símbolo do arco-íris, né; a cruz vermelha, uma resistência que tem um fundamento cristão naquele instante; a estrela branca, que mostra nossa aspiração republicana. Ou seja, esses imaginários todos, misturados no contexto coletivo, eles vão originar essa memória que Halbwachs fala que é tão importante para a cultura coletiva.

Mediadora: *A arte tem o poder de preservar e transformar o passado em linguagem sensível. De que forma a música, a dança e a literatura perpetuaram memórias do levante?*

Entrevistado: Veja, Gabriella. A arte ela tem um papel central na atualização sensível da história, né. A arte, ela...ela...ela não apenas rememora, mas ela ressignifica elementos históricos importantes. Então, o caso da Confederação do Equador, né, a gente tem tanto o maracatu, quanto o frevo, quanto o cordel assumindo muito a missão de resgatar elementos ou de ressignificar elementos da Confederação do Equador ou mesmo de reatualizar [sic] elementos da Confederação do Equador.

Em 2024, tivemos em efetivo, né, a comemoração do bicentenário da Confederação do Equador, e por ocasião deste ano, diversos maracatus aconteceram resgatando elementos da Confederação do Equador, traçando ali questões importantes que poderiam ser atualizadas para os dias de hoje. Então, a arte ela... ela tem esse encantamento próprio de atualizar parte da nossa memória coletiva e de criar novos enredos a partir de episódios históricos. Então o Maracatu, como Estrela Brilhante de Igarassu e o Leão da Campina, eles criaram alas inteiras com fantasias, neste ano, de 2024, tal qual me referi, pra dedicar ali uma certa construção de enredo, né, uma certa construção de significados relativos aos Guardiões de 1824, né, como referência explícita, a referência explícita, por exemplo a Tristão Gonçalves e à luta pela República, né.

Quando a gente olha pra...pra...pra o cordel, propriamente, nessa literatura específica, cordelistas do sertão e da Zona da Mata publicaram folhetos vários, né, que narram os acontecimentos de 1824, né, em forma de sextilha, renovando ali alguns aspectos da oralidade, do pertencimento, atualizando certas questões, colocando elas, numa...numa...numa paginação, né, que seja absorvida pela população, naquele momento histórico, né, ou seja, em um momento mais... mais atual. O teatro também viveu, né, um episódio importante que marcou ali essas...essas...essas ressignificações da Confederação do Equador, por exemplo, o Prêmio Frei Caneca, né, de dramaturgia. Então, são todas situações que fomentam ali novas peças, novas encenações em escolas e em praças públicas, trazendo o levante para o debate contemporâneo.

Então, por ocasião dessas...dessas comemorações centenárias da Confederação do Equador, a gente sempre tem a emergência de exposições

artísticas, de manifestações artísticas, melhor dizendo, que trazem a riqueza do movimento, de maneira geral, e releituras possíveis dele pra atualização de significados ou pra ressignificações diante de situações atuais, tá certo?

Então, esses exemplos todos, para a gente utilizar assim um marco teórico importante pra falar disso, esses exemplos todos eles ilustram muito algo que Eric Hobsbawm falou, né? Ele é um historiador britânico, né, tem uma série de livros publicados, mas tem um livro muito importante dele que ele fala da invenção das tradições, e ele mostra, né, argumentando lá que a tradição ela não é algo fixo, mas sim, um movimento de recriações diversas que são feitas na prática, e sobretudo nas práticas culturais repetidas. Ou seja, a arte tem um papel fundamental no sentido de “inventar o passado”, ou seja, de renovar o passado, pensando ele em uma condição mais atual, conectada com as demandas do social contemporâneo. Tá certo?

Então, em efetivo, quando a gente diz que estamos falando de tradição, o que a gente está falando, na verdade? A gente está falando de elementos que são importantes culturalmente, né e que, no contexto dessa formação de tradição, são repetidos ao longo do tempo. Mas essas repetições elas não acontecem de maneira estanque, de maneira estática, mas sim de forma dinâmica.

E talvez a arte e as manifestações culturais artísticas elas sejam extremamente representativas pra a gente pensar essa inventividade da criação da tradição. Ou seja, de uma leitura dinâmica de significados que trouxeram pra a gente o nosso sentimento de pertencimento e de identidade pernambucana. Então, quando olhamos pra a Confederação do Equador, a imagética dela, o visual do estandarte, o colorido do estandarte, que representa a união, né, os símbolos cristãos que estão imbuídos ali por trás de alguns personagens específicos da Confederação do Equador, como é o caso de Frei Caneca, são todos elementos que carregamos até hoje na nossa tradição, né?

E essa tradição acaba sendo essa invenção dinâmica das sociedades ao longo do tempo e que fazem da cultura um elemento extremamente importante para a formação da sociedade. O que Hobsbawm fala, na verdade, é o fato de que as invenções das tradições são decisivas pra a criação do nosso sentimento de pertencimento social. Em Pernambuco isso é muito forte. O frevo batuca isso especificamente, os seus adornos representam isso. O maracatu soa forte também, esses elementos. Por quê? Porque está presente na nossa tradição pernambucana uma série de elementos significativos e simbólicos que são reinventados com o passar do tempo, né, fortalecendo aspectos e dimensões

cruciais pra o que a gente chama de ser Pernambuco, pra essa identidade pernambucana.

Mediadora: *Como “ser pernambucano” se relaciona com o espírito de liberdade e resistência de 1824?*

Entrevistado: Pois bem, é uma fala puxando a outra, né? Essa... essa identidade pernambucana ela é marcada historicamente por uma disposição, do ponto de vista político, né, uma disposição e até artística, uma disposição à rebeldia, à autonomia, né, a uma liberdade maior de se pronunciar.

Essa disposição se manifesta tanto em slogans, por exemplo, como “Pernambuco é um país”, quanto em outras práticas culturais. Ela constitui aquilo que, por exemplo, o...o sociólogo Bourdieu falou, o sociólogo Pierre Bourdieu falou, uma espécie de *habitus*, ou seja, um conjunto de disposições duráveis que orientam práticas, preferências, percepções, opções.

Então, quando Bourdieu fala assim, determinada sociedade tem um *habitus*, ou seja, ela tem um conjunto de elementos dali que são duráveis ao longo do tempo e que orientam as práticas dessa sociedade, orientam as preferências dessa sociedade, orientam as percepções dessa sociedade. E, logicamente, tudo isso vai mudando um pouco ao longo do tempo, mas carregando ali aqueles elementos de tradição. Tá certo?

Então, existe muito claramente nessa identidade pernambucana ecos significativos da resistência de 1824. E talvez por isso a gente tenha uma política tão forte, uma política tão debatida, uma política tão dialogada, né, tão brigada, porque a gente tem, na identidade pernambucana, sobretudo nesse traço político dela, esse marco de aguerrimento, né, de resistência, de posicionamento firme quanto aos interesses que a gente precisa defender enquanto pernambucano. Tá certo? Então, todos esses aspectos aí são muito importantes para a gente pensar essa identidade. Se a gente olhar, por exemplo, para a obra *O Senso Prático*, desse mesmo autor, Pierre Bourdieu, ele explica lá que o *habitus* acaba sendo uma memória social encarnada.

Por exemplo, se a gente olhar para Pernambuco, né, ela se expressa no orgulho por revoluções passadas, e aí não apenas em 1824, mas em 1817 e até mesmo em 1848; na resistência à imposição de ordens externas; na busca por uma autonomia política maior no legislativo; ou seja, são vários é...é...

posicionamentos, percepções, preferências, práticas, condutas, ações que carregam essa identidade pernambucana, não apenas na política prática, né, na política operacional, mas também no dia a dia, no ato de um ser social mais crítico, um ser social que tem um espírito mais presente em manifestações culturais. De um ser social pernambucano que...que está atento ao que os discursos políticos querem dizer e a ver se eles nos representam efetivamente; utilizar os protestos sociais como uma forma de convocar determinadas heranças confederadas. Quer dizer, toda essa atuação nossa, mais marcante, mais efusiva, na busca por... por defender os interesses que são nossos de fato, eles mostram aí esse aspecto da resistência.

Quando a gente olha, por exemplo, pra o movimento do Manguebeat, que rompe barreiras, não apenas do ponto de vista de uma musicalidade completamente nova, mas no sentido de fazer gritar, né, os anseios desse ser pernambucano, falando do Mangue, falando do Maracatu, falando de uma identidade cultural que tá vendo ali uma situação às vezes caótica na capital, né?

Então, são todas formas de resistência política que a gente carrega na arte e que retratam, né, se a gente pegar esse conceito de Bourdieu, um *habitus* específico do ser pernambucano. Um *habitus* que tem práticas, disposições, percepções que são muito mais afeitas à defesa de seus interesses do que em outros... outros contextos regionais, por exemplo.

Mediadora: *A festa também é lugar de memória, especialmente quando remete a momentos fundadores. Que festivais e eventos atuais remetem à efervescência cultural daquele ano?*

Entrevistado: Importante, não é? O projeto que a gente desenvolve aqui, dá origem a esse Podcast, e outros produtos educacionais, ele tematiza a memória, né? No momento em que a gente está confraternizando, né, e celebrando o bicentenário da Confederação do Equador, e aí nesse contexto, as festas são cruciais e dispositivos extremamente poderosos pra reificar a nossa memória. Ou seja, para manter viva, para construir ainda mais vínculo com esse elemento da nossa memória coletiva que perpassa pela Confederação do Equador, pelos resquícios que ela deixa até hoje na nossa cultura popular e no nosso modo de ser pernambucano, né?

No contexto desses eventos que evocaram aí a comemoração do bicentenário da Confederação do Equador, a gente pode citar, por exemplo, a própria semana do bicentenário em Olinda, né, que foi comemorada e celebrada com concertos, com desfiles e com debates; o Festival Cívico e Cultural no Engenho Poço Comprido, né, na Mata Norte, com mostras estudantis sobre os símbolos da Revolução e sobre os personagens da Revolução; a aula passeio na Praça dos Mártires, né, em Fortaleza, onde se homenageou Tristão Gonçalves.

Ou seja, são todos momentos de celebrações, mas são também momentos rituais que atualizam o passado em performance, como nos lembra o próprio Pierre Nora, historiador francês. Esses eventos de celebração grandes, de grandes movimentos históricos, de grandes momentos históricos ou de grandes personagens históricos, eles reinventam o passado, atualizando-o através de performances culturais, performances artísticas e também nas performances cotidianas da própria política, né.

São rituais que atualizam o nosso sentido e o nosso sentimento de coesão social através da cultura. Então, o Pierre Nora, ele trabalha muito essa ideia da memória: os lugares e os eventos comemorativos, eles são marcos vivos da memória social, não apenas no sentido de rememoração, mas no sentido de atualização da história. Toda releitura de um episódio histórico é uma atualização que conecta aquele evento com o presente, com o cotidiano. Então, quando a gente fala aí dessas celebrações, dos festivais e dos eventos que trazem essa efervescência cultural, especificamente, existente a partir do histórico da Confederação do Equador, o que a gente está falando, em outras linhas, é o quanto isso é vivo na nossa cultura pernambucana.

E aí vale ressaltar que todos aqueles ideais, aqueles traços específicos que marcaram a...a política de Pernambuco, o ato político de Pernambuco, né, por uma desobediência civil organizada frente ao poder centralizado do Império, confrontando ali aquela constituição que foi outorgada por Dom Pedro I, que era extremamente impositiva, então, todas essas condutas, elas reforçam o nosso sentimento de pertencimento e de memória.

A arte é uma maneira de reviver isso, de atualizar e de conectar aquela história, através da memória, com o tempo presente. Então, os festivais são celebrações grandes, ritualísticas, onde a gente tá justamente fazendo isso: uma reinserção dos elementos importantes da Confederação do Equador para esse conjunto social de hoje.

A gente tem clara na nossa memória, né, pela própria participação da Confederação do Equador enquanto componente, né, de...de...de partícipe ali do currículo de formação da história, mas a gente tem claro que ele traz consigo várias situações e questões. E aí eu acho que o...o podcast 7, né, que trata mais de política, ele é importante para mostrar isso: o quanto os debates da Confederação do Equador permanecem vivos no nosso país até hoje, né, e Pernambuco sempre faz questão de trazer isso à tona, junto com outros estados, pensando a soberania regional, a autonomia dos entes federados.

Então, quando a gente faz o festival e quando a gente celebra esse...esse episódio histórico, o que a gente quer é trazer à tona tudo o que ele tem enquanto significado, né. A arte é uma forma de marcar o que é importante para a nossa cultura. Então, ela deixa viva, na nossa memória social, o que é importante. Então, como o...o Pierre Nora fala, pensando a dimensão da história, essa arte e esses rituais que celebram e que festejam esses episódios históricos, eles constroem as nossas memórias coletivas e tornam elas elemento vivo. Porque, nesses festivais, nessa leitura artística, a gente traz os significados daquele momento histórico e os repagina, os atualiza diante das nossas situações cotidianas, dos nossos dilemas mais atuais.

Então, eu não estou falando de algo que tá morto no passado, mas de algo que está extremamente presente, não apenas na nossa identidade, no ser pernambucano, mas na nossa própria atuação política do Estado, está certo? frente à União e frente a todas as situações nas quais a gente busca maior autonomia, maior representatividade, maior reconhecimento de demandas e de elementos específicos da nossa... da nossa localidade, do nosso território, do nosso Estado.

Mediadora: *Em que sentido a identidade regional atual se ancora em valores confederados de liberdade?*

Entrevistado: Essa é uma pergunta importante, viu? Pra a gente pensar como as produções artísticas contemporâneas vão dialogar com essas narrativas da confederação.

Eu acho que a identidade regional pernambucana, ela tem muitos valores ancorados na dimensão de liberdade, de justiça social, resistência, repúdio à dominação externa, né, confronto a essa dominação externa, contestação de

poderes impositivos. E, de alguma maneira, todos esses elementos, eles estão presentes na...na carta de princípio dos confederados, né?

Acho que o lema religião, independência, união e liberdade, ele é recuperado pelos artistas em diversas formas ou de diversas maneiras. Tem as recuperações das artes visuais, né, nos grafites, nos emblemas, nas camisetas, né, nos coletivos de teatro a gente tem uma produção, essa manifestação de formas contestatórias mais claras, de novos diálogos que posicionam aqueles comportamentos e que têm tudo a ver com o nosso cotidiano hoje em dia em algumas situações.

O Cordel também é uma forma de trazer essa...essa...essa ânsia por uma mudança que...que carrega aí maior representatividade e maior significância para o estado de Pernambuco. Tem movimentos sociais que repercutem esses elementos de resistência. E, dentro dos próprios movimentos, ali você vê nascer algumas manifestações artísticas que rememoram, né, e dialogam com essas narrativas da Confederação do Equador.

Então, dentro desse contexto, grupos **como o Equador 2.0, o Maracatu Resistência**, eles produzem músicas, grafites e peças audiovisuais que associam esse levante confederado a temas como racismo estrutural, neocolonialismo, violência policial, né, reinventando a luta de 2024 com os símbolos de combate à opressão contemporâneos, né?

Então, o que é que há nesses...nesses...nessas...nesses movimentos artísticos ou nessas leituras artísticas? Uma reinterpretação, né, dos elementos, dos ideais que eram carregados pela Confederação do Equador diante dos dilemas contemporâneos. Ou seja, confrontar esse cenário de opressão não necessariamente precisa ser com o confronto em relação à União do ponto de vista dos entes federativos, mas um confronto a condições estruturais de dominação social e de violência social que repercutem até hoje em determinadas camadas sociais.

Então, quando eu trago à tona o racismo, quando eu trago, por exemplo, à tona a dimensão da violência policial, a dimensão da estratificação social arraigada em determinados cenários, eu tô ali posicionando situações de opressão e me colocando contra, né, sendo é...é...é resistente a uma situação de injustiça social. E aí, nesse sentido, eu atualizo os elementos da Confederação do Equador ao nosso cenário social contemporâneo.

Então, é uma abordagem que tá muito conectada com um conceito específico de uma socióloga argentina, né, chamada Elizabeth Jelin. É o conceito de memória estratégica. Ou seja, em grande... em grande sentido, as manifestações artísticas, as releituras artísticas e culturais que fazemos da Confederação do Equador acionam essa memória do episódio histórico, mas de forma estratégica, articulando os seus ideais a situações contemporâneas que podem ser vinculadas, né?

Volto a dizer, a questão de opressões que vivemos no contexto de hoje e de...de... dessa... dessa ânsia por melhorias de justiça social. Então, nesse sentido aí, os trabalhos de memória que a arte tem a capacidade de fazer, são no sentido de congregar elementos coletivos, atualizando os episódios históricos, né, moldando ali disputas do presente que representam ideais que foram defendidos do passado, né?

Então, a gente vê que essa...essa construção narrativa, artística e cultural, ela se dá no sentido de resgate de ideais, mas de atualização da aplicação desses ideais no contexto presente. E aí é que está a beleza da cultura, porque ela não é uma coisa estanque, parada. Ela é esse movimento dinâmico do reconhecimento de elementos importantes, de identitários e da tentativa de trazê-los a todo instante, pensando o contexto presente, dando sentido à nossa existência social enquanto pernambucano.

Mediadora: *Como a produção artística contemporânea dialoga com as narrativas da Confederação?*

Entrevistado: Bem, Gabriella, por ocasião da comemoração dos 200 anos da Confederação do Equador, em 2024, o Estado de Pernambuco mobilizou de forma expressiva patrimônios culturais e materiais.

Quando a gente olha lá a Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, que é datada de 2003, ele diz para a gente: esses patrimônios culturais e materiais são compostos por práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidos de geração em geração.

Ou seja, no contexto pernambucano se traduzem manifestações como o maracatu, o cavalo marinho, a ciranda, o frevo, o caboclinho, a arte figurativa popular, né, o artesanato, enfim, vários elementos que podem retratar o dinamismo significativo de uma cultura.

Então, durante o bicentenário, vários grupos, né, não apenas celebraram a história, mas ressignificaram o passado em chaves simbólicas e performativas, né, criando conexões entre o espírito, né, da...da...da Confederação do Equador e seus ideais, ligados à liberdade, ligados à justiça social, à resistência, aos contextos e às situações de lutas sociais do presente.

Então, por exemplo, os maracatus nação, como Estrela Brilhante de Igarassu e o Cambinda Estrela, desenvolveram alas temáticas com o nome de Guardiões de 1824. E incluíam nas...nas loas, nos cânticos, versos sobre Frei Caneca, sobre Tristão Gonçalves, né, e o sonho de uma república autônoma e plural.

Por exemplo, nesse caso aí, o uso da Cruz Vermelha e da Estrela Branca nas fantasias revelou essa dimensão estética e política da memória da Confederação do Equador, que estão muito bem representados nos seus estandartes originais, né?

No **Cavalo Marinho**, especialmente, nas apresentações lá em Goiana e na área da Mata, mestres brincantes criaram vários personagens inspirados nos combatentes da Confederação do Equador, associando o drama popular à história política. Ou seja, ao contexto de demandas e de questões sociais atuais, a esse passado memorial político da Confederação do Equador, que traz para a gente ideais e elementos identitários extremamente marcantes.

Então, uma prática que remete, neste caso aqui, teoricamente, a um conceito antropológico criado pelo autor Victor Turner, que tem a ver com o teatro ritual. E esse conceito de teatro ritual ele diz pra a gente justamente o fato de que a performance artística, ela pode ritualizar tensões sociais e construir identidade coletiva em momentos de crise ou em momentos de celebração, como foi o caso dos eventos diversos, diga-se de passagem, que comemoraram e celebraram o bicentenário da Confederação do Equador.

Ou seja, é todo o conjunto de arcabouço significativo que a arte e a cultura é capaz de trazer pra linkar, usando um termo bem...bem...bem próprio do grupo jovem, pra linkar a vida social contemporânea com esses episódios históricos e seus elementos simbólicos e idealísticos que a gente carrega na cultura pernambucana, né.

Para além desses elementos que eu citei, por exemplo, a gente pode olhar a própria produção de cerâmica de Tracunhaém, um patrimônio reconhecido pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, a

Fundarpe, que lançou em 24 uma linha de figuras que faziam menção ali à figura do Frei Caneca, com a legenda “religião, independência, união e liberdade”.

Então, nesse...nesse conjunto cerâmico específico, a gente vê, por exemplo, a gente pode evocar, por exemplo, essa a materialização de um símbolo político dentro do circuito artesanal e mercantil do Estado de Pernambuco, uma transformação da memória em mercadoria cultural e que se torna, na verdade, amplamente dialogado com as realidades locais, pensando especificamente aquilo que emerge do nosso presente.

Então, tem um antropólogo indiano chamado Arjun Appadurai que fala justamente disso. Ele debate o quanto a transformação da memória pode ser colocada ali nos aspectos da mercadoria cultural. E isso, inevitavelmente, no contexto da sociedade moderna, contemporânea, isso é uma realidade.

Então, trazer para a cena produtos culturais que possam reviver e rememorar esses elementos históricos também são importantes pra fazer perdurar a nossa tradição pernambucana quanto aos elementos que a Confederação do Equador traz pra a gente e que são tão marcantes na nossa identidade, né?

E, por fim, alguns grupos de ciranda precisam ser destacados aqui, né, como o da mestre Lia de Itamaracá, que fizeram aí apresentações bem...bem especiais, com versos rimados que conectavam o levante de 24 com a luta de mulheres negras por autonomia, por educação, dignidade. Ou seja, estabelecendo pontes entre essa condição libertária da Confederação do Equador e as dimensões presentes de uma militância e de uma atuação social que busca uma justiça social. Algo que também era presente enquanto ideal na Confederação do Equador.

Ou seja, em síntese, esse bicentenário enquanto um conjunto festivo de comemoração da Confederação do Equador, ele funciona como um gatilho. Pra quê? Pra que a gente reatualize, através das performances artísticas, através dessas novas narrativas memoriais históricas e dos rituais culturais, as práticas que confirmam para a gente determinados elementos importantes da nossa cultura e da nossa identidade, né?

E aí o patrimônio material não é apenas aquilo que herdamos, mas aquilo que a gente acaba fazendo no contexto do presente, tentando reler o passado ou do presente tentando ressignificar questões do passado. Tá certo?

Então, é essa prática negociada da reinvenção dos significados que, no caso de Pernambuco, usando politicamente ali os elementos de pertencimento, de resistência e identidade que foram carregados com tanta força na Confederação do Equador, que são atualizados neste momento de celebração aí em diversas expressões artísticas e culturais do nosso Estado. O que, diga-se de passagem, é muito diverso e muito rico quanto a essas formas possíveis de retratar, de significar e de atualizar, esses elementos culturais que formam a nossa memória coletiva.

Mediadora: *O sentimento de orgulho regional também passa pelas formas como o passado é ensinado ou vivido. Como a educação formal e informal reforça o orgulho identitário nas novas gerações?*

Entrevistado: Bem, Gabriella, assim, a construção do orgulho identitário em Pernambuco é profundamente conectada, né? A forma como a gente conta a história local, como a gente ensina a história local, como a gente performa a história local, né, como a gente experiencia essa história local. Ou seja, esse elemento cultural todo que é carregado no orgulho identitário pernambucano, ele é passado às novas gerações e lido pelas novas gerações, não apenas a partir das instituições escolares formais, né, os elementos formais de educação, mas também pelo elemento informal que a cultura carrega nos espaços, né, e nos momentos comunitários onde a gente celebra, onde a gente defende, onde a gente vive, onde a gente articula os significados da Confederação do Equador com as nossas realidades.

Então, no campo da educação formal, a Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco, em 24, ela lançou uma cartilha, né, no ano de 2024, que tratava justamente do... do uso didático do bicentenário da Confederação do Equador, contendo planos de aula, quadrinhos históricos, mapas, infográficos e sugestões de atividades interdisciplinares. Uma cartilha que mostrava o quanto esse elemento histórico, esse episódio histórico e todas as questões que ele carrega têm uma capacidade de articulação muito grande com diversos conteúdos, com diversas disciplinas, né, articulando aí essas situações estaduais e regionais, pensando especificamente as reflexões que a gente pode ter a partir do papel do Nordeste na independência do país, o papel do Nordeste hoje no protagonismo popular, cultural, né, na...na...nas questões que refletem aí as tensões entre o eixo Sul e Sudeste, o eixo Norte e Nordeste.

Enfim, são formas de a gente pensar o quanto é importante olhar pra esse...pra esse movimento da Confederação do Equador de forma a aprendê-lo enquanto um conteúdo específico do Estado de Pernambuco, que nos dá a chance de olhar com mais minúcia para aquilo que forma a nossa identidade política. Tá certo?

Além disso, a gente tem aí, na própria ALEPE, a tramitação do projeto de lei que propõe a obrigatoriedade do ensino de História de Pernambuco, né, como disciplina específica no currículo do ensino médio estadual. E aí a proposta surge como um desejo coletivo de congregar mesmo conteúdos e elementos que consolidam o pertencimento e a consciência crítica da nossa história local.

Quando a gente olha pra...pra...pra, por exemplo, pra a sociologia francesa, né, o autor Émile Durkheim diz e trata, diz e trata muito bem o quanto isso é importante na percepção da formação dos elementos da consciência coletiva, né? E tem uma obra dele específica que trata de educação e sociologia, né, onde ele tá afirmando que a educação é um processo pelo qual os valores coletivos, os valores morais coletivos, eles são internalizados pelas novas gerações. E... valores que ultrapassam valores de ordem particular, mas são valores que são caros e importantes a... àqueles conjuntos sociais, né?

Então, no caso de Pernambuco, a gente tem um apreço muito grande pela resistência, um apreço muito grande pela justiça social, um apreço muito grande pelo...pelo...pela defesa da nossa autonomia, da nossa soberania, e tudo isso pode é... ser incorporado no ensino da História de Pernambuco enquanto uma disciplina específica no currículo do ensino médio, né?

Quanto à educação informal, aí gente já tem uma série de outras possibilidades, né: experiências comunitárias, festivais escolares, circuitos turísticos, é... circuitos é... que evidenciam a história de Pernambuco e reforçam a memória do levante de 1824. Então, um exemplo disso é o roteiro, é o roteiro “Frei Caneca Vive”, né, que é promovido em Recife por escolas e guias culturais, né, e que percorre ali locais-chaves da revolta, né, e culmina em debates com os estudantes.

Então, esse tipo de roteiro, enquanto parte da educação informal, mantém, mantém uma espécie de função pedagógica, né, no sentido de transmitir simbolismos, no sentido de transmitir significados e de, inclusive,

transformar o próprio espaço urbano, né, enquanto esse espaço de território e de memória.

É bem verdade que a gente tem um cenário, uma paisagem urbana completamente diferente do que existia na Confederação do Equador, mas a gente ainda tem espaços que podem ser elos importantes, né, com esse momento histórico específico e com o que ele carrega de importante para a nossa identidade de Pernambuco.

Outro exemplo é a atuação do próprio, dos próprios museus, né? museus, centros culturais, né, como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o Museu do Estado de Pernambuco também. Eles organizaram ali mostras no momento da...da comemoração do bicentenário da Confederação do Equador, e são espaços importantes pra que a gente observe essa história, né, em documentos, em imagens, em gravuras, em pinturas, e em outros elementos que podem rememorar e re... e nos dá a chance de fazer releituras dos significados dessa Confederação do Equador, pensando nas suas conexões com as nossas questões, dilemas e situações sociais do presente, tá certo?

Então, se a gente fosse, inclusive, utilizar, né, um discurso teórico de um pernambucano marcante, esses espaços, eles funcionam como escolas fora da escola. Quem foi que disse isso? Paulo Freire. Então, esse pensamento filosófico da educação para além do espaço escolar é extremamente importante. Mais do que isso, ele é dinâmico, porque ele mostra ali a história viva, né? E o resgate disso acaba, muitas das vezes, sendo ma... mais proveitoso, né, pra...pra o alunado, pra esse alunado juvenil, porque conecta ele com a realidade que é mais visível pra ele, naquilo que ele pode sentir com mais, com mais, com mais calor, com mais efervescência do seu ser pernambucano.

Então, a educação, né, nesse contexto todo, acaba sendo uma espécie de ato político de formação identitária, tanto do ponto de vista formal como do ponto de vista informal, né? Quando o jovem, quando a criança, quando o adolescente compreende que Pernambuco teve esse protagonismo a partir da Confederação do Equador, né, projetos republicanos tiveram a chancela e a participação e a luta de Pernambuco, trazendo aí um anseio de um país mais igualitário, né, de um país que construísse um federa... um federalismo é...mais equilibrado.

E no futuro a gente vê que isso repercute numa constituição que vai ter ali cláusulas pétreas marcando a soberania dos entes federativos contra determinados assuntos e outra série de ganhos, mas que não pode parar por aí. Tanto que o nosso ambiente político até os dias de hoje é um ambiente de permanente retomada de questões que a Confederação do Equador colocou naquele instante em modo pioneiro, né? que trazem à tona a justiça social, a resistência, a busca por autonomia, a legitimidade de especificidades locais, a maior amplitude do poder do legislativo de atuar quanto às demandas locais. Então, todas essas são situações que a gente deve pensar no sentido de...de...de herança e de construção da nossa memória coletiva. Tá certo?

Portanto, de uma maneira geral, em Pernambuco, tanto a escola quanto os espaços culturais têm exercido um papel importante, né, na construção de um orgulho regional fundado na crítica, na resistência e na pertença.

Então, retomando o espírito da Confederação do Equador, não apenas como um evento isolado, como algo que ficou no passado, mas como símbolo permanente de lutas por autonomia que a gente traz até hoje e que a gente evoca toda vez que a gente quer pensar em justiça social e na melhoria do projeto coletivo pernambucano.

Então, a educação ela tem um papel importantíssimo e decisivo na construção dessa identidade e do pertencimento. Tanto que os elementos, os festivais e todo o arcabouço de rituais que celebraram a Confederação do Equador evidenciam isso no nível cultural, evidenciam isso no nível político e também evidenciam isso no nível da prática educacional enquanto elemento de pertença, de memória coletiva e de tradição viva.

Mediadora: *Para finalizar, o senhor acredita que os pernambucanos ainda carregam esse espírito revolucionário ou isso nos falta hoje?*

Entrevistado: Bem, Gabriella, acredito sim que o espírito e os ideais da Confederação de 1824, eles ainda habitam o nosso imaginário e a nossa prática política pernambucana de maneira muito forte, né?

Isso não apenas se vê na atuação política, nos discursos, na construção de personagens políticos importantes, numa certa...num certo protagonismo que a gente exerce na política nacional, mas a... acredito que se manifesta também nas expressões de resistência cultural, numa organização autônoma

de...de...de articulações políticas que a gente sempre vê emergir do Nordeste de forma é... forte, de forma contundente, em momentos que são críticos e onde a gente não tem uma posição muito clara da União, sabe?

Tem um...tem um sociólogo francês, né? que é o Alain Touraine, estuda muito sobre movimentos sociais, né? e ele fala muito que os movimentos sociais reúnem três elementos para serem eficazes, né: identidade, oposição e projeto. E quando a gente observa a Confederação do Equador e muito da postura política contemporânea de Pernambuco, a gente consegue é... identificar esses três elementos importantes que fazem dessa construção, né, memorial, social, de Pernambuco algo vívido, né? E aí, nesse sentido, carregando muito do espírito é... que a Confederação do Equador trazia naquele instante. Tá certo?

E aí eu vejo que esse...esse fogo da Confederação do Equador, ele não morreu, ele continua aceso. O que a gente tem, em verdade, Gabriella, é um cenário político mais complexo, é um cenário político que é marcado por multipartidarismo, e que esse...essa...essas ações contestatórias, esse posicionamento de resistência, essa...esse posicionamento contundente de defesa de Pernambuco, é... às vezes ele vem por grupos partidários específicos, por personas políticas específicas, por coalizões partidárias específicas, cada qual à sua maneira, mas que carregam esses...esses...essas evidências ora construídas lá atrás na Confederação do Equador, como práticas marcantes, como constantes dos discursos políticos até os dias de hoje. Tá certo?

É bem verdade que quanto mais a gente difunde esses elementos revolucionários na nossa sociedade, mais capacidade crítica a gente vai ter. Porque, é em geral, todos os elementos da Confederação do Equador apontam e significam um...um...um universo social republicano, nacional, mais justo, mais autêntico, mais equilibrado, menos autoritário.

Então, enquanto a gente carrega esses elementos e conecta com a nossa realidade de hoje, mais chance a gente tem de construir um Brasil que seja respeitoso com as diversidades locais, com as especificidades regionais e que seja equilibrado quanto ao pacto federativo.

Mediadora: Muito obrigada, professor. Sua fala foi muito enriquecedora e finalizou nossa série de forma brilhante. Então, pessoal, chegamos ao fim

de mais um episódio e também da nossa série. Foi um prazer ter você aqui conosco ao longo dessa jornada, muito obrigada por caminhar com a gente. Eu deixo aqui mais uma vez a nossa gratidão a todos os professores convidados que de forma muito solícita aceitaram o convite e abrilhantaram nosso podcast, realizando verdadeiras aulas aqui.

Pessoalmente, eu aprendi muito e fico muito feliz por finalizarmos um conteúdo tão rico. Aproveito para agradecer também a coordenação do professor Rodolfo, foi uma alegria participar do projeto e também para enaltecer o trabalho de Guilherme Alves que atuou nos bastidores com todo o trabalho de edição. Deixo aqui também o nosso agradecimento à FACEPE que apoiou e financiou essa iniciativa. Vale ressaltar que além do podcast, o projeto também contou com a produção de 10 vídeos interativos e um guia didático para auxílio do conteúdo para os professores. Dito isso, um beijo a todos, muito obrigada mais uma vez, que Deus os abençoe e tchau, tchau.

4. Fontes e Materiais de suporte para pesquisa docente sobre a Confederação do Equador

4.3 Arquivos e Documentos Históricos sobre a Confederação do Equador

- 4.3.1 [Arquivo Nacional - Confederação do Equador \(1N\)](#)
- 4.3.2 [Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin](#)
- 4.3.3 [Biblioteca Digital Luso-Brasileira](#)
- 4.3.4 [Biblioteca Digital do Senado Federal](#)
- 4.3.5 [Biblioteca Nacional](#)
- 4.3.6 [Diretório Brasil de Arquivos – Coleção Confederação do Equador \(1N\)](#)

4.4 Sites com informações históricas e Materiais Básicos sobre a Confederação do Equador

- 4.4.1 <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/confederacao-do-equador/>
- 4.4.2 <https://www.institutodoceara.org.br/tomo-especial-de-2025-bicentenario-da-confederacao-do-equador-no-ceara-a-alma-da-revolucao/>
- 4.4.3 <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/proclamada-a-confederacao-do-equador/>
- 4.4.4 <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/execucao-de-frei-caneca/>
- 4.4.5 <https://atlas.fgv.br/marcos/confederacao-do-equador/mapas/confederacao-do-equador>
- 4.4.6 <http://multi.rio/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8907-a-repress%C3%A3o-%C3%A0-confedera%C3%A7%C3%A3o-do-equador>
- 4.4.7 <http://multi.rio/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8905-frei-caneca-e-i-o-tifis-pernambucano-i>

4.5 Vídeos do Youtube com teor acadêmico sobre informações históricas da Confederação do Equador

- 4.5.1 Assembleia Legislativa de Pernambuco - [Confederação do Equador - 200 anos](#)
- 4.5.2 Assembleia Legislativa de Pernambuco - [Ep. 1 - O maligno vapor pernambucano | Sagas Pernambucanas #01 | Confederação do Equador](#)
- 4.5.3 Assembleia Legislativa de Pernambuco - [Ep. 2 - O caldo entorna | Sagas Pernambucanas #01 | Confederação do Equador](#)
- 4.5.4 Assembleia Legislativa de Pernambuco - [Ep. 3 - 1824: o ano da Confederação do Equador | Sagas Pernambucanas #01 | Confederação do Equador](#)
- 4.5.5 Assembleia Legislativa de Pernambuco - [Ep. 4 - O Império contra-ataca | Sagas Pernambucanas #01 | Confederação do Equador](#)
- 4.5.6 Assembleia Legislativa de Pernambuco - [Ep. 5 - O calvário de Frei Caneca | Sagas Pernambucanas #01 | Confederação do Equador](#)
- 4.5.7 ALECE TV - [Indígenas na Confederação do Equador no Ceará](#)
- 4.5.8 ALECE TV- [Confederação do Equador no Ceará 200 anos](#)
- 4.5.9 BBC News Brasil - [Quem foi Frei Caneca, o padre revolucionário fuzilado há 200 anos](#)
- 4.5.10 Band Jornalismo - [Frei Caneca liderou um movimento contra Dom Pedro I](#)
- 4.5.11 Band Jornalismo - [Conheça Cipriano Barata, o jornalista que matava os poderosos de raiva](#)
- 4.5.12 Canal UNICAP - [Aula Inaugural 2024.2 - "Os 200 anos da Confederação do Equador..."](#)
- 4.5.13 TV Senado – [História d Brasil: a Confederação do Equador e a luta pelo federalismo](#)
- 4.5.14 TV Senado - [200 anos da Confederação do Equador: Comissão do Senado prepara evento comemorativo](#)
- 4.5.15 TV Tribuna PE - [200 anos da confederação do Equador](#)